

# **AMÉRICA PORTUGUESA EM CONTEXTO DE MUDANÇA: IDEIAS, CENÁRIOS POLÍTICOS E LINGUAGENS (1774-1822)**

**João Corrêa Neves Junior**

**Dissertação de Mestrado em História do Império Português**

**Novembro, 2019**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História do Império Português, realizada sob a orientação científica da Doutora Roberta Stumpf.

*À minha esposa, Patricia Aue, por acreditar em mim  
e por me apoiar sempre. És o meu alicerce. Amo-te.*

## AGRADECIMENTOS

Quando, em meados do ano de dois mil e dezessete, fui admitido ao ciclo de estudos do curso de Mestrado em História do Império Português da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH), sentimentos mistos expressaram-se no meu interior: enquanto parte de mim celebrava jubilosamente a oportunidade, outra parte contemplava já os obstáculos com os quais me depararia neste processo. Foram muitas as noites mal dormidas em que, debruçado sobre os livros, me embrenhava em profundas reflexões e me esforçava por testar, em rascunhos mentais e escritos, formas de transcender as diversas camadas da realidade e compreender, de fato, o objeto analisado.

As minhas passagens em busca de aprendizado nestes últimos anos, pela Universidade Estadual de Goiás, no Brasil, e pela Universidade do Algarve, em Portugal – além da participação em conferências, simpósios e cursos nos *campi* universitários de Oxford (Reino Unido), Viena (Áustria) e Massachusetts (Estados Unidos) –, foram um divisor de águas. Estas experiências deram-me a oportunidade de reavaliar minhas limitações e preconceitos, questionando no processo meus próprios dogmas. Afinal, “a marca especial do mundo moderno não é ser cético, mas ser dogmático sem se dar conta disso”, como dizia G. K. Chesterton. A busca pelo enriquecimento cultural nos clássicos da literatura e da história, por seu lado, junto da compreensão de arquétipos milenares, ajudaram-me a reconhecer o quão importante foram os papéis desempenhados pela família e pelas instituições no meu desenvolvimento.

Sou grato ao apoio recebido, durante este percurso, pela *Education, Audiovisual and Culture Executive Agency* (EACEA) da União Europeia – que, através de uma bolsa universitária de intercâmbio internacional, contribuiu para que se abrissem as portas que me conduziram a este ciclo de estudos –, bem como à Universidade Nova de Lisboa, pela oportunidade de construir, por meio da obtenção do conhecimento intelectual e do reconhecimento formal, novas avenidas no meu futuro profissional e pessoal. Agradeço também e encarecidamente à minha orientadora, Professora Doutora Roberta Stumpf, que contribuiu de forma edificante para a realização deste projeto. Naturalmente, este trabalho não expressa necessariamente uma opinião da orientadora, das instituições citadas ou de seus professores e colaboradores.

Agradeço sobretudo aos meus pais, João e Valdivina, que, por não terem tido a oportunidade de obter ensino formal avançado nos cafundós do Brasil, abriram mão de

absolutamente tudo para que meus irmãos e eu pudéssemos nos educar e buscar os meios para a realização dos nossos sonhos. Aos meus irmãos, Sérgio, Marcos Antônio, José Roberto, Adriana, Ricardo e Luciano, que me encorajaram nesta caminhada, assim como demais amigos e familiares. Ao meu grande amigo e professor Ms. Arilson Costa, uma das pessoas que mais me apoiaram nesta jornada. Aos meus estimados professores Valdobert R. Serafim e João Batista M. Nogueira, que em muito influenciaram minha paixão pela História.

Mas foi no apoio recebido por parte da minha esposa, Patricia, que encontrei a maior fonte de inspiração mental e física para realizar exitosamente este projeto. Seu arrimo durante toda esta trajetória, incentivando-me, apoiando-me, oferecendo-me o afago e o carinho de amiga, mulher e companheira, foram fundamentais para que eu me mantivesse obstinado a seguir adiante mesmo perante os desafios. Foi graças à sua paciência, persistência e ao seu amor que pude concluir esta etapa em minha vida, convicto de que os esforços investidos neste percurso contribuirão para que nossas vidas continuem a ser preenchidas com as graças de Cristo e as glórias de nosso Criador.

*“Et cognoscetis veritatem, et veritas liberabit vos.”*

*Ioannes 8:32*

# **AMÉRICA PORTUGUESA EM CONTEXTO DE MUDANÇA: IDEIAS, CENÁRIOS POLÍTICOS E LINGUAGENS (1774-1822)**

João Corrêa Neves Junior

## **RESUMO**

Em setembro de 1822, D. Pedro, Príncipe Regente do Brasil e herdeiro da Coroa Portuguesa, declara o rompimento das relações políticas com o Império Português, assim findando o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Diferentemente das independências hispano-americanas, o caso brasileiro revelou-se singular ao preservar no Novo Mundo o sistema de governo monárquico, além de manter unidas as províncias luso-americanas no novo Estado independente em formação. Esta dissertação de mestrado busca examinar a conjuntura sociopolítica e as circunstâncias subjacentes à concretização deste desenlace, diante da existência de diversas forças atuantes. Amparado por relevante bibliografia e por fontes primárias, o trabalho analisa três marcos de influência histórica: a “Era das Revoluções”; a Transferência da Corte para o Brasil; e as Relações com as Cortes de Lisboa. O trabalho analisa ainda o papel da linguagem na escalada das tensões políticas após a extinção dos censores régios e a sua contribuição para a desfecho secessionista.

**Palavras-chave:** Independência do Brasil; Era das Revoluções; Transferência da Corte; Cortes de Lisboa; Panfletos.

# PORTUGUESE AMERICA IN CONTEXT OF CHANGES: IDEAS, LANGUAGE AND POLITICAL LANDSCAPE (1774-1822)

## ABSTRACT

*In September 1822, Dom Pedro, Brazil's Prince Regent and heir of the Portuguese Crown, severed the political relationship with the Portuguese Empire, thereby ending the United Kingdom of Portugal, Brazil and Algarves. Unlike the hispano-american independences, the Brazilian case was unique insofar as it preserved in the New World the monarchic form of government, while also maintained united the luso-american provinces under one single independent State in the making. This master dissertation seeks to examine the socio-political state of affairs and circumstances that underlie the unfolding of such an outcome, amidst the existence of a number of acting forces. Supported by relevant bibliography and primary sources, this work analyses three main aspects of historical influence: The "Age of Revolutions"; the Transfer of the Portuguese Court to Brazil and the Relationship with the Lisbon Cortes. It also analyses the role of language in the rise of political tensions following the abolition of royal censorship and its contribution to the secessionist outcome.*

**Keywords:** Independence of Brazil; Age of Revolutions; Transfer of the Court; Lisbon Cortes; Pamphlets.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>Capítulo 1 - A América Portuguesa no contexto da “Era das Revoluções” .....</b>	<b>16</b>
1.1- A Revolução Americana (1774-1783) .....	18
1.2- Inconfidência Mineira (1788-89) .....	22
1.3- A Revolução Francesa (1789) .....	25
1.4- Revolta dos Alfaiates (1798) .....	28
1.5- A Revolução Haitiana (1791-1804) .....	29
1.6- O Haitianismo na América Portuguesa.....	31
1.7- Revolução Pernambucana (1817) .....	34
1.8- Legado.....	37
<b>Capítulo 2 - A Transferência da corte para a América .....</b>	<b>39</b>
2.1- A abertura dos Portos.....	42
2.2- A Europeização da América Portuguesa .....	48
2.3- Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves: consequências em dois continentes .....	55
2.4- Legado.....	58
<b>Capítulo 3 - As Cortes de Lisboa e a Causa do Brasil .....</b>	<b>61</b>
3.1- 1820: A Revolução do Porto .....	61
3.2- 1821: O delineamento das forças opositoras .....	62
3.3- A reação no Rio de Janeiro.....	65
3.4- As Cortes de Lisboa se impõem .....	69
3.5- 1822: A reação da Causa do Brasil.....	73
3.6- A preeminência dos Radicais .....	80
3.7- Da busca pela autonomia política à declaração da independência .....	84
<b>Capítulo 4 - As linguagens nos discursos pré-independência.....</b>	<b>90</b>
4.1 A retórica litigiosa na história.....	90
4.2 A esfera pública do debate .....	93



4.3	A Guerra Literária no Brasil Independentista .....	96
4.4	Panfletos, Cartas e Discursos: a retórica da discórdia .....	100
4.5	Uma análise reflexiva .....	115
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>		<b>122</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>		<b>133</b>
Bibliografia .....		133
Fontes primárias .....		143
Discursos e Debates Parlamentares .....		144
Manifestos, Tratados, Proclamações e Declarações Oficiais .....		144
Panfletos e Cartas .....		145
Sites governamentais / não-governamentais .....		147

## INTRODUÇÃO

Em 29 de agosto de 1825 era assinado no Rio de Janeiro o Tratado de Paz, Amizade e Aliança, também conhecido como Tratado Luso-Brasileiro, firmado entre os representantes dos Reinos de Portugal e Algarves e do recém-emancipado Império do Brasil. O documento histórico, ratificado em datas distintas pelo imperador do Brasil, D. Pedro I, e posteriormente pelo rei de Portugal, D. João VI, com mediação da Coroa Britânica, colocava fim ao conflito armado entre os reinos irmãos e reconhecia a independência brasileira, enquanto buscava “promover a prosperidade geral e assegurar a existência política”<sup>1</sup> de ambos os Estados.

As investigações que visam compreender o desfecho emancipatório do Brasil e a sua secessão de Portugal iniciaram-se na segunda metade do século XIX. Nos últimos duzentos anos foi produzida uma grande quantidade de estudos, âmbito no qual se verifica considerável riqueza temática.<sup>2</sup> Como já foi observado por Jurandir Malerba<sup>3</sup>, algumas das questões sobre a independência propostas pelos historiadores nos dias atuais são tão velhas quanto o próprio acontecimento.

Segundo Malerba, são recorrentes tópicos como os fatores e atores que conduziram ao desfecho da emancipação política, a existência de um projeto nacional favorecendo o movimento insurgente e a unidade das províncias da América Portuguesa. Além destes, são frequentes os questionamentos sobre o papel representado pela vinda da corte para o Novo Mundo; as relações com os movimentos insurrecionais do final do século XVIII; o caráter da independência: conservadora, reformista ou revolucionária; as rupturas e as continuidades com o período anterior; o papel das ideologias e as relações do movimento de restauração de 1820 em Portugal com a independência brasileira.

---

<sup>1</sup> *Tratado de paz e aliança concluído entre D. João VI, e o Seu Augusto Filho D. Pedro, Imperador do Brasil, aos 29 de Agosto de 1825*. Castro, Zília Osório de; Silva, Júlio Rodrigues da; Sarmento, Cristina M. (eds.). *Tratados do Atlântico Sul: Portugal-Brasil, 1825-2000*. Coleção Biblioteca Diplomática, MNE, Portugal, 2006, p. 49.

<sup>2</sup> Citando dados produzidos por Jurandir Malerba, Sonia Regina de Mendonça compilou os números de publicações sobre a independência produzidas nos últimos dois séculos: do século XIX a 1908 foram produzidas 100 publicações; de 1908 até 1930, 126; de 1930 até 1964, 64; de 1964 até 1980, 300; por fim, de 1980 até 2002, 66 publicações. Mendonça, Sonia Regina de. A Independência Do Brasil Em Perspectiva Historiográfica. *Revista Pilquen – Sección Ciencias Sociales*, n. 12, (2010) pp. 1-10. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/3475/347532056009.pdf>. Acesso em 8 de outubro de 2019.

<sup>3</sup> Malerba, Jurandir. As Independências do Brasil: ponderações teóricas em perspectiva historiográfica. *História* (São Paulo), 24(1), (2005) pp. 99-126. Disponível em <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742005000100005>. Acesso em 8 de outubro de 2019.

Nas últimas décadas, estabeleceu-se um consenso sobre algumas características particulares do processo de independência do Brasil. Nota-se, por exemplo, relativa concordância por parte de muitos historiadores acerca da natureza conservadora<sup>4</sup> ou moderada da emancipação, como observa Iris Kantor.<sup>5</sup> Também foram realizados avanços no que diz respeito às análises comparativas com os processos de emancipação da América Espanhola, designadamente em Kenneth Maxwell<sup>6</sup> e em João Paulo G. Pimenta.<sup>7</sup> Além disso, diversos trabalhos contribuíram para a inserção de atores até então menosprezados pela historiografia – como populares, escravos ou índios – e de questões pertinentes para se entender a emergência da identidade brasileira, destacando-se os trabalhos de Hendrik Kraay<sup>8</sup> e de István Jancsó e Pimenta.<sup>9</sup>

Como aponta Kantor, um dos grandes desafios dos historiadores sobre o chamado *excepcionalismo brasileiro* tem sido demonstrar como a emancipação não foi um processo natural, como consideravam muitos historiadores do século XIX. Das questões historiográficas que seguem despertando o interesse dos investigadores, certamente que a preservação do sistema de governo monárquico – representado pela dinastia de Bragança – e a manutenção da integridade territorial da América Portuguesa, em oposição à fragmentação da América Espanhola, são algumas das mais estimulantes.

Produzido no âmbito do Mestrado em História do Império Português pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, o presente trabalho procura assim investigar as condições e circunstâncias que explicam ambos os

---

<sup>4</sup> O termo “conservador”, comumente utilizado nos trabalhos investigados, não é definido pelos historiadores, sendo, portanto, dedutível que se refira ao adjetivo proveniente do verbo “conservar”. Assim, a não ser quando indicado o contrário, é neste sentido que o termo será usado neste trabalho. Já o termo “Conservador” – ou “*Conservative*” –, originário da filosofia do *Conservadorismo*, se refere ao pensamento filosófico de raiz britânica cujas ideias se pautam pela preservação de uma série de instituições de ordem social e política – dentre as quais a religião, o *rule of law* e os direitos de propriedade –, com o objetivo de enfatizar a estabilidade social.

<sup>5</sup> Kantor, Iris. Seeing the Nation through the Territory: Some Historiographical Frameworks. *e-Journal of Portuguese History* [online]. v. 14, n. 1 (2016) pp. 71-85. Disponível [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-64322016000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-64322016000100005&lng=en&nrm=iso). Acesso em 24 de setembro de 2019.

<sup>6</sup> Maxwell, Kenneth. Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência. In: Mota, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000, pp. 177-195.

<sup>7</sup> Pimenta, João Paulo G. *A Independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2015.

<sup>8</sup> Kraay, Hendrik. Muralhas da independência e liberdade do Brasil: a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1800-1825). In: Malerba, Jurandir (org). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. pp. 303-342.

<sup>9</sup> Jancsó, István e Pimenta, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. *Revista de História das Ideias*, Imprensa da Universidade de Coimbra, v. 21 (2000), pp. 389-440. Disponível em [https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/41754/1/Pecas\\_de\\_um\\_mosaico.pdf](https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/41754/1/Pecas_de_um_mosaico.pdf). Acesso em 11 de outubro de 2019.

fenômenos. Retomando um tema já abordado pela historiografia, propõe-se aqui aliar a síntese das fontes historiográficas relevantes a um aprofundamento investigativo, focando-se, também, no papel da linguagem, em um momento em que pela primeira vez surge no Brasil o que podemos qualificar como uma “esfera pública de debate”. Para tanto, serão considerados três marcos históricos: a “Era das Revoluções”, a Transferência da Corte para o Brasil e as Relações com as Cortes de Lisboa.

A realização deste trabalho se deve, em parte, à compilação realizada nos últimos anos de uma imensa quantidade de impressos, cartas e panfletos do Brasil independentista. Estes escritos nos permitem interpretar a secessão do Brasil sob a ótica dos atores envolvidos no processo, em um período de grandes transformações sociais e políticas, não apenas na América Portuguesa e no Império Lusitano, mas em todo o Ocidente. Além disso, os avanços na digitalização de documentos e obras históricas – empreendidos por organizações como *Hathi Trust Digital Library*, *Internet Archive* e *Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin* da Universidade de São Paulo – possibilitaram o acesso a uma vasta quantidade de material, abrindo um leque de oportunidades para os investigadores. O acesso às obras de John Luccock (1820), Sir Leslie Stephen (1885) e Eugenio Egas (1916), por exemplo, além de manifestos oficiais, foi possível graças a tais ferramentas.

Embora tenham sido realizados avanços pela historiografia em diferentes frentes de pesquisa, há uma tendência *narrativa* – tendência essa a qual todo o historiador está sujeito, de Tucídides e Tacitus a Gibbon<sup>10</sup> –, onde o *telos*, ou seja, o propósito do empreendimento historiográfico pode comprometer a investigação científica sob os desígnios pessoais do interlocutor, que, a depender da situação, pode visar ganhos políticos, sociais ou religiosos, como fora costumeiro na história.<sup>11</sup> A consequência desta dinâmica costuma ser o domínio das narrativas sobre a ciência da História, levando o “narrador” a escrever história “*backwards and eclectically*”, como criticou Eric Hobsbawm.<sup>12</sup>

No caso da historiografia independentista, percebemos a tendência descrita desde o século XIX, quando uma historiografia tradicionalista se apropria dos agentes do

---

<sup>10</sup> Stone, Lawrence. The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History. *Past & Present*, n. 85 (1979) pp. 3-24. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/650677>. Acesso em 7 de outubro de 2019.

<sup>11</sup> Lawrence Stone vai além ao afirmar categoricamente que “o triunfo de um gênero ou escola eventualmente leva ao sectarismo estreitado, ao narcisismo, à auto-adulação, ao desprezo e tirania para com ‘outsiders’, além de outras características desagradáveis e autoderrotáveis.” Apud Stone, 1979, p. 4.

<sup>12</sup> Hobsbawm, Eric. Labour History and Ideology. *Journal of Social History*, v. 7, n. 4, (1974) pp. 371-381. Disponível em [www.jstor.org/stable/3786462](http://www.jstor.org/stable/3786462). Acesso em 3 de julho de 2019.

processo emancipatório com o objetivo de construir uma identidade nacional. No século XX, por seu lado, esta tendência retorna sob a influência do pensamento marxista. Limitados pelo determinismo econômico, trabalhos produzidos nesta corrente historiográfica, preeminente até aos anos 80, por vezes se voltaram para o fenómeno descrito por Lawrence Stone como “vingança histórica”.<sup>13</sup> Portanto, a busca contínua dos historiadores pela apreensão do passado continua se afirmando como necessária, sendo sobretudo sobre a historiografia mencionada por Iris Kantor, que problematiza a emancipação do Brasil, que me irei debruçar.

Este trabalho foi dividido em quatro capítulos. Nos três primeiros, prevaleceu a revisão crítica da bibliografia. No capítulo 1, são analisadas as influências da Revolução Americana (1774-1783), da Revolução Francesa (1789) e da Revolução do Haiti (1791-1804) sobre a América Portuguesa. Busca-se compreender as mentalidades dos luso-americanos à luz dos acontecimentos decorridos na América e na Europa, conjecturando-se em torno das baldadas insurreições das *pátrias*<sup>14</sup> das Minas Gerais (1787-88), da Bahia (1798) e de Pernambuco (1817), além de se buscar compreender o papel da Coroa Portuguesa ante às empreitadas sediciosas na América-Lusitana.

No segundo capítulo, aborda-se o impacto da transferência da corte real para o Novo Mundo, resultante das invasões napoleônicas, assim como os desdobramentos que esta mudança operou no Brasil e no continente europeu. Analisa-se a abertura dos portos, a criação de uma imprensa régia, a replicação no Brasil das instituições administrativas lusitanas, as tentativas de europeizar a colônia e a centralização do poder no Rio de Janeiro, questões todas elas contribuidoras para os desagrvos com Portugal continental. Estas são contrapostas às reações desencadeadas em Portugal por grupos de liberais pesarosos com o novo *status* da antiga metrópole na reorganização do império.

Já no terceiro capítulo busca-se dimensionar a reação suscitada no Brasil pelas deliberações das Cortes de Lisboa durante o processo de reestruturação do império em sua obra de “regeneração”, que visava impor aos luso-americanos legislações vistas como “recolonizadoras”. Desta aspiração surge no Brasil um movimento opositor, constituído

---

<sup>13</sup> Apud Stone, 1979, p. 8.

<sup>14</sup> Quando falamos do Brasil independentista, o conceito de *pátria* denomina uma identidade cultural e geográfica. Assim sendo, a pátria seria essencialmente o lugar de nascimento ou o lugar de origem. Portanto, os colonos de São Paulo, por exemplo, reconheciam-se a si próprios como paulistas, os de Minas como mineiros e assim sucessivamente. Já para os colonos dos domínios espanhóis com quais se defrontavam, estes eram percebidos, acima de tudo, como portugueses, e assim que se viam diante dos espanhóis. Portanto, ser paulista, pernambucano ou bahiense significava, ainda que de um modo diferente, ser também português, com as devidas distinções.

por membros das elites letradas, proprietários de terra, comerciantes, populares e milícias civis, além do próprio D. Pedro, proponente da autonomia política do Brasil. E é por meio de seu líder, o Príncipe Regente, que este movimento acabaria por adotar – após ver tolhidas todas as chances de conciliação – a postura radical de romper com o Império Lusitano e estabelecer na América um Império Brasílico.

Por fim, no quarto capítulo faz-se uma análise do papel da linguagem nas relações luso-americanas. Com base na leitura de fontes primárias<sup>15</sup> compiladas pela historiografia – incluindo-se aqui panfletos, transcrições dos debates parlamentares, manifestos, impressos e cartas –, reflete-se sobre a influência da retórica usada pelos atores da independência em momentos de grandes tensões, por vezes com recurso a ferramentas linguísticas como o sarcasmo, a vulgaridade e o insulto. Inseridos no debate político graças à abolição dos censores régios e à difusão explosiva dos impressos, novos atores passaram a participar ativamente das discussões nas sociedades secretas, nas conversas de rua e nos cafés das grandes cidades do Brasil e de Portugal. Este período, caracterizado como “Guerra Literária”, pode ter exercido um maior papel no desfecho emancipatório do que antes fora concebido.

Ao assumir a proposta de elaborar um projeto de investigação sobre a secessão do Brasil de Portugal que aborde as circunstâncias que permitiram o desfecho singular de independência, busquei, sempre ciente das limitações do historiador, adotar o critério da objetividade. Para tanto, procurei aplicar os métodos de pesquisa científica, além de me reger pela honestidade intelectual e pela ética acadêmica necessárias para se produzir uma dissertação que aproxime o historiador e a História do homem comum – *le menu peuple* –, a quem eu gostaria que chegasse este estudo. Daqui se justifica, pois, a atenção dada por este trabalho às reações, adaptações e transformações sociopolíticas, intrínsecas ao processo histórico e imprescindíveis à sua apreensão.

Apesar dos esforços, evidentemente que muitas lacunas permanecem, subsidiárias da limitação física inerente a qualquer dissertação de mestrado. A abordagem dos três eixos selecionados e o recorte temporal (1774-1822) não permitiu, por exemplo, uma análise aprofundada dos desfechos posteriores à declaração da independência, onde se incluem: as Constituintes de 1823; a outorga da Constituição (1824); e os confrontos

---

<sup>15</sup> Na transcrição de excertos extraídos dos impressos, panfletos e dos debates parlamentares, buscou-se evitar, na medida do possível, a alteração dos textos originais. Entretanto, para facilitar a leitura, adaptou-se quando necessário algumas palavras e /ou expressões para suas formas de escrita nos padrões contemporâneos.

relativos à Guerra da Independência, além de se ter cerceado a análise de temas como a escravidão. Espera-se, contudo, que este trabalho possa contribuir para o fim a que se propôs, oferecendo uma visão balanceada e factual de alguns dos marcos que compõem a cronologia independentista, ao mesmo tempo que se avança ao conceberem-se interpretações em estágios iniciais de pesquisa no campo da linguagem, sobretudo no que respeita ao papel da retórica e de ferramentas populares de comunicação na história social e política.

## 1- A América Portuguesa no contexto da “Era das Revoluções”

Alguns historiadores se referem ao período compreendido aproximadamente entre 1774 e 1849 como a “Era das Revoluções”, um período em que um grande número de revoluções aconteceria na Europa e nas Américas.<sup>16</sup> A emergência de novas conexões políticas formais e informais, consequente de seus desdobramentos, teria efeito também no mundo luso-atlântico. Com os trabalhos de Robert Roswell Palmer (1959, 1964) e Eric Hobsbawm (1962), o paradigma “Era das Revoluções” exerceria um grande papel na historiografia dos processos independentistas americanos, sobretudo na historiografia anglófona.

Além disso, contribuiu para os estudos comparativos e promoveu a consciência dos processos transacionais e globais ocorridos entre as últimas décadas do século XVIII e a primeira metade do século XIX, conforme Gabriel Paquette.<sup>17</sup> Ressalta-se que o paradigma, conforme pioneiramente trabalhado por Palmer<sup>18</sup> e Hobsbawm, fora desenvolvido sem referência ao mundo luso-brasileiro, havendo apenas uma breve menção à América Hispânica. Vemos inclusive, na obra homônima<sup>19</sup> de Hobsbawm, *The Age of Revolution: Europe 1789-1848*, que popularizou o conceito, que tal período se inicia em 1789 com a Revolução Francesa, excluindo, portanto, a Revolução Americana de 1774-1783.

Paquette mostra que, para a análise da América Portuguesa, o paradigma “Era das Revoluções” apresenta dois problemas: o primeiro é que encoraja os estudiosos a minimizar as alternativas reformistas que emergiram no final do século XVIII, interessadas em transformar a estrutura imperial, bem como em fortificar as conexões entre os territórios da Coroa Portuguesa, preservando-a. Nesse aspecto, o foco da análise na atividade revolucionária tende a valorizar as ambições dos grupos mais radicais, enquanto negligencia o papel dos moderados, tradicionalistas e partidários do *status quo*.<sup>20</sup> O segundo problema é que, ainda que novas experiências políticas tenham

---

<sup>16</sup> Matson, Cathy. The Atlantic economy in an era of revolutions: An introduction. *The William and Mary Quarterly*, 62 (2005) pp. 357-364.

<sup>17</sup> Paquette, Gabriel. Portugal and the Luso-Atlantic World in the Age of Revolutions. *História (São Paulo)*, 32 (1), (2013), pp. 175-189. Disponível em <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742013000100011>. Acesso em 08 de julho de 2019.

<sup>18</sup> Palmer, R. R. *The Age of Democratic Revolution: A Political History of Europe and America 1760-1800*, 2 volumes. Princeton: Princeton University Press, 1959-1964.

<sup>19</sup> Hobsbawm, E. J. *The Age of Revolution: Europe 1789-1848*. Vintage Books Edition, 1996. (1ª edição 1962)

<sup>20</sup> Roderick Barman adota os termos “Radicais” se referem aos indivíduos ou grupos pertencentes ou simpatizantes da ala não-conformista, pré-dispostos às mudanças mais drásticas. Em contrapartida, o temo



florescido, inclusive nos casos onde a independência provou ser permanente e/ou irreversível – como fora o caso brasileiro –, a aquisição de soberania não significou uma rutura na interação entre o novo Estado e a antiga metrópole. O caso brasileiro é paradigmático pela sobrevivência da casa dinástica dos Bragança.

As independências políticas nem sempre significam rutura em todos os níveis. Elas podem refletir um desejo de maior autonomia, podem ser uma manifestação de uma dada identidade cultural ou de interesses econômicos plurais. Ou, ainda, podem ter sido precipitadas por deteriorações nas relações sociopolíticas entre as distintas partes envolvidas.<sup>21</sup> No entanto, a defesa da independência política não significa a perda generalizada de vínculos anteriores.

Contemporaneamente, poderíamos citar o movimento separatista da Catalunha que, apesar de seu anseio de independência, não necessariamente rejeita a cultura, o modelo político democrático ou o sistema econômico espanhol, havendo por outro lado um grande apelo identitário. Na Escócia, por seu lado, houve em 2014 um referendo<sup>22</sup> sobre a independência deste país do Reino Unido, tendo saído vencedor, com 55,3 % dos votos, a permanência escocesa na união. Com 44,7 % optando pela independência, nota-se como, em uma mesma sociedade, podem existir simultaneamente o desejo de independência e o de continuidade da interação.

Portanto, se o termo *revolução* implicar necessariamente a ideia de descontinuidade, a qualificação da independência do Brasil como uma revolução seria problemática, dadas as inúmeras continuidades após o divórcio político, conforme veremos mais à frente neste trabalho. Autores como Caio Prado Jr., por exemplo, usariam o termo “revolução conservadora”<sup>23</sup>, termo cuja apreciação dependeria de um análise temporal e espacial mais aprofundadas.<sup>24</sup> Ao longo deste capítulo, buscarei mostrar como

---

“moderados” (Barman usa o termo *Luso-brazillians*), se refere aos grupos ou indivíduos menos propensos a admitirem grandes transformações. Barman, Roderick J. *Brazil: The Forging of a Nation (1798-1852)*, California: Stanford University Press, 1988.

<sup>21</sup> Cito o exemplo de Azawad, que abril de 2012, sob a liderança de rebeldes *Tuaregs* no norte do Mali, declarou a sua independência após uma rebelião contra as forças armadas do Mali. Menos de um ano depois, em fevereiro de 2013, um acordo entre o *Movimento de Liberação Nacional* de Azawad e as autoridades de Mali confirmaria a reunificação.

<sup>22</sup> “2014 Scotland Independence Referendum”, Site do Governo do Reino Unido. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/topical-events/scottish-independence-referendum/about> Acesso em 31 de julho de 2019.

<sup>23</sup> Ver Prado Jr, Caio. *Evolução política do Brasil. Colônia e Império*. 20ª.ed. São Paulo, Brasiliense, 1993. (1ª edição 1933)

<sup>24</sup> João Paulo Pimenta chama a atenção para essas qualificações temporais e espaciais ao mencionar as análises de Alexis de Tocqueville (1805-1859), que já observava o caráter moderado e equilibrado da independência americana em contraste com a Revolução Francesa. A meu ver, essa característica aproxima a independência do Brasil da Revolução Americana. Pimenta, João Paulo G. *A independência do Brasil*

repercutiram na América Portuguesa, e em especial no processo de independência do Brasil, a Revolução Americana, a Revolução Francesa e ainda a Revolução Escrava de São Domingos.

### 1.1- A Revolução Americana (1774-1783)

Durante a década de 1760 e nos primeiros anos da década de 1770, os colonos norte-americanos encontravam-se cada vez mais insatisfeitos com a política imperial britânica para suas colônias na América, sobretudo em relação às políticas fiscais e de fronteiras.<sup>25</sup> Após a Guerra dos Sete Anos (1756-63), o governo britânico, sobrecarregado com pesadas dívidas, instituiu uma série de medidas para maximizar as suas receitas, aumentando os impostos a serem pagos pelos colonos.

Essas medidas viriam a causar tensões entre estes e as autoridades imperiais, que relutavam em atender às queixas enviadas das colônias da América Inglesa. A indisposição britânica em responder às exigências americanas daria margem para que os colonos argumentassem fazer parte de um império autoritário no qual suas liberdades tradicionais estavam ameaçadas. Essa posição se agravava diante do fato de as colônias americanas não terem representantes no parlamento britânico. Desse dilema surgiria o famoso lema dos insurretos, “*no taxation without representation*”.

A escalada nas tensões tornar-se-ia violenta. O Massacre de Boston pelas autoridades britânicas, em 1770, deixaria pelo menos cinco mortos, além de outros tantos feridos. A imprensa trabalharia para capitalizar o incidente, dando início a uma espécie de “guerra panfletária” entre os *Patriots*, partidários dos colonos, e os *Loyalists*, partidários da autoridade da Coroa Britânica.<sup>26</sup> Intransigente com as queixas da colônia, a Coroa Britânica introduz a partir de 1774 os *Coercitive Acts* – também conhecidos como *Intolerable Acts* –, na sequência do protesto conhecido como *Boston Tea Party Revolt*, ocorrido no ano anterior.

---

como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, 2(3), (2009) pp. 53-82, p. 65 (nota 12). Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/69/34>. Acesso em 25 de julho de 2019.

<sup>25</sup> Sobre as políticas fronteiriças ver *Proclamation Line of 1763, Quebec Act of 1774 and Westward Expansion*. Disponível nos Arquivos do Departamento de Estado Americano, o *U.S. Department of State*: <https://2001-2009.state.gov/r/pa/ho/time/cp/91862.htm>. Acesso em de 19 de julho de 2019.

<sup>26</sup> Sobre a “guerra panfletária” após o Massacre de Boston, ver York, Neil Longley. Rival Truths, Political Accommodation and the Boston Massacre. *Massachusetts Historical Review* 11, (2009) pp. 57-95. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/40345980>. Acesso em de 19 de julho de 2019.

Com os *Atos Intoleráveis*, além de restringir nas colônias os encontros nos *town halls* – locais de encontro para debates políticos –, a Coroa Britânica garantia que os soldados envolvidos em atos de punição aos colonos revoltosos só poderiam ser julgados em Inglaterra. Além disso, a legislação fechava o porto de Boston até que a Grã-Bretanha fosse compensada pelos danos causados na Revolta do Chá. E, por fim, permitia que governadores hospedassem soldados britânicos nas propriedades de colonos, mesmo sem a permissão destes.

Não surpreende que nesse mesmo ano o Primeiro Congresso Continental se tenha reunido, composto de representantes de cada uma das Treze Colônias, para servir como veículo de deliberação e ação coletiva. É interessante notar que na fase inicial do embate, com exceção de um número reduzido de posições mais radicais, a posição dos líderes coloniais era de conciliação com as autoridades britânicas.

Foram debatidas diversas alternativas, desde a criação de um parlamento colonial – conforme proposta de Joseph Galloway – até ao boicote dos produtos britânicos. A posição conciliadora, no entanto, se tornava cada vez menos plausível. A cada medida adotada em busca de autonomia por parte dos colonos, as autoridades britânicas respondiam com mais imposições e arbitrariedades, o que resultaria nos primeiros confrontos militares em território americano, em 1775.<sup>27</sup>

A circulação de ideias tornou-se um importante mecanismo para influenciar a opinião pública.<sup>28</sup> No início de 1776, o panfleto *Common Sense*<sup>29</sup> de Thomas Paine, recentemente chegado às colônias inglesas, começa a circular. No panfleto, Paine argumentava a favor da independência colonial, defendendo o republicanismo como alternativa à monarquia e à sucessão hereditária.<sup>30</sup>

O apelo contido no panfleto se mostraria persuasivo ao conectar a busca pela independência às crenças cristãs do Protestantismo – a religião da maioria dos colonos na América Inglesa –, apresentando uma identidade política distintamente americana que estimularia o debate público a partir de uma ótica até então pouco difundida<sup>31</sup>,

---

<sup>27</sup> Batalhas de Lexington e Concord (1775). Ver Daughan, George C. *Lexington and Concord: The Battle Heard around the World*. W. W. Norton & Company, 2018.

<sup>28</sup> Entre 1750 e 1776, estima-se que cerca de 400 panfletos sobre a relação americana-britânica tenham sido publicados. Em 1783, esse número já havia atingido um total de 1500. Bailyn, Bernard. *The Ideological Origins of the American Revolution*. Cambridge, Massachusetts: Belknap Press, 1967, p. 14.

<sup>29</sup> Originalmente publicado em 10 de janeiro de 1776 sob o título “*Common Sense; Addressed to the Inhabitants of America*.” Ver Paine, Thomas (1737-1809). *Thomas Paine's Common Sense: The Call to Independence*. Woodbury, N.Y.: Barron's Educational Series, 1975. (1ª edição 1776)

<sup>30</sup> Maier, Pauline. *American Scripture. Making the Declaration of Independence*. New York, 1997, p. 31-32.

<sup>31</sup> *Ibid*, p. 33.

aumentando o apoio público à separação da Grã-Bretanha.<sup>32</sup> Naquele mesmo ano, em setembro, após vários debates e deliberações, as Treze Colônias decidiram formalmente pela Declaração da Independência, cujo preâmbulo anunciava:

We hold these truths to be self-evident, that all men are created equal, that they are endowed by their Creator with certain inalienable Rights, that among these are Life, Liberty and the pursuit of Happiness.<sup>33</sup>

Depois de sete anos de guerra entre as forças revolucionárias e as forças britânicas, a assinatura do Tratado de Paris, em setembro de 1783, colocaria fim aos conflitos e confirmaria a separação dos Estados Unidos da América da Grã-Bretanha. Apesar da independência, os revolucionários americanos manteriam, além dos laços culturais e comerciais com os europeus, o uso da mão de obra escrava. A prática era uma contradição com as palavras expressas na Declaração da Independência, que afirmava que “todos os homens são criados iguais pelo Criador”.

Essa contradição chegou a ser discutida pelos fundadores dos Estados Unidos. Thomas Jefferson, por exemplo, um dos redatores da Declaração, chamaria a essa prática um “crime abominável”<sup>34</sup> em uma versão inicial do documento, mesmo tendo ele possuído escravos. Os sentidos ambivalentes sobre a escravidão presentes na independência americana eram do conhecimento dos revolucionários.<sup>35</sup> Entretanto, na busca pela independência prevaleceu o consenso entre os redatores da Declaração, de que a inclusão de medidas que aludissem à abolição da escravidão comprometeria o apoio à causa independentista, de modo que tal problema deveria ser debatido separadamente e

---

<sup>32</sup> Ibid, p. 34.

<sup>33</sup> Transcrição da Declaração da Independência dos Estados Unidos, 4 de julho de 1776. Disponível em <https://www.archives.gov/founding-docs/declaration-transcript>. Acesso em 09 de julho de 2019.

<sup>34</sup> Apud Maier, 1997, p. 146-150.

<sup>35</sup> Samuel Adams e John Adams eram abolicionistas e nunca possuíram escravos, assim como Thomas Paine. Benjamin Rush chegou a escrever um panfleto contra a escravidão em 1773, enquanto Stephen Hopkins tentaria sem sucesso implementar leis antiesclavagistas em Nova Iorque, em 1777. John Jay, George Washington, Benjamin Franklin (fundador da Sociedade Abolicionista da Pennsylvania), dentre outros, estavam cientes de suas contradições morais e filosóficas.

resolvido gradualmente.<sup>36</sup> Seriam necessários quase noventa anos e uma guerra civil<sup>37</sup> até que a escravidão fosse finalmente abolida em 1865.

Para compreender a influência da Revolução Americana na América Portuguesa é necessário compreender o perfil dos letrados no Império Português. Inspirado pelo iluminismo italiano, o iluminismo português era essencialmente cristão e conservador.<sup>38</sup> Como afirma José Murilo de Carvalho, “seu espírito não era revolucionário, nem anti-histórico, nem irreligioso como o francês”.<sup>39</sup> Os ideais iluministas chegavam aos letrados luso-americanos principalmente por meio da educação superior adquirida no centro político e intelectual do império, em Coimbra. Era para lá que as famílias mais abastadas enviavam seus filhos para obter formação superior. O padrão ideológico produzido pelo aparato educacional português condicionava a união da elite imperial, fazendo da minoria letrada uma elite homogênea, cujos ideais de ação política eram, no máximo, reformistas.

Formados especialmente na área jurídica, os mesmos interesses temáticos e a concentração geográfica promoviam os contatos entre os estudantes das capitanias e, mais tarde, das províncias brasileiras com as elites da metrópole.<sup>40</sup> A consequência desta dinâmica de interação foi a assimilação dos americanos letrados com os círculos dominantes em Portugal. Além disso, com a decadência do ciclo do ouro e as flutuações do preço do açúcar, a educação fornecida pela Universidade de Coimbra visava formar profissionais para atender aos interesses da monarquia portuguesa. A inserção no aparato administrativo, civil, militar ou eclesiástico, assim como educacional, oferecia aos letrados a possibilidade de crescimento profissional e reconhecimento social. Sinais de inconformismo eram vistos com suspeita.<sup>41</sup> O ofício régio era a rota mais segura para esta elite imperial obter vantagens econômicas e a elevação do *status* social.

---

<sup>36</sup> Sobre a Declaração da Independência e o papel dos revolucionários, Frederick Douglass (1818-1895), ex-escravo fugitivo e mais tarde ministro de Estado, se referiria ao documento em um discurso intitulado “*What to the Slave Is the Fourth of July?*”, proferido em 5 de julho de 1852 à Sociedade Antiescravista das Senhoras de Rochester, em Nova Iorque, com os seguintes dizeres: “*Citizens, your fathers Made good that resolution. They succeeded; and today you reap the fruits of their success. (...) I have said that the Declaration of Independence is the ring-bolt to the chain of your nation’s destiny; so, indeed, I regard it. The principles contained in that instrument are saving principles.*” In “*Oration, Delivered in Corinthian Hall, Rochester*”, por Frederick Douglass, 5 de julho de 1852. Disponível em <https://rbscp.lib.rochester.edu/2945>. Acesso em 9 de julho de 2019.

<sup>37</sup> Guerra Civil Americana (1861-1865).

<sup>38</sup> Carvalho, José Murilo de. *A construção da ordem. Teatro das Sombras*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003, p. 67.

<sup>39</sup> *Ibid*

<sup>40</sup> *Ibid*, p. 65.

<sup>41</sup> Essa suspeição levaria à perseguição do jovem Hipólito José da Costa, acusado de disseminar ideias maçônicas e preso pela Inquisição em 1802. Em 1805, Hipólito da Costa fugiria para Londres, de onde passaria a editar regularmente aquele que é considerado o primeiro jornal brasileiro: o *Correio Braziliense*.

Portanto, para os letrados, em sua maioria leais à Coroa, o *status quo* precisava apenas de melhorias. Foi este o contexto em que se fizeram as reformas apoiadas por D. Rodrigo de Souza Coutinho, Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, nas últimas décadas do século XVIII, iniciadas pouco antes da Era Pombalina. Os líderes capazes de formar uma oposição intelectualizada e coesa encontravam-se dispersos pelos domínios do império, muitas vezes engajados na administração imperial, culturalmente assimilados e economicamente orientados pela defesa das estruturas imperiais. Os letrados acabariam por apoiar as ideias reformistas, tendo D. Rodrigo de Souza Coutinho como uma importante referência.

## **1.2- Inconfidência Mineira (1788-89)**

A princípio, a única revolta colonial diretamente inspirada pela Revolução Americana foi a Inconfidência Mineira (1788-89), interpretada à luz da historiografia tradicional como sendo uma luta pela independência do Brasil, quando na verdade foi pensada, maiormente, para se circunscrever aos limites geográficos da capitania de Minas Gerais.<sup>42</sup> Os participantes eram poucos e todos membros das elites locais: fazendeiros, criadores de gado, exploradores de minas, magistrados, clérigos e militares, além de alguns dos principais letrados.<sup>43</sup> A única exceção era o alferes José Joaquim da Silva Xavier, o Tiradentes, que acabaria por ser o único executado em 1792, após o julgamento dos envolvidos, e posteriormente transformado em herói nacional por uma historiografia republicana. Os outros envolvidos receberam penas como o exílio e o degredo perpétuo, muitos dos quais chegando a reerguer suas vidas posteriormente.<sup>44</sup>

Os inconfidentes eram influenciados pelos ideais iluministas, conforme se verificaria no corpo documental em posse dos conspiradores, que faziam referências às

---

Ver Rizinni, Carlos de Andrade. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1957.

<sup>42</sup> Stumpf, Roberta. Remanejamento de identidades em um contexto de crise: as Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. In: José Damião Rodrigues (ed). *O Atlântico Revolucionário. Circulação de ideias e de elites no final do século XVIII*. Lisboa, CHAM, 2012, pp. 236-279.

<sup>43</sup> Sobre o perfil dos inconfidentes, ver Gouvêa, Maria de Fátima. Verbete “Inconfidência Mineira” In: Vainfas, Ronaldo [Direção]. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 301-303. Sobre a Inconfidência Mineira, ver Maxwell, Kenneth. *A devassa da devassa. A inconfidência mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

<sup>44</sup> Rodrigues, André Figueiredo. Degredados e Reerguidos. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n. 67, (2011) p. 24-25.

leis naturais, ao anticolonialismo e ainda críticas à tirania.<sup>45</sup> Além disso, havia referências à revolução da América Inglesa, cujo exemplo bem-sucedido de independência serviria como grande fonte de inspiração aos inconfidentes. Os conspiradores conseguiriam encontrar paralelos entre a situação das Treze Colônias pré-revolução e a das Minas no que diz respeito às questões fiscais. Com a queda das receitas oriundas da mineração do outro, em declínio desde 1763, a Coroa Portuguesa visava compensar a perda através da imposição da *derrama*, um imposto legalmente concebido em 1750, mas que nunca havia sido cobrado. Esta pressão atingia principalmente os membros das elites mineiras, também descontentes face à ameaça de serem afastados de seus cargos com a vinda do novo governador de Minas.

Para Roberta Stumpf, a visão da Inconfidência Mineira como um movimento “nacional” a favor da independência brasileira, tendo a figura de Tiradentes como um herói nacional, é uma análise romantizada que objetivava afirmar a existência de uma identidade brasileira. Essa perspectiva acaba por atribuir aos sediciosos uma consciência inexistente naquele momento histórico. Para Stumpf, tampouco se pode dizer que os sediciosos compartilhavam ideias similares, sendo a diversidade de ideais o mais comum.<sup>46</sup>

Neste sentido, João Pinto Furtado<sup>47</sup> afirma que os atores, as ações e os projetos do movimento sedicioso de Minas, situados na transição entre o Antigo Regime e a Idade Contemporânea, poderiam ser melhor compreendidos se a Inconfidência fosse caracterizada como um tipo de “motim de acomodação”.<sup>48</sup> Os sediciosos tinham em mente a ideia do “bom governo”, que objetivava “restaurar o equilíbrio tradicional dos atores políticos no cenário colonial”<sup>49</sup>, ao invés de subvertê-lo.

Embora essas críticas sejam válidas, a revelação de um encontro entre os finais de 1786 e o início de 1787 entre Thomas Jefferson, então embaixador dos Estados Unidos em Paris, e um jovem brasileiro estudante na França sugere que uma conspiração de maior proporção era visada.<sup>50</sup> Tratava-se este último de José Joaquim Maia e Barbalho, que

---

<sup>45</sup> Stumpf, Roberta. *Filhos das Minas, Americanos e Portugueses: Identidades Coletivas na Capitania das Minas Gerais (1763-1792)*. São Paulo: Editora Hucitec/Fapesp. 2010, p. 59.

<sup>46</sup> Apud Stumpf, 2012, p. 266.

<sup>47</sup> Furtado, João P. History Makes a Nation: the Inconfidência Mineira, Historical Criticism, and Dialogue with Historiography. 2003. (Apresentação de Trabalho/no Simpósio "New Approaches to Brazilian Historiography", junto ao *Centre for Brazilian Studies* da Universidade de Oxford, 2003.) Citado por Malerba, 2005, Op. cit.

<sup>48</sup> Apud Malerba, 2005, p. 110.

<sup>49</sup> Apud Stumpf, 2012, p. 265.

<sup>50</sup> Maxwell, Kenneth. Conjuração mineira: novos aspectos. *Estudos Avançados*, 3(6), (1989) pp. 04-24. Disponível em <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141989000200002>. Acesso em 25 de julho de 2019.

atendia pela alcunha de Vendek. Em uma carta escrita em maio de 1787<sup>51</sup>, Jefferson detalha o contato com Maia e Barbalho, descrevendo o recebimento de informações sobre os contextos demográfico e político do Brasil, a formação de identidades políticas que rejeitavam o *establishment* português, a cooptação dos letrados pelos reformistas portugueses, bem como possíveis aspirações revolucionárias dos habitantes da América.

Na carta, Jefferson escreve que os brasileiros “consideram a Revolução Norte-Americana como um precedente” e, no caso de uma revolução vitoriosa no Brasil, “um governo republicano seria instalado”. Segundo Kenneth Maxwell, um relatório minucioso dos comentários de Jefferson chegou ao Brasil por meio de Domingos Vidal Barbosa, estudante em Montpellier.<sup>52</sup>

Também contribui para percebermos a influência da Revolução Americana na Inconfidência Mineira a existência de um livro intitulado *Recueil des loix constitutives des États-Unis de l'Amérique*, em posse do alferes Tiradentes, o qual foi entregue aos agentes do governador de Minas pouco antes de sua prisão a 10 de maio de 1789. Publicado em Paris em 1778, o *Recueil* continha uma coletânea de transcrições de documentos escritos pelos fundadores dos Estados Unidos, a Declaração da Independência e algumas das Constituições dos estados americanos do norte.<sup>53</sup> Segundo Maxwell, o livro foi usado pelos conspiradores para discutir a ruptura com Portugal, que visava replicar o feito dos americanos-ingleses nas Minas Gerais.

Além de debates sobre o republicanismo, a liberdade, o destino dos portugueses no hipotético novo Estado e símbolos patrióticos – como uma nova bandeira, por exemplo –, um dos problemas discutidos pelos conspiradores terá sido a escravidão, certamente tendo o *Recueil* como referência.<sup>54</sup> Nas Minas, as ideias de libertação não avançariam diante da resistência dos proprietários de escravos dentre os conspiradores. Maxwell afirma que estes chegaram a debater a libertação dos *negros* nascidos no Brasil e dos mulatos, no interesse da defesa do novo Estado a ser constituído.<sup>55</sup> A conspiração, no entanto, acabaria interrompida com a prisão dos seus líderes e a instauração das devassas, que acabariam por completo com as ambições secessionistas nas Minas.

---

<sup>51</sup> Carta de Thomas Jefferson a Mr. John Jay. Marselha, 4 de maio de 1787. National Archives. Disponível em <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-11-02-0322>. Acesso em 25 de julho de 2019; Apud Maxwell, 1989, p. 8.

<sup>52</sup> Ibid.

<sup>53</sup> Sobre o livro de Tiradentes, ver Maxwell, Kenneth (coord.). *O Livro de Tiradentes: transmissão atlântica de ideias políticas no século XVIII*. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2013.

<sup>54</sup> No *Recueil*, a Constituição de Delaware já abordava medidas a serem tomadas para abolir a escravidão. Apud Maxwell, 2013, p. 26.

<sup>55</sup> Ibid, p. 43.



Esses fatos nos proporcionam uma melhor visão de como a Revolução Americana serviu de inspiração aos luso-americanos já nos primeiros anos após a conquista da independência das Treze Colônias e, principalmente, no despertar de novas mentalidades cujas lealdades políticas se encontravam em mutação. Contudo, espalhados pelo vasto território da colônia, o número de letrados e intelectuais era ainda muito restrito e disperso nestes finais de século XVIII. Não havia uma “classe intelectual” coesa, promotora de debates e articuladora de uma mentalidade independentista. A taxa de alfabetizados era baixíssima<sup>56</sup> e, mesmo se admitirmos a ocorrência de práticas orais na transmissão do conteúdo de livros sediciosos, por exemplo, o debate político de índole contestatória estava limitado a uma pequena minoria.

Por fim, dadas as características da elite letrada na América Portuguesa, o rompimento idealizado pelos sediciosos mineiros estava associado à secessão de Portugal e não à rutura com as estruturas do Antigo Regime. Para os habitantes das Minas Gerais, o desfecho da Revolução Americana oferecia a promessa de que era possível promover as reformas por eles ensejadas sem o rompimento da ordem social vigente. Sem poder dissertar aqui sobre os acontecimentos que explicam a emergência deste ensaio de sedição, nem aprofundar uma análise deste movimento, importa de momento perceber a importância da Revolução Americana para o ensaio sedicioso e para alguns de seus participantes. Para os sediciosos que viriam depois, a Revolução Francesa – que eclodiu em 1789 quando os inconfidentes de Minas já haviam sido presos – seria naturalmente um episódio inspirador.

### **1.3- A Revolução Francesa (1789)**

A tomada da Bastilha em 14 de julho de 1789 – e todos os seus desdobramentos em termos políticos e sociais – mudaria o rumo da Europa, derrubando tronos e destruindo antigos Estados. Os princípios que inspiraram a revolução, baseados na “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, moldariam as mentalidades nas décadas vindouras, do mesmo modo que o faria *Le Terreur* – ou o Período do Terror<sup>57</sup> –, a fase mais sangrenta da

---

<sup>56</sup> Para efeito de comparação, no ano de 1872, mais de oitenta anos depois da Inconfidência Mineira, o primeiro censo brasileiro daria para a população de 5 ou mais anos uma taxa de analfabetismo da ordem dos 82,3%. Marchelli, Paulo Sérgio. As minorias alfabetizadas no final do período colonial e sua transição para o império: um estudo sobre a história social e educação no Brasil. *Educação Unisinos*, São Leopoldo, v. 10, n. 3, (2006) pp. 187-200, p. 196.

<sup>57</sup> Donald Greer estima que o total de mortes durante o Reino do Terror tenha sido aproximadamente de 41 mil, um número que não inclui as mortes nas prisões, tampouco as mortes decorrentes de combates. Greer,

Revolução. Entretanto, na América Portuguesa, a influência da Revolução Francesa não alcançaria o mesmo feito.

Nos primeiros anos após a Revolução de 1789 foram poucas as revoltas que questionaram a legitimidade monárquica e ameaçaram a sobrevivência do Império Português, sendo inclusive reprimidas antes mesmo de promoverem qualquer levante de grande escala. A mais significativa aconteceria em 1798, em Salvador. Revoltas como a Conspiração dos Suassunas de 1801, por exemplo, se resumiriam a conversas indiscretas trocadas por correspondência entre um dono de engenho de Pernambuco e um amigo de Lisboa. Nas correspondências delatadas às autoridades locais, os conspiradores, inspirados por ideais iluministas, afirmaram ser preciso “buscar a liberdade”, cogitando para tanto o apoio de “amigos franceses”.<sup>58</sup>

Se os princípios revolucionários franceses não tiveram maior influência sobre os súditos portugueses na América, ao menos no que se refere ao número de revoltas e motins que eclodiram, há na visão de Roderick Barman três fatores que explicam este fato: a vigilância da Coroa Portuguesa tanto na metrópole como no Novo Mundo; o *boom* econômico na América Portuguesa diante da demanda da Europa em pé de guerra; e as reformas de D. Rodrigo de Souza Coutinho no final do século XVIII.<sup>59</sup>

Além de manter uma forte vigilância sobre as ideias que circulavam nos territórios do Império Português, reprimindo mesmo o menor sinal de dissidência, a Coroa Portuguesa atuava na contraofensiva: ao mesmo tempo que fiscalizava os americanos educados em França durante a Revolução Francesa, que desejassem retornar à América, as autoridades promoviam ações que visavam prevenir a proliferação dos “ideais franceses” que pudessem inspirar revoluções, como a que ocorreria em São Domingos.

O colapso de São Domingos, as guerras europeias e a consequente demanda por *commodities* vindas das capitanias do Brasil seriam responsáveis por um grande *boom* econômico na América Portuguesa, seguido de um período de grande prosperidade. Esse crescimento ajudaria a manter as elites locais ocupadas e satisfeitas, diminuindo o fardo dos impostos e fortalecendo a situação fiscal e administrativa da Coroa Portuguesa.<sup>60</sup>

---

D. *The incidence of the terror during the French Revolution: a statistical interpretation*. Cambridge, Harvard University Press, 1935.

<sup>58</sup> Das Neves, Guilherme P. A suposta conspiração de 1801 em Pernambuco: ideias ilustradas ou conflitos tradicionais. [Online] *Revista Portuguesa de História*, v. 2, n. 33, (1999) pp. 439-481. Disponível em [https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/46221/1/A\\_suposta\\_conspiracao\\_de\\_1801.pdf?ln=pt-ptconflitos\\_tradicionais](https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/46221/1/A_suposta_conspiracao_de_1801.pdf?ln=pt-ptconflitos_tradicionais). Acesso em 13 de julho de 2019.

<sup>59</sup> Apud Barman, 1988, p. 34.

<sup>60</sup> Valentim, Alexandre. *Os sentidos do Império: Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Coleção Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento. 1993.

Já as reformas de D. Rodrigo de Souza Coutinho, apresentadas no final de 1797, propunham uma reorganização administrativa do Império Português, onde a sede política da monarquia em Lisboa deixava de ser indispensável. Atuando a favor dos interesses da Coroa, o ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho conciliava a implementação de suas reformas com a cooptação para cargos administrativos de indivíduos pertencentes à elite letrada – mas não só – que poderiam se voltar contra o *status quo*.<sup>61</sup>

Barman argumenta que os três fatores acima referidos – de ordem administrativa, econômica e intelectual – se juntam a outro aspecto fundamental para explicar a modesta influência da Revolução Francesa na América Portuguesa nesses primeiros anos: sua filosofia e os grupos sobre os quais esta ecoava. O *slogan Liberté, Égalité e Fraternité*, proclamado pelos revolucionários, apelava a uma camada da sociedade à qual os franceses chamavam de *le menu peuple*<sup>62</sup> – pessoas de estatutos sociais inferiores. Tratava-se de uma população em crescimento no Novo Mundo que incorporava portugueses de descendência, *gente de cor*, nascidos livres ou libertos, que residiam geralmente nos centros urbanos, ocupando-se em pequenos ofícios como comerciantes, carpinteiros, sapateiros e alfaiates, bem como em outros trabalhos que requeriam alguma experiência na profissão.

Apesar de aspirarem à ascensão social, os pertencentes a esta parcela da sociedade no Novo Mundo – especialmente os descendentes de portugueses – viam-se diante de uma condição de sujeição e dependência face a uma minoria privilegiada, também, pelos ideais societários do Antigo Regime. Ao mesmo tempo, enfrentavam em suas atividades profissionais a crescente competição de escravos – os que possuíam habilidades específicas em alguma atividade e trabalhavam por ganho – e de imigrantes portugueses remediados.

Como a ascensão a um *status* socioeconômico mais elevado lhes era negado, parece natural que um movimento independentista com aspirações republicanas obtivesse o suporte destes grupos, particularmente do de *gente de cor*, uma vez que lhes favorecia a possibilidade de ascensão social. Passaria quase uma década após o início da Revolução Francesa para que houvesse na América Portuguesa uma revolta que tivesse essas características.

---

<sup>61</sup> Maxwell, Kenneth. The Generation of the 1790's and the Idea of a Luso-Brazilian Empire, in D. Alden (ed.), *The Colonial Roots of Modern Brasil*. Berkeley (1973) pp. 131-39.

<sup>62</sup> Apud Barman, 1988, p. 35.

#### 1.4- Revolta dos Alfaiates (1798)

Em 12 de agosto de 1798, um movimento composto de pessoas de baixa condição social eclodia em Salvador, na Bahia. Cartazes afixados nas praças e em edifícios públicos da cidade convocavam a população para uma “revolução” que implantaria a “República Bahiense”.<sup>63</sup> Os revoltosos reivindicavam a independência da pátria e a igualdade social e racial.<sup>64</sup> Um dos boletins, intitulado “Aviso”, informava que 676 pessoas eram partidárias do movimento que objetivava acabar com “o jugo da dominação portuguesa e a abusiva cobrança de impostos no Brasil”.<sup>65</sup> Outro, notadamente inspirado pelos ideais iluministas, se mostrava ainda mais animado:

Animai-vos povo bahiense que está para chegar o tempo feliz da nossa liberdade; o tempo em que todos seremos irmãos; o tempo em que todos seremos iguais.<sup>66</sup>

As autoridades locais mover-se-iam rapidamente para suprimir a ação do movimento, iniciando de imediato uma investigação que levaria 32 revoltosos à prisão. Apesar de descrita por alguns historiadores como “uma rebelião que visava estabelecer um governo democrático no continente do Brasil”, sabe-se hoje que o movimento estava confinado aos limites da cidade de Salvador, com a expectativa de que a capitania trilhasse o mesmo caminho.<sup>67</sup> Os participantes eram em sua maioria *gente de cor* de origem local, com profissões diversas – encontrando-se carpinteiros, sapateiros, alguns soldados alistados, um professor e um letrado, além de uma dezena de alfaiates, que acabariam por dar o nome à revolta, conhecida como Revolta dos Alfaiates ou Conjuração Baiana.

Durante as investigações, João de Deus do Nascimento, um dos líderes dos revoltosos, afirmara que era “necessário que todos se tornem Franceses para que tudo seja nivelado em uma revolução popular”.<sup>68</sup> Essa visão significava que a mudança desejada

---

<sup>63</sup> Valim, Patrícia. Da contestação à conversão: a punição exemplar dos réus da Conjuração Baiana de 1798. *Topoi* (Rio de Janeiro), 10 (18), (2009) pp. 14-23, p. 14. Disponível em <https://dx.doi.org/10.1590/2237-101X010018002>. Acesso em 1 de julho de 2019.

<sup>64</sup> Morton, F.W. *The Conservative Revolution of Independence: Economy, Society and Politics in Bahia. 1790-1840*. University of Oxford, 1974.

<sup>65</sup> Apud Valim, 2009, p. 14.

<sup>66</sup> Ibid.

<sup>67</sup> Sobre a Revolta dos Alfaiates, ver Jancsó, István: *Na Bahia contra o Império: História do Ensaio de Sedição de 1798*. São Paulo: Hucitec /Salvador: EDUFBA, 1996.

<sup>68</sup> Apud Barman, 1988, p. 36.

pelos simpatizantes da causa revolucionária passaria pela destruição da ordem social vigente. Não obstante, a causa não conseguiria angariar o suporte necessário para frutificar, sobretudo porque quem mais poderia influenciar a opinião pública – os letrados, os intelectuais e os comerciantes, além de todo o *establishment* governamental – não compartilhava dos anseios dos revoltosos, uma vez que possuía interesses de toda a sorte na manutenção da ordem social. Os participantes do movimento foram firmemente punidos sob ordens de D. Rodrigo de Souza Coutinho.<sup>69</sup>

Com a ascensão do déspota Napoleão Bonaparte, autointitulado “filho da Revolução Francesa”, consequências na América Portuguesa seriam sentidas aquando da invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas em 1807, o que levaria a corte portuguesa e parte dos oficiais de seu aparato administrativo a migrarem para os seus domínios na América. A transferência da corte para o Rio de Janeiro traria alterações econômicas, culturais e políticas sem precedentes para as capitanias do Brasil e para todo o Império Português, as quais irei trabalhar no próximo capítulo. Entretanto, o mesmo não sucedeu em relação às influências diretas da Revolução Francesa na América Portuguesa, pois estas parecem ter sido relativamente controladas pelas autoridades lusitanas.

### **1.5- A Revolução Haitiana (1791-1804)**

A influência da Revolução Haitiana (1791-1804) na América Portuguesa foi exercida de duas formas: pelo perfil dos revolucionários e pela natureza da revolução. Violenta desde o seu ponto de partida, a revolução protagonizada pelos escravos e *homens de cor* da ilha levaria a colônia francesa a mais de uma década de guerra civil. A brutalidade da revolução e o Massacre do Haiti de 1804, que dizimaria a população branca<sup>70</sup> sobrevivente da revolução, assustariam a população branca e os donos de escravos.

Nem mesmo as crianças ou as mulheres brancas seriam poupadas do massacre, sob o argumento de que, se as deixassem viver, dariam à luz “novos franceses”.<sup>71</sup> O medo

---

<sup>69</sup> As penas variaram entre chibatadas, degredo e pena capital. Foram enforcados e esquartejados os alfaiates João de Deus do Nascimento e Manuel Faustino, os soldados Lucas Dantas de Amorin e Luiz Gonzaga das Virgens e Veiga. Apud Valim, 2009.

<sup>70</sup> Entre três a cinco mil pessoas brancas, incluindo homens, mulheres e crianças, foram mortos no Massacre de 1804, erradicando quase totalmente a população branca da Ilha de Hispaniola. Girard, Philippe R. *The Slaves Who Defeated Napoleon: Toussaint Louverture and the Haitian War of Independence 1801–1804*. Tuscaloosa, Alabama: The University of Alabama Press. 2011, p. 322.

<sup>71</sup> Ibid, p. 321.

de uma revolta ou de um movimento político liderado por *gente de cor*, agravado pelas queixas e rancores dos escravos – o *haitianismo*, como ficou conhecido – perseguiria os círculos das elites brasileiras até pelo menos à metade do século XIX<sup>72</sup>, quando se inicia genuinamente o processo abolicionista.

Embora *La Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen* (a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão), aprovada em 26 de agosto de 1789 e assinada pela Assembleia Nacional durante a Revolução Francesa, estabelecesse direitos fundamentais para todos os homens e cidadãos, a distinção dos chamados *cidadãos ativos* dos *cidadãos passivos* resultou, na prática, na exclusão de mulheres, jovens, estrangeiros e também dos escravos. *La Déclaration* não fazia qualquer menção, explícita ou implicitamente, sobre o problema da escravidão.<sup>73</sup>

Essa omissão, entretanto, não impediria que a revolta de escravos em São Domingos, atual Haiti, fosse inspirada pelas palavras expressas no documento, conforme já havia abordado Cyril Lionel Robert James.<sup>74</sup> De fato, a Revolução Haitiana obrigaria os revolucionários franceses a reverem o tema omitido na Declaração de 1789, acabando, nos anos seguintes, por força dos agravamentos sociais na colônia caribenha, a exigir a abolição da escravidão nas colônias francesas, na subsequente Convenção de 1794. Entretanto, Napoleão a reintegraria em 1802.

A Revolução do Haiti teve início após uma reunião secreta, na noite de 21 de agosto de 1791. Os escravos decidiram se rebelar contra os seus senhores, que foram arrastados de suas camas para serem mortos.<sup>75</sup> Em cerca de dez dias, os revolucionários já haviam assumido o controle de toda a província do norte em uma revolta escrava sem precedentes nas Américas. Depois de uma década de guerra civil, a revolta acabaria por culminar na conquista de toda a Ilha de Hispaniola, que inclui a parte hoje pertencente à República Dominicana, sob a liderança de Toussaint L'Ouverture. Embora os revoltosos

---

<sup>72</sup> Apud Barman, 1988, p. 37; p. 254.

<sup>73</sup> Jacques-Pierre Brissot e o grupo conhecido como *Les Amis des Noirs*, ou “Os Amigos dos Negros”, chegaram a defender expressamente a abolição da escravidão nas colônias francesas nos encontros do *Club Massiac*, formado em julho de 1789 para discutir a representação colonial no parlamento francês. A iniciativa, porém, não contou com nenhum aval. Blackburn, Robin. *The Overthrow of Colonial Slavery, (1776-1848)*, Verso, Londres, 1988, p. 174-175.

<sup>74</sup> James, C. L. R. *The Black Jacobins: Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution*. New York, Vintage Books. 1963. (1ª edição 1938)

<sup>75</sup> Há relatos de crianças decapitadas, cujas cabeças eram colocadas em estacas a serem carregadas na frente das colunas rebeldes. Perry, James. *Arrogant Armies Great Military Disasters and the Generals Behind Them*. Edison: Castle Books, 2005, p. 60.

exigissem a liberdade da escravidão, não clamavam inicialmente pela independência da França.<sup>76</sup>

Toussaint L'Ouverture acabaria por declarar-se governador-geral e aboliria a escravidão na ilha em 1801. Na Europa, a ascensão de Napoleão provocaria uma reação contra os revolucionários. Após a reinstituição da escravidão em 1802, L'Ouverture seria capturado por tropas francesas e aprisionado na Europa, onde morreria em 1803, contribuindo para inflamar a rebelião na ilha. Sob a liderança de Jean-Jacques Dessalines, os revoltosos acabariam por vencer os franceses em 1803. Em janeiro de 1804, Dessalines declararia independente o novo Estado, ao qual seria dado o nome de Haiti.

O Haiti emerge como a segunda nação do Ocidente a conquistar sua independência, depois dos Estados Unidos. Apesar das inspirações do iluminismo, a nova nação nascia em meio a um ambiente de grandes ressentimentos, onde prevalecia o sentimento anti-brancos, sobretudo em relação aos brancos franceses, conforme observa David Geggus.<sup>77</sup> Ao declarar o Haiti um Estado independente em nome dos Haitianos – sem o consentimento democrático –, Dessalines atribuiu a si mesmo o poder, tomando o título de “governador-geral vitalício”, que ele substituiu nove meses depois por “imperador”.<sup>78</sup> O que se seguiria à Declaração da Independência do Haiti tornar-se-ia um regime militar autocrático. Não há, por exemplo, qualquer defesa de direitos republicanos<sup>79</sup> ou quaisquer outros direitos patentes na Declaração. Em vez disso, a ideia de independência nesse contexto estava restrita à liberdade da escravidão.

## 1.6- O Haitianismo na América Portuguesa

A revolução e os seus desdobramentos teriam um grande impacto nas Américas.<sup>80</sup> A Rebelião de Coro na Venezuela, em 1795, tinha entre os revoltosos uma alta porcentagem de escravos e outros *homens de cor* libertos, liderados por José Chirinos e José Caridad Gonzalez. Mulatos constituíam também a maioria dentre os rebeldes na

---

<sup>76</sup> Dubois, Laurent. *The Avengers of the New World: The Story of the Haitian Revolution*. Cambridge: Belknap Press, 2005, p. 105.

<sup>77</sup> “(...) the declaration of independence vowed ‘eternal hatred of France’ and called for vengeance against those French who remained in the country. Most were massacred in the following months. Dessalines’s constitution forbade landowning by ‘whites’ and mandated that all Haitians be designated blacks”. Geggus, David. *The Haitian Revolution in Atlantic Perspective*. In Canny, Nicholas, Morgan, Philip (eds.) *The Atlantic World c.1450-c.1820*, Oxford Handbooks series, Oxford University Press, 2011, pp. 533-549.

<sup>78</sup> Apud Geggus, 2011, p. 547.

<sup>79</sup> “*The État d’Haïti founded in 1804 was not a republic, although historians persist in calling it one.*” Ibid.

<sup>80</sup> Kaisary, Philip James. *The Literary Impact of the Haitian Revolution*, Ph.D. dissertation. University of Warwick. 2008, p. 8-10.

Rebelião de Maracaibo, em 1799, assim como na Conspiração de Aponte de 1811-12, em Havana.<sup>81</sup>

Em Charleston, na Carolina do Norte, Denmark Vesey foi condenado à execução pelas autoridades locais, acusado de liderar uma iminente revolta escrava de grandes proporções em 1822.<sup>82</sup> No Brasil, como já ficou dito, a Revolução dos Alfaiates de 1798 foi maioritariamente constituída por *gente de cor*. Em 1857, Francisco Varnhagem afirmou que a revolução da Bahia foi “um arremedo das cenas de horror que a França e principalmente a bela São Domingos acabavam de presenciar”.<sup>83</sup>

As apropriações de ideias da revolução haitiana no século XIX foram frequentes, afirma Luiz Mott.<sup>84</sup> Em 1805, o nome de Dessalines já havia chegado ao Rio de Janeiro.<sup>85</sup> Por esta razão, o feito revolucionário haitiano preocupava as autoridades portuguesas. O inglês William Bowles testemunhou e escreveu, em carta datada de 1817<sup>86</sup>, que o engajamentos de *negros* e escravos ajudando os insurgentes em uma revolução na Província de Pernambuco poderia levar ao “estabelecimento de uma segunda São Domingos nos territórios brasileiros”.<sup>87</sup> O Capitão José Maria Monteiro afirmou nesse mesmo ano que, no Recife, o “exemplo da Ilha de S. Domingos é tão horroroso e está ainda tão recente, que ele só será o bastante para aterrar os proprietários do Continente”.<sup>88</sup>

Segundo um *aperçu* escrito em francês, provavelmente elaborado por um emissário de D. João VI<sup>89</sup> a fim de obter informações a respeito do clima político e social do Brasil às vésperas da Independência, o clima nas capitanias era de insegurança, tensão e medo face a uma insurreição.<sup>90</sup> Deste modo, as autoridades portuguesas usariam a

---

<sup>81</sup> Apud Geggus, 2011, p. 110.

<sup>82</sup> O’neil Spady, James. Power and Confession: On the Credibility of the Earliest Reports of the Denmark Vesey Slave Conspiracy. *The William and Mary Quarterly*, v. 68, n. 2, (2011) p. 287-304. Disponível em [www.jstor.org/stable/10.5309/willmaryquar.68.2.0287](http://www.jstor.org/stable/10.5309/willmaryquar.68.2.0287). Acesso em 13 de julho de 2019.

<sup>83</sup> Citado por Moura, Clovis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. Edusp, São Paulo, 2004, p. 203.

<sup>84</sup> Mott, L. A Escravatura: o Propósito de uma Representação a El-Rei sobre a Escravatura no Brasil. *Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros*, (14), (1973) pp. 127-136, p. 128.

<sup>85</sup> “O ouvidor do Crime da cidade do Rio de Janeiro manda que sejam arrancadas dos peitos de alguns cabras e criouloos forros o retrato de Desalinas, Imperador dos Negros da Ilha de S. Domingos.” Ibid.

<sup>86</sup> Mourão, Gonçalo de Barros Carvalho e Mello. *A revolução de 1817 e a história do Brasil: um estudo de história diplomática*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

<sup>87</sup> Carta de William Bowles para Lord Fitzharris, enviada de Buenos Aires em 26 de maio de 1817. Graham, Gerald S.; Humphreys, R. A. *The Navy and South America, 1807-1823: correspondence of the Commanders-in-Chief on the South American Station*. London: Navy Records Society, 1962, p. 200.

<sup>88</sup> Apud Mott, 1973, p. 128.

<sup>89</sup> Ibid, p. 130

<sup>90</sup> “Se continuarmos a falar de direitos do homem, da igualdade (...) toda a revolução terminará no Brasil pelos escravos, que romperam as correntes e incendiaram as cidades, os camponeses, as plantações; massacrarão os brancos e farão deste magnífico Império do Brasil um pendente deprimente da brilhante colônia de São Domingos.” Ibid. (Tradução minha)



revolução do Haiti como um alerta, uma “lição dos perigos” oferecida pelos ideais revolucionários.

Por meio da vigilância, ameaças e punições, os donos de escravos tratariam de eliminar com a máxima eficiência qualquer foco de rebeldia. Mesmo encontros sociais ou manifestações religiosas eram vistos com suspeita. Em uma carta redigida em 1798, D. Rodrigo de Souza Coutinho recomenda ao governador da Bahia, D. Fernando José de Portugal, que se mantivesse vigilante em relação à circulação de livros, dado que na corte corria a informação de que alguns dos principais cidadãos de Salvador estavam “infectados dos abomináveis princípios franceses”.<sup>91</sup>

Quase duas décadas depois, em uma correspondência datada de 16 de dezembro de 1815, Antônio Carlos de Andrada, ouvidor-geral de Olinda, consulta o governador Caetano Pinto a respeito dos festejos religiosos dos *homens de cor* em Olinda. Caetano Pinto responde que, em virtude dos riscos, era necessário ter “a maior cautela em conceder estas licenças”.<sup>92</sup>

O medo de uma insurgência fez com que aumentasse o controle social e a vigilância após o desfecho da Revolução do Haiti. As fugas, antes um dos maiores perigos para os donos de escravos e para a manutenção da ordem, deixariam de o ser, pois a maior ameaça agora era a de que o desejo de autonomia e liberdade se convertesse em revoltas. Consequentemente, era atribuída cotidianamente uma conduta suspeita aos *homens de cor* em ambientes urbanos.<sup>93</sup> Ainda em 1824, na província de Sergipe, o mulato Antônio Rebouças, então secretário do governo sergipano, foi acusado de “elogiar o exemplo do Haiti”<sup>94</sup> e de pertencer a uma sociedade secreta que “pedia uma guerra contra brancos”.<sup>95</sup>

Com efeito, a natureza da Revolução do Haiti dispersaria qualquer apoio dos homens brancos, mesmo que defensores do abolicionismo. O haitianismo, por sua vez, acabaria por condicionar, reativamente, o fortalecimento da união entre as elites da América Portuguesa. Em que medida essa união terá sido fruto do desejo de manter a

---

<sup>91</sup> Varnhagen, Francisco Adolfo. *História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 10ª edição integral, 1981, p. 23. (1ª edição 1877)

<sup>92</sup> Carta ao Doutor Desembargador Ouvidor-Geral da comarca da cidade de Olinda sobre a licença que pediram o Juiz e irmãos de Nossa Senhora do Rosário. Ofício do Governo, código XV, folhas 159-159v. França, Wanderson Édipo. *Serviço das Armas, as gentes do povo e os escravizados: Pernambuco na época da independência (1817-1824)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

<sup>93</sup> Pereira da Costa, Francisco Augusto. *Anais Pernambucanos*. Volume VIII. Recife, FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1983, p. 46.

<sup>94</sup> Apud Geggus, 2011, p. 110.

<sup>95</sup> Morel, Marcos. O Haiti não foi aqui. *Revista Nossa História*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 11, (2004) pp. 58-63.

escravidão ou antes do medo de que se repetisse o que ocorreu em São Domingos é difícil precisar. Provavelmente os dois pontos se entrecruzam.

Mesmo alguns abolicionistas americanos – como Hipólito da Costa, José Bonifácio e mais tarde os revolucionários pernambucanos – tinham em mente que a abolição da escravatura deveria ser um processo gradual, ao invés de uma rutura, a fim de evitar uma guerra civil, visão que se assemelhava à de Thomas Jefferson e à de outros abolicionistas. O certo é que o haitianismo contribuiria para que a união entre as elites brasileiras mantivesse sob controle a ameaça de uma revolta escrava que subvertesse a ordem social.

### **1.7- Revolução Pernambucana (1817)**

As aspirações republicanas chegaram a ameaçar a autoridade imperial quando, em 6 de maio de 1817, alguns homens se rebelaram contra o governo da capitania de Pernambuco, após a notícia de que seriam presos por atividades ligadas à Maçonaria. Em uma carta escrita pelo ouvidor de Olinda, Antônio Carlos de Andrada, ao seu irmão, José Bonifácio, o primeiro descreve com ares de espanto como “cinco ou seis homens foram capazes de destruir um governo estabelecido”, sob a “conformidade de todas as autoridades”.<sup>96</sup> No dia seguinte, os revoltosos proclamariam uma república e declarariam a instalação de um governo provisório. Após receber o apoio de diversas parcelas da sociedade – de letrados a mercadores, oficiais, comerciantes e escravos –, a rebelião ganharia força e se espalharia rapidamente, logo se estendendo à Paraíba do Norte e ao Rio Grande do Norte.<sup>97</sup>

O *slogan* dos revoltosos, com os dizeres “Viva a Liberdade, Viva a Pátria, Viva a Religião”, mostra que, além das aspirações republicanas, havia também características de pendor tradicionalista. A “Pátria”, como já visto neste trabalho, se referia ao local de origem, portanto Pernambuco. A “Liberdade” simbolizava os direitos individuais do cidadão. Para além da inspiração dos ideais iluministas, um trecho da Proclamação do Governo Provisório de Pernambuco sugere que os termos “Religião” e “Liberdade” faziam também referência ao ano de 1645<sup>98</sup>: na Batalha do Monte das Tabocas,

---

<sup>96</sup> Apud Barman, 1988, p. 58; p. 260.

<sup>97</sup> Mota, Carlos G. *Nordeste 1817. Estruturas e Argumentos*. São Paulo, Coll Estudos, n. 8, ed. Perspective, 1972.

<sup>98</sup> “Pois eia, Filhos da Pátria, herdeiros naturais da bravura e da glória dos Vieiras e Vidais, dos Dias e Camarões, vinde sem perda de tempo alistar-vos debaixo das bandeiras da nossa liberdade. Pais e mães de

fazendeiros pernambucanos lutaram contra a ocupação holandesa, carregando bandeiras e proclamando os dizeres “Guerra de Liberdade Divina!”<sup>99</sup>

Influências da Revolução Americana sobre a Revolução de Pernambuco foram sugeridas mesmo à época da revolta. Os tradicionalistas chamariam os rebeldes de “imitadores dos ingleses americanos”.<sup>100</sup> O caso de Antônio Gonçalves da Cruz, conhecido como Cabugá, ajudaria a ilustrar a aproximação com os norte-americanos. Após a instalação do governo provisório de Pernambuco, Cabugá foi enviado aos Estados Unidos da América em março de 1818 munido de uma quantia substancial de recursos com a missão de conseguir armamentos, soldados e apoio formal do governo norte-americano.<sup>101</sup> O presidente James Monroe, a quem os pernambucanos chamariam de *Dear Brother*, se manifestaria disposto a contribuir com causas que “expressassem os princípios da Constituição Americana”.<sup>102</sup>

Cabugá se envolveria ainda em uma conspiração com partidários bonapartistas<sup>103</sup> exilados nos Estados Unidos após a restauração dos Bourbon, que objetivavam libertar Napoleão de sua prisão no Atlântico Sul. Essa relação com os americanos do norte e com os franceses sinaliza que ambas as influências se intercalaram no ideal revolucionário que inspiraria o republicanismo dos revoltosos pernambucanos. Entretanto, é necessário entender essa inspiração ajustada à realidade local. O patriotismo dos revolucionários pernambucanos carregava consigo um elemento regionalista, cuja referência era a *pátria*, sem equivalência no nacionalismo francês.

Hipólito José da Costa, por exemplo, que havia defendido os levantes republicanos na América espanhola<sup>104</sup>, negaria o apoio ao governo provisório de Pernambuco. Ao invés disso, o publicista escreveu uma pesada crítica no Correio

---

famílias, lançai mão da ocasião que se vos oferece de aproveitar os brios de vossos filhos, mandai-os para o campo da honra, e vós os vereis brevemente coroados pelas mãos da pátria dos mesmos louros que ganharam os heróis de Tabocas de Guararapes.” Proclamação do Governo Provisório de Pernambuco, 15 de março de 1817, p. 27-28. Documentos Históricos. Revolução de 1817, Biblioteca Nacional. Disponível em [http://memoria.bn.br/pdf/094536/per094536\\_1953\\_00101.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/094536/per094536_1953_00101.pdf). Acesso em 5 de junho de 2019.

<sup>99</sup> Apud Barman, 1988, p. 58.

<sup>100</sup> Fitz, Caitlin A. *A Stalwart Motor of Revolutions: An American Merchant in Pernambuco, 1817-1825. The Americas*, v. 65, n. 1, (2008) pp. 35-62, p. 39. Disponível em [www.jstor.org/stable/25488072](http://www.jstor.org/stable/25488072). Acesso em 19 de julho de 2019.

<sup>101</sup> Cabral, Flávio José Gomes; Ribeiro, Gustavo dos Santos. *A Missão Cabugá nos EUA: Uma Página Da Revolução Pernambucana de 1817.*, Anais do V Colóquio de História. Perspectivas históricas: historiografia, pesquisa e patrimônio. 16, 17 e 18 de novembro de 2011, pp. 191-200. Disponível em <http://www.unicap.br/coloquiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/5Col-p.191-200.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2019.

<sup>102</sup> Apud Fitz, 2008, p. 39

<sup>103</sup> “*The Pernabucans paid the Bonapartis to go to rebel territory and fight, with the Bonapartis hoping that Napoleon might then flee his Saint Helena exile to Perbambuco.*” Ibid.

<sup>104</sup> Apud Barman, 1988, p. 60; p. 262.

Braziliense, onde condenava não apenas “os erros e a parcialidade dos líderes mas a ignorância em questões de governo, administração e conduta dos assuntos públicos”.<sup>105</sup> Com a crítica, Hipólito da Costa deixava claro o seu desencanto com o republicanismo pernambucano.<sup>106</sup> Apesar da inspiração vinda quer da América do Norte quer da Europa, um dos principais motivos para a revolta viria de influências internas.

Apesar do crescimento econômico na América Portuguesa após a transferência da corte para o Brasil e da abertura dos portos em 1808, a elevação do Brasil a Reino em 1815 fez com que se intensificasse a centralização do poder no Rio de Janeiro, onde, desde 1808, foram replicadas as instituições portuguesas, em um processo chamado por Maria Odila Leite da Silva Dias de “interiorização da metrópole”.<sup>107</sup> Ao descontentamento, fruto da perda de autonomia das pátrias, associa-se o ressentimento popular em relação aos europeus, em especial àqueles estabelecidos em Pernambuco, e que após 1808 passaram a competir com os locais por posições sociais de maior prestígio.<sup>108</sup> O ressentimento desse patriotismo acabaria por enfraquecer a revolta ao ostracizar um grupo importante que poderia, outrora, ter apoiado a causa.<sup>109</sup>

A revolta teria curta duração. No Rio Grande do Norte, na Paraíba do Norte, no Ceará e na comarca de Alagoas, seriam as próprias autoridades locais leais à Coroa a conter a revolta. Já em Pernambuco, um bloqueio naval, em conjunto com uma ofensiva militar, foi suficiente para desarticular a ação dos rebeldes antes mesmo que a expedição militar enviada do Rio de Janeiro chegasse ao Recife.

A Revolução Pernambucana nos mostra que mesmo com a elevação do Brasil à condição de Reino, ocorrida em 1815, a ideia de um Brasil como um todo unido sob a autoridade de um soberano ainda não existia de forma preponderante. Para muitos luso-americanos, as lealdades políticas ainda estavam ligadas às pátrias, era a elas que os locais se sentiam pertencentes e não a um todo brasileiro que não reconheciam como coeso. Além disso, a existência de novas atitudes em relação ao império e à própria monarquia,

---

<sup>105</sup> Correio Braziliense, 19 de julho de 1817. Apud Barman, 1988, p. 60; p. 262. (Tradução minha)

<sup>106</sup> Para Hipólito da Costa, a aparente contradição de pensamento era justificável, uma vez que, na visão do publicista, enquanto na América Espanhola as revoltas aconteceram no espírito da *nação*, a Revolução Pernambucana era um projeto que visava a independência da *pátria*, ameaçando, portanto, o ideal da unidade do Brasil que Hipólito da Costa idolatrava. Apud Barman, 1988, p. 60-61.

<sup>107</sup> Dias, M. O. L. da S. A Interiorização da Metrópole. In: Mota, Carlos Guilherme (org.). 1822: *Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972, pp. 160-184.

<sup>108</sup> Ver Lugar, Catherine. *The Merchant Community of Salvador, Bahia, 1780-1830*. State University of New York at Stony Brook, 1980, p. 122-123.

<sup>109</sup> Apud Barman, 1988, p. 59.

bem como a defesa de novos regimes de governo, como a República, corrobora esta hipótese.

## **1.8- Legado**

O legado das Revoluções Americana e Francesa à América Portuguesa deve ser analisado a partir de diversos ângulos. Por um lado, a Revolução Americana oferecia tanto a base intelectual como a promessa da independência, sem o rompimento da ordem social. Essa promessa não era oferecida pelo ideário da Revolução Francesa. Por outro lado, deve-se aos desdobramentos da Revolução Francesa a transmigração da corte portuguesa para a América, depois da ascensão de Napoleão, fator que contribuiria para o sentimento anti-francês no Império Português. Adicionalmente, uma outra revolução de inspiração liberal na Europa traria enormes consequências para as relações luso-brasileiras: a Revolução Liberal do Porto. Com efeito, os principais eventos considerados neste trabalho como ‘pontos de reflexão’ para a compreensão do processo da independência do Brasil teriam maiormente origem fora do seu território.

Existem, porém, alguns pontos que merecem atenção. No caso da Revolução Americana, alguns paralelos podem ser traçados com a independência do Brasil. Em ambos os casos houve um rompimento político-administrativo com as respectivas nações europeias, mantendo estruturas do Antigo Regime como a escravidão; em ambos os casos, também, foram mantidos pelos novos Estados independentes os costumes, a religião e a cultura herdadas dos colonizadores, mas também dos indígenas e dos africanos, quando existentes. Além disso, assim como os líderes da revolução ambicionavam inicialmente uma posição de conciliação, o mesmo ocorrera no Brasil, conforme veremos mais adiante neste trabalho. Entretanto, em ambos os casos, consumir-se-ia a independência e a construção de um novo projeto de Estado.

Como já mostrava o curso dos eventos nas décadas anteriores à Revolução Americana, o descontentamento dos colonos com as autoridades imperiais sediadas na Grã-Bretanha e a intransigência dessas autoridades em relação às queixas e às exigências vindas da colônia acabariam por transformar-se em uma guerra de independência. Se na América Inglesa foram as medidas tomadas no parlamento inglês e pela própria Coroa Britânica a razão da luta pela independência, na América Portuguesa foram as Cortes de Lisboa, estabelecidas na sequência da Revolução do Porto, a exercer este papel.

Já em relação à Revolução Francesa, sua influência na América Portuguesa a curto prazo fora relativamente modesta. Mesmo com todo o seu furor na Europa, poucos incidentes inspirados pelos ideais revolucionários requereram uma investigação judiciária nos primeiros anos após a revolução nas capitanias/províncias luso-americanas. Destes poucos, apenas um – a Revolta dos Alfaiates de 1798, em Salvador – envolveu um grupo organizado e resultou em julgamentos e punições. A vigilância da Coroa Portuguesa, o *boom* econômico na América após o colapso da Ilha de São Domingos e o haitianismo dele decorrente, combinados com as reformas de D. Rodrigo de Souza Coutinho introduzidas a partir da última década do século XVIII, seriam fundamentais para que as autoridades reinóis mantivessem sob controle as ameaças contra sua autoridade.

Já a inexistência de uma “classe” letrada numerosa, independente, coesa e mobilizada nas capitanias/províncias do Brasil permitiu a manutenção do controle da monarquia sobre os súditos da América Portuguesa. Finalmente, o furor revolucionário, convertido em violência na Revolução Francesa, contribuiu para destruir a crença de que mudanças na forma de governo pudessem ser conquistadas moderadamente. Pelos mesmos motivos, o apoio a uma causa revolucionária face à evidente iniquidade de direitos entre *homens de cor* e homens brancos perderia a sua praticidade<sup>110</sup> após a Revolução Haitiana.

Se de fato as revoluções do final do século XVIII não conseguiram produzir na América Portuguesa feitos de proporções similares, o conjunto de todas as influências, sob várias óticas de interpretação, teria um papel importante. Ao longo das décadas que precederam a independência do Brasil, tanto as influências intelectuais quanto os desdobramentos das revoluções aqui referidas possibilitariam a emergência de novas identidades/lealdades políticas e vínculos socioeconômicos, especialmente após a transferência da corte para o Novo Mundo. As novas concepções espaciais, fruto das mudanças culturais, políticas e econômicas (em parte oriundas destes contextos de convulsão no Ocidente), davam aos luso-americanos uma consciência mais ampla, que permitiria que melhor interpretassem os benefícios – ou mesmo a necessidade<sup>111</sup> – de manter o vínculo com Portugal em uma eventual disputa de interesses.

---

<sup>110</sup>Apud Barman, 1988, p. 39.

<sup>111</sup> Sobre esses questionamentos, vale ressaltar que, ao analisar o evento da abertura dos portos em 1808, Celso Furtado afirmaria que a decisão, influenciada pelo conselheiro José da Silva Lisboa, demonstrava a existência de grupos no Brasil que possuíam “consciência clara de que Portugal constituía um entreposto oneroso”. Mattos, Renato de. Versões e interpretações: revisitando a historiografia sobre a abertura dos portos brasileiros (1808). *HiSTOReLo. Revista de Historia Regional y Local*, 9 (17), (2017) pp. 473-505.

## 2- A Transferência da corte para a América

Um dos mais importantes marcos das relações luso-brasileiras no período colonial foi a transferência da sede da corte portuguesa para o Brasil, no início do século XIX, em face das invasões napoleônicas. A vida cotidiana do Rio de Janeiro – assim como a de todos os súditos que ocupavam o Império Luso – seria profundamente impactada com as transformações advindas dessa transmigração continental. Conforme Renato de Mattos, uma das muitas interpretações sobre o evento, em virtude de sua magnitude histórica, é a visão da transferência da corte como “o princípio do processo que culminou com a independência do Brasil em 1822”. Essa interpretação se vincula diretamente aos “eventos que compõem a cronologia do processo de formação da nacionalidade e do estado brasileiro”.<sup>112</sup>

Realizada nos anos de 1807-08 sob fortes influências externas, a ideia de transferir a corte portuguesa para o Novo Mundo havia sido contemplada pelos portugueses pelo menos desde o século XVI. Em 1580, durante a chamada Crise de Sucessão, D. António I, Prior do Crato, foi aconselhado a buscar um refúgio além-atlântico.<sup>113</sup> No século XVII, durante o período da Restauração, o célebre Padre Antônio Vieira retomaria a ideia da transferência da corte para as Américas e da constituição de um projeto utópico conhecido como o “Quinto Império do Mundo”, que predizia a “grandeza futura dos lusitanos sob a égide de Deus e de Portugal”.<sup>114</sup> No século XVIII, o tema é novamente alvo de análise, desta vez feita por Marquês de Pombal, que, depois do grande terremoto de Lisboa de 1755, pensou seriamente em uma nova capital lusa na América.<sup>115</sup>

O estadista D. Luís da Cunha já havia sugerido alguns anos antes que a corte de D. João V fosse transferida para o Brasil e que o rei assumisse o título de “Imperador do Ocidente”.<sup>116</sup> Na visão de D. Luís da Cunha, enquanto Portugal não sobreviveria sem o

---

Disponível em [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2145-132X2017000100473&lng=en&tlng=pt](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2145-132X2017000100473&lng=en&tlng=pt). Acesso em 1 de agosto de 2019.

<sup>112</sup> Ibid, p. 477.

<sup>113</sup> Pedreira, Jorge; Dores Costa, Fernando. *Dom João VI*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, p. 143.

<sup>114</sup> Lyra, Maria L. V. *A Utopia Do Poderoso Império Portugal e Brasil: Bastidores da Política: 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994, p. 21.

<sup>115</sup> Manchester, Alan K. The Transfer of the Portuguese Court to Rio de Janeiro. In Henry Keith e S.E. Edwards. (eds.) *Conflict and Continuity in the Brazilian Society*, Columbia, University of South Carolina Press (1969) pp. 148-83, p. 174.

<sup>116</sup> Boxer, Charles R. *The Golden Age of Brazil, 1695-1750: Growing Pains of a Colonial Society*. University of California Press, 1962, p. 323-324.

Brasil, este sobreviveria perfeitamente sem Portugal.<sup>117</sup> Segundo os historiadores João Fragoso e Manolo Florentino, a ideia de se estabelecer na América Portuguesa o centro político do império foi sempre alicerçada na perspectiva geopolítica.<sup>118</sup> Essa afirmação faz sentido se considerarmos o fato de que essa aspiração precede o episódio de 1807-08 em mais de dois séculos. Do final do século XVII até 1822, ano da declaração da independência brasileira, o Brasil não era apenas uma peça indispensável do império colonial, mas antes a “essência do próprio Portugal”<sup>119</sup>, uma vez que grande parte das receitas da monarquia portuguesa provinha das suas possessões na América.<sup>120</sup> Na Era Pombalina, 40 % dos impostos<sup>121</sup> recolhidos pela Coroa Portuguesa em todo o império eram oriundos das capitanias luso-americanas. Compreende-se, pois, que tanto as aspirações de natureza econômica como as de natureza geopolítica sejam verdadeiras e estejam intrinsicamente conectadas.

As convulsões na Europa do início do século XIX, fruto dos desdobramentos da Revolução Francesa, criaram um cenário político no qual essa aspiração acabaria por se tornar uma alternativa forçosamente viável. A marcha de Napoleão sobre a Europa colocaria em andamento no continente drásticas mudanças de ordem econômica, social e política. Em 1801, durante a Guerra das Laranjas, D. Pedro José de Almeida, Marquês de Alorna, escreveu ao Príncipe Regente D. João aconselhando-o a deslocar-se para seu “grande império no Brasil”.<sup>122</sup> Em 1803, Silvestre Pinheiro Ferreira, diplomata português em Berlim, reafirmou o conselho, advertindo D. João para que procurasse refúgio em suas colônias na América contra a ameaça da “hidra [Napoleão] que iria destruir as antigas dinastias europeias”.<sup>123</sup>

Naquele mesmo ano, D. Rodrigo de Souza Coutinho afirmaria que “diante dos riscos e perigos iminentes na Europa” e do fato de Portugal não ser “a melhor parte da monarquia”, restava ao “soberano e aos seus povos estabelecer no Brasil um império

---

<sup>117</sup> Sobre a disparidade entre colônia e a metrópole, Charles Boxes escreve: “Whatever the shortcomings of Brazilian society, there can be no doubt but that the colony was in most ways more prosperous than the mother country.” Ibid p. 323.

<sup>118</sup> Fragoso, J.; Florentino, M. *O arcaísmo como projeto. Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro (1790–1840)*. Rio de Janeiro, 1993, p. 63.

<sup>119</sup> Gerstenberger, Debora. Europe in the Tropics? *Comparativ*, 25 (5-6), (2017) pp. 32-46, p. 33. Disponível em <https://www.comparativ.net/v2/article/view/598>. Acesso em 17 de julho de 2019.

<sup>120</sup> Sobre a importância do Brasil para o sistema colonial do Império Português, recomenda-se o excelente trabalho de Jorge M. Pedreira: “From Growth to Collapse: Portugal, Brazil, and the Breakdown of the Old Colonial System (1760–1830)”, In: *Hispanic American Historical Review*, 80, 4, (2000) pp. 839-864.

<sup>121</sup> Fontoura, Virginia de Jesus. *Pedro Gomes Simões: Homem de negócios do Porto – Sec XVIII*. Edições Ecopy, 2010, p. 190 (1ª edição 1950).

<sup>122</sup> Apud Lyra, 1994, p. 108-109.

<sup>123</sup> Silva, Maria Beatriz Nizza da. *D. João VI. Príncipe e rei no Brasil*. Lisboa, 2008, p. 9.



poderoso”.<sup>124</sup> Para D. Rodrigo de Souza Coutinho, a transmigração da corte portuguesa para a América possibilitaria a reorganização das forças militares para defender o reino das forças napoleônicas. Como já apontava Maria Odila Leite da Silva Dias<sup>125</sup>, a mudança permitia também a renovação e o fortalecimento do Estado português como um todo, mantendo unido o seu império multicontinental. Além disso, a transferência da corte portuguesa para a América evitaria um possível destronamento, como ocorrera com a vizinha Espanha. Deste modo, a ameaça napoleônica a Portugal nos primeiros anos do século XIX providenciaria o ímpeto necessário para que fosse colocada em prática a antiga aspiração de instalar na América a sede do governo dos domínios imperiais portugueses.<sup>126</sup>

De acordo com José Luís Cardoso<sup>127</sup>, a historiografia tem como consolidada a interpretação de que a retirada da família real e da corte para a América fora resultado de um longo processo de envolvimento de Portugal na conjuntura belicosa da Europa, polarizada pelo suporte que lhe era dado por França ou por Inglaterra. Em sua tentativa de adotar uma política de neutralidade, pelo menos desde 1804, Portugal se colocara numa posição insustentável. Ao prometer aos franceses a aceitação dos termos do Bloqueio Continental, simulando assim uma falsa declaração de hostilidade contra os ingleses, Portugal consegue negociar secretamente o resguardo de Inglaterra e a condução segura da família real para o Brasil. Portanto, diante da dimensão limitada de Portugal em termos econômicos e militares face ao jogo de poder da Europa do início do século XIX, a estratégia portuguesa passava por buscar meios de proteger a enorme riqueza de seu império colonial, sobretudo o Brasil.<sup>128</sup>

Este capítulo busca analisar a relação entre a transferência da corte portuguesa para o Novo Mundo e o processo que culminaria na independência do Brasil. Analisa ainda a relação entre a instalação da sede do império no Rio de Janeiro e o desfecho singular da manutenção da unidade territorial das províncias, sublinhando questões como as transformações culturais, econômicas e políticas advindas do deslocamento da corte e da construção da nova capital imperial na América Portuguesa. Por fim, aborda os

---

<sup>124</sup> Apud Lyra, 1994, p. 110.

<sup>125</sup> Apud Dias, 1972, p. 167.

<sup>126</sup> Apud Gerstenberger, 2017, p. 36.

<sup>127</sup> Cardoso, José Luís. The transfer of the court to Brazil, 200 years afterwards, *e-Journal of Portuguese History*, number 1, v. 7 (2009) pp. 1-10. Disponível em <https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/handle/10316.2/25337>. Acesso em 22 de julho de 2019.

<sup>128</sup> Apud Cardoso, 2009, p. 8.

impactos da mudança da corte na configuração das disputas de poder com a antiga metrópole.

## 2.1- A abertura dos Portos

Ao desembarcar na América, o Príncipe Regente de Portugal D. João de Bragança decretaria, por meio de uma Carta Régia, a “Abertura dos Portos às Nações Amigas”.<sup>129</sup> Promulgada em 24 de janeiro de 1808, quatro dias após a chegada da corte a Salvador, seria a primeira de uma série de medidas adotadas por D. João no Brasil. As transformações verificadas nas relações comerciais e sociais após a abertura dos portos afetariam profundamente a colônia. A nova sede da corte, o Rio de Janeiro, se tornaria o mais importante centro comercial do império. As transformações advindas do novo arranjo fariam com que o evento passasse a ser visto pela historiografia como “ponto de inflexão histórica”<sup>130</sup>, conforme o autor Renato de Mattos. Algumas interpretações sobre o período joanino foram elaboradas já na primeira década após a transferência da corte.

Em 1818, José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairu, foi encarregado de redigir a “Memória Dos Benefícios Políticos De Nosso Senhor Dom João Sexto”<sup>131</sup>, editada pela Impressão Régia<sup>132</sup> pouco tempo depois da cerimônia de aclamação do monarca português, realizada no Rio de Janeiro. Silva Lisboa compôs a cronologia dos eventos subsequentes à vinda da família real a partir da descrição dos episódios da “Abertura dos Portos” e da assinatura dos “Tratados de Aliança e Comércio com a Inglaterra”, datados de 1810, na redação de cujos decretos ele mesmo, como assessor do Príncipe Regente e defensor do liberalismo econômico, contribuiu.

Esses eventos, segundo o autor, haviam sido “decisivos para o processo de reorganização da Coroa Lusitana no Rio de Janeiro”.<sup>133</sup> Para Silva Lisboa, a abertura dos portos do Brasil a todas as nações pacíficas configurava uma resolução espontânea de D. João que inaugurava “uma nova grande era nos anais da civilização”, lançando as bases

---

<sup>129</sup> Carta Régia de 28 de janeiro de 1808. Site da Câmara dos Deputados, Governo do Brasil. <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao1.html>. Acesso em 17 de julho de 2019.

<sup>130</sup> Apud Mattos, 2017, p. 477.

<sup>131</sup> Lisboa, José da Silva. *Memoria dos beneficios politicos do governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Impressão Régia. 1818.

<sup>132</sup> A Impressão Régia foi a primeira editora brasileira, fundada pelo decreto de 13 de maio de 1808 na cidade do Rio de Janeiro. Subordinada à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, sua abertura no Brasil marca o fim da proibição da instalação de tipografias na América Portuguesa. O tema é abordado na segunda metade deste capítulo e expandido no cap. IV.

<sup>133</sup> Apud Mattos, 2017, p. 478.

para o estabelecimento do sistema liberal econômico e “rompendo com a manutenção deste sistema colonial que atendia somente a um setor privilegiado”.<sup>134</sup>

De acordo com Tereza Cristina Kirschner, a obra de Silva Lisboa procurava responder aos adeptos dos princípios revolucionários franceses, expressando o “otimismo em relação ao futuro do Império Luso-Brasileiro”, buscando consolidar a autoridade régia e a unidade do império após a elevação do Brasil a Reino.<sup>135</sup> A análise de Kirschner faz sentido quando consideramos que o trabalho de Silva Lisboa foi publicado poucos meses depois da Revolução Pernambucana de 1817. Somado a estes fatores, Silva Lisboa adotava um tom compatível com sua perspectiva do mundo, ao constatar alguns dos resultados das medidas adotadas a partir de 1808.

Influenciado pelo pensamento de Adam Smith (1723-1790)<sup>136</sup>, Silva Lisboa publicou, poucos meses após a instalação da corte no Rio de Janeiro, “Observações sobre o Comércio Franco no Brasil” (1808), pela Imprensa Régia. A publicação visava explicar as vantagens da liberdade econômica às forças opositoras à abertura dos portos, assegurando que o desenvolvimento do comércio no Brasil traria progressos à Coroa e à nação, uma vez que “quanto maior for o número dos compradores dos géneros coloniais, tanto mais extração e valor terão estes; e conseqüentemente se animará a sua ulterior e recrescente reprodução”.<sup>137</sup>

Conforme argumenta José Luís Cardoso, a interpretação de Silva Lisboa segue de perto a linha de raciocínio da economia política smithiana, caracterizada pelo reconhecimento das vantagens da liberdade econômica para o aumento da produtividade, bem como para a geração, acumulação e reprodução de riqueza. Nessa visão, concebe-se a existência de uma relação entre a “energia do interesse particular” e o processo de realização de “virtudes sociais baseadas na ideia de reciprocidade e de troca de equivalentes”.

Sobre a natureza do comércio, Silva Lisboa escreve que o verdadeiro espírito do comércio é social, “ele quer ajudar e ser ajudado: ele aspira a dar socorro e recebê-lo: ele carece um benefício recíproco, e não é fecundo, e constantemente útil, senão quando é

---

<sup>134</sup> Ibid, p. 479.

<sup>135</sup> Kirschner, Tereza Cristina. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu: itinerários de um ilustrado luso-brasileiro*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 191. Apud Mattos, 2017, p. 478.

<sup>136</sup> Cardoso, J. L. A abertura dos portos do Brasil em 1808: dos factos à doutrina. [online] *Ler História*, (2008), parágrafo 46. Disponível em <https://journals.openedition.org/lerhistoria/2342>. Acesso em 1 de agosto de 2019.

<sup>137</sup> Apud Cardoso, 2008, parágrafo 30.

repartido”.<sup>138</sup> Em 1810, quando já era possível verificar alguns dos avanços decorrentes da abertura dos portos, Silva Lisboa afirmou que o rei D. João mereceria uma estátua dos habitantes do Brasil consagrando-lhe os “justos títulos de Salvador do Brasil e Libertador dos Portos”.<sup>139</sup>

No jornal *Correio Braziliense*, Hipólito José da Costa dedicou a Silva Lisboa, em 1809, uma resenha crítica, na qual expunha as suas “Observações sobre o Comércio Franco no Brasil”. Apesar de algumas críticas *ad hominem*, que acusavam José da Silva Lisboa de ter uma “atitude servil” em relação ao governo e à corte, o publicista enaltece os méritos e as virtudes da “liberdade de falar e escrever”<sup>140</sup>, um avanço para a América portuguesa. Hipólito José da Costa afirma ainda que a obra de Silva Lisboa era “um opúsculo tão útil e tão cheio de observações, dignas de serem lidas por todos os compatriotas do autor”.<sup>141</sup> Sobre os acordos comerciais com Inglaterra, Hipólito da Costa discordava de Silva Lisboa no que respeita à existência de “uma reciprocidade de vantagens entre o comércio dos negociantes brasileiros em Inglaterra e o comércio dos ingleses no Brasil”, dado que os ingleses eram evidentemente privilegiados.

Entretanto, o publicista admitia que a relação, ainda que iníqua, era necessária. Hipólito da Costa escreveu que, diante da falta de experiência do “país nascente” – o Brasil –, a Inglaterra se revelava uma parceira indispensável: “Na falta de experiência, só da Inglaterra pode-se”, diante das circunstâncias, “aprender a organizar as suas instituições políticas, a dirigir as suas operações comerciais; a dispor e tirar vantagem dos seus recursos de finanças”. Por isso, era “muito louvável que Lisboa apontasse a seus compatriotas aquelas causas intrínsecas, inerentes ao governo inglês, que têm produzido tão benéficos efeitos para a nação”.<sup>142</sup> Deste modo, percebe-se que os escritos de Silva Lisboa do ano de 1818 surgem como uma extensão de seu trabalho intelectual anterior, sempre condizente com seu posicionamento político-ideológico e assim percebido por seus contemporâneos.

Para muitos luso-americanos e europeus residindo na América, em especial no Rio de Janeiro<sup>143</sup> – e evidentemente para os ingleses que lucravam com os acordos –, o

---

<sup>138</sup> Ibid, parágrafo 31.

<sup>139</sup> Ibid, parágrafo 45.

<sup>140</sup> Ibid

<sup>141</sup> Ibid, parágrafo 46.

<sup>142</sup> Ibid, parágrafo 47.

<sup>143</sup> Para uma descrição completa das melhorias no Rio de Janeiro, entre 1808 e 1813, ver o Capítulo VIII de “Notes on Rio...” intitulado “Rio de Janeiro 1808: Improvements to the City...”. Luccock, John. *Notes On Rio De Janeiro, And the Southern Parts of Brazil: Taken During a Residence of Ten Years In That*

desenvolvimento na América portuguesa de fato ocorreu, na medida em que proporcionou o rompimento do monopólio comercial. O mineralogista inglês John Mawe, que conheceu o Brasil antes e depois da chegada da corte ao Rio de Janeiro<sup>144</sup>, descreveu que “o mercado ficou inteiramente abarrotado (...) a baía estava coalhada de navios”.<sup>145</sup> Para efeitos de comparação, em 1808, 90 navios estrangeiros entraram na barra do porto carioca.<sup>146</sup> Segundo John Luccock, comerciante inglês, em 1816<sup>147</sup>, das 1 460 embarcações que entraram no Rio de Janeiro, 398 eram estrangeiras, o que representava um aumento na ordem dos 440 %.

A planilha revela ainda um outro dado interessante: a relação de Portugal com Inglaterra e França. Nela se pode notar que, dessas quase 400 embarcações estrangeiras a ancorar no Rio de Janeiro, 113 eram de origem britânica e apenas 12 eram francesas. Tal diferença reflete tanto o efeito das relações privilegiadas que Inglaterra estabelecera com a Coroa Portuguesa – sobretudo a partir de 1810 – como consequências da hostilidade com França nos anos anteriores, que se prolongaram até o ano de 1814.

Somente a partir de então produtos franceses chegariam ao Brasil em maiores quantidades, uma vez que a queda de Napoleão possibilitou a redução da dependência política da Coroa Portuguesa face aos britânicos. Em 1816, os efeitos dessa mudança já podiam ser percebidos, conforme Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, arquivista real, anotara em uma carta à irmã. Na carta, Marrocos reclama das “quinquilharias francesas a inundar a cidade”<sup>148</sup>, em tom de desprezo típico do patriotismo anti-francês instigado pelo Estado português após a Revolução Francesa e principalmente após a invasão napoleônica de Portugal em 1807.

As transformações não se limitaram ao Rio de Janeiro. Empreitadas como a abertura de novas estradas<sup>149</sup>, até então proibidas nas capitanias do Brasil sem a

---

*Country, From 1808 to 1818.* London: S. Leigh, 1820. Disponível em <https://catalog.hathitrust.org/Record/100164339>. Acesso em 20 de julho de 2019.

<sup>144</sup> Stephen, Leslie, Sir. (1832-1904). *Dictionary of National Biography*, v. 37, 1885-1900. p. 110. Disponível em <https://archive.org/details/dictionaryofnati37stepuoft/page/110>. Acesso em 18 de julho de 2019.

<sup>145</sup> Mawe, J. *Viagens ao interior do Brasil*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, Coleção Reconquista do Brasil, v. 33, 1978, p. 54 (1ª edição 1812)

<sup>146</sup> Apud Mattos, 2017, p. 495.

<sup>147</sup> Apud Luccock, 1820, p. 628.

<sup>148</sup> Marrocos, Luiz Joaquim dos Santos. *Cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos Escritas do Rio de Janeiro à sua Família em Lisboa de 1811 a 1821*. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, (1934), Carta 184, p. 444. Disponível em [http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630\\_1934\\_00056.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1934_00056.pdf). Acesso em 18 de julho de 2019.

<sup>149</sup> Sobre a abertura das estradas, ver Lenharo, Alcir. *As Tropas da Moderação. O abastecimento da Corte na Formação Política do Brasil: 1808-1842*. Biblioteca Carioca, v. 25, 2ª ed, 1992. (1ª edição 1979)

autorização régia pelo menos desde 1733; a instalação de indústrias no território americano, como as fábricas de ferro instaladas em Congonhas do Campo nas Minas Gerais, em 1811, e em Sorocaba, três anos depois; e o estabelecimento de uma comunicação fluvial entre São Paulo e o Mato Grosso<sup>150</sup>, após expedições ao interior da América Portuguesa, constituíram parte de uma série de medidas imprescindíveis ao desenvolvimento da colônia para além dos limites do Rio de Janeiro.

Essas medidas – contempladas no conceito de “interiorização da metrópole” proposto por Maria Odila Leite da Silva Dias, conforme abordado no capítulo anterior – contribuiriam para integrar o Brasil no sistema internacional de produção e comércio, que por mais três séculos esteve sob o monopólio de Portugal.<sup>151</sup>

Em 1877, Francisco Adolfo Varnhagen<sup>152</sup> interpretaria que a Carta Régia de 1808 ensejava as condições necessárias para o “delineamento da nacionalidade brasileira” e da emancipação econômica e política do Brasil, ao mesmo tempo que “libertava o comércio do jugo colonial”.<sup>153</sup> Varnhagen considera que a elevação do Brasil à condição de Reino Unido de Portugal e Algarves, em 1815, constituiu um mero ato diplomático cuja função seria a de notificar os governos das nações aliadas para uma situação já amplamente difundida, como aponta Renato de Mattos. A interpretação de Varnhagen sobre a formação da nacionalidade brasileira já em 1808 é imódica. Também o é a ideia da elevação do *status* do Brasil como um “mero reconhecimento” da percepção da independência já existente desde a transferência da corte.

Dito isso, é preciso reconhecer a significância das transformações políticas e econômicas operadas em tão curto prazo: em cerca de oito anos, o Brasil passa de colônia – *status* mantido por mais de 300 anos – a Reino, sede da corte e centro político-econômico do império. Mesmo antes da rutura com Portugal, a relação entre a abertura dos portos e a “independência” já era vislumbrada por alguns contemporâneos do evento. Em correspondência publicada em 1822 pelo *Revérbero Constitucional Fluminense*<sup>154</sup>, o autor, usando o pseudônimo “Sacristão de Tambi”, escreve:

---

<sup>150</sup> Apud Dias, 1972, p.86.

<sup>151</sup> Pedreira, Jorge. Economia e política na explicação da independência do Brasil. In Malerba, Jurandir (org.). *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro, Editora FGV, (2006), pp.55-97.

<sup>152</sup> Varnhagen, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal*. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1877.

<sup>153</sup> Apud Mattos, 2017, p. 480.

<sup>154</sup> O *Revérbero Constitucional Fluminense* seria o primeiro periódico a ser publicado no Rio de Janeiro depois da extinção da censura prévia, em 1821. Ver capítulos III e IV deste trabalho.

O Rei abriu todos os portos aos pavilhões de todas as Nações, de que deverá resultar? A independência absoluta deste país, a sua separação de Portugal pela impossibilidade de o fazer retrogradar o Comércio de todo o mundo, para o tornar exclusivo de Portugal.<sup>155</sup>

Em 1908, Manoel de Oliveira Lima aprofundaria a interpretação de Varnhagem, ao conceber a proclamação da independência como fruto da interação das circunstâncias políticas e econômicas estabelecidas em 1808 após a transferência da corte e da assinatura da carta de abertura dos portos. No entanto, na interpretação de Oliveira Lima, a abertura dos portos atendia exclusivamente aos interesses ingleses e aos grupos radicados no Brasil, enquanto em Portugal os efeitos seriam drásticos para o comércio e para a indústria.<sup>156</sup>

A visão de Oliveira Lima certamente fazia uma justa leitura das penosas implicações que resultaram para Portugal das medidas adotadas em 1808, quando consideramos os efeitos econômicos inerentes ao fim do monopólio comercial para cidades como Lisboa e Porto. Já a hipótese da sujeição exclusiva às demandas inglesas tem sido contestada. Se, de fato, acordos que assegurassem o apoio político britânico eram importantes, o teor da Carta Régia de 1808 extrapolava essa função. Alan K. Manchester afirma em 1933 que as provisões da Carta, estendidas “a todas as nações amigas”, foram designadas com o objetivo comum de adotar políticas econômicas liberais, resguardando ao mesmo tempo a Coroa Portuguesa das demandas por privilégios exclusivos por parte dos britânicos.<sup>157</sup>

Já os autores Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa<sup>158</sup> afirmam, em 2013, que a ideia de que a abertura dos portos atendia exclusivamente à necessidade de escoamento das produções coloniais ao mercado estrangeiro não explica as disposições aprovadas pela Carta Régia. Segundo Pedreira e Dores Costa, alternativas poderiam ter sido contempladas para essa finalidade, como, por exemplo, a criação de um porto franco nos Açores, como chegou a ser sugerido por D. Rodrigo de Souza Coutinho.

---

<sup>155</sup> Carta do Sacristão de Tambi ao Estudante Constitucional, *Revérbero Constitucional Fluminense*, 8 de janeiro de 1822. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=700223&pagfis=370>. Acesso em 22 de agosto de 2019.

<sup>156</sup> Lima, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil*. v. 1, 1908. Apud Mattos, 2013, p. 496.

<sup>157</sup> Manchester, A. K. *British Preeminence in Brazil: its rise and decline; a study in European expansion*. New York: Octagon Books, 1933.

<sup>158</sup> Pedreira, J; Dores Costa, F. *D. João VI: Um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras. 2008. Apud Mattos, 2013, p. 496.

Segundo estes autores, os termos da Carta Régia de 1808 marcavam o início de uma ação política que se consagrava já “brasileira”, consultando acima de tudo “os interesses brasileiros”.<sup>159</sup> Usado neste contexto, o termo “brasileiro” é uma referência geográfica e não uma nacionalidade. Os autores se referiam aqui aos interesses dos luso-americanos e portugueses europeus radicados na América.

Para alguns autores da historiografia marxista, a abertura dos portos liberava a colônia de três séculos de sujeição, durante os quais se havia impedido o seu livre desenvolvimento. Se olharmos para os escritos de autores como Caio Prado Jr., vemos que o autor havia enfatizado, em 1945, a existência do contraste entre o reino europeu – um “simples intermediário imposto e parasitário”<sup>160</sup> – e a colônia, cuja força produtiva se encontrava em ampla expansão. As medidas adotadas por D. João após a chegada ao Novo Mundo promoviam uma libertação econômica do Brasil e adequavam o império aos desdobramentos do capitalismo com a Revolução Industrial.

Fernando Novais<sup>161</sup> afirma em 1979 que, embora tenha sido uma consequência da migração da corte, a abertura dos portos marca a suspensão do Sistema Colonial. Na visão de Novais, era justamente nessa rutura do Pacto Colonial que residia a origem das tensões entre Portugal e a América. Nessa mesma linha de interpretação, Emília Viotti da Costa<sup>162</sup> afirmaria que as repercussões sociais, políticas e econômicas da transferência da corte, sobretudo após a elevação do Brasil à condição de reino, viriam a agravar a oposição dos interesses entre colônia e metrópole, especialmente por conta da impraticabilidade de administrar uma “monarquia dual”.<sup>163</sup> Essas dinâmicas aprofundariam as condições propícias ao surgimento de novas identidades na colônia e aos desagrvos com Portugal.

## 2.2- A Europeização da América Portuguesa

Não obstante alguns dos resultados das políticas adotadas por D. João após a transferência da corte para a América poderem ser medidos em números estatísticos e indicadores econômicos, talvez tão importante quanto estas mudanças de caráter político

---

<sup>159</sup> Apud Mattos, 2013, p. 496.

<sup>160</sup> Prado Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 23ª edição, 1980, p. 125. (1ª edição 1945)

<sup>161</sup> Novais, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2001. (1ª edição 1979)

<sup>162</sup> Costa, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In *Perspectiva*, ed. Carlos Guilherme Mota, São Paulo: Difel (1968) pp. 64-125.

<sup>163</sup> *Ibid*, p. 95.



e econômico foram os efeitos culturais. Uma vez colocada em prática a transferência da corte para os domínios portugueses na América, a empreitada assumiria um caráter de “missão civilizadora”<sup>164</sup>, conforme nota Afonso Carlos Marques dos Santos.<sup>165</sup> O Rio de Janeiro – capital da colônia desde a mudança para a cidade, em 1763, da sede do vice-reinado, então em Salvador – era agora a nova sede do poder imperial. Para tanto, seria transformada em um “grande laboratório civilizacional”.<sup>166</sup>

A instalação da sede da Coroa no Rio de Janeiro traria drásticas mudanças demográficas e urbanas para a cidade. Somente na viagem para o Brasil, um número aproximado de doze a quinze mil pessoas<sup>167</sup> acompanharam o Príncipe Regente, incluindo pessoas da nobreza, advogados, juizes, comerciantes, médicos, bispos, padres, cozinheiros, dentre outros. Ao longo dos anos seguintes, enquanto a área urbana da cidade aumentava de tamanho com a criação de novos bairros e freguesias, a população – que em 1808 era de 60 mil habitantes – aumentaria em 32,2 %, chegando a quase 80 mil habitantes<sup>168</sup> em 1821, dos quais 43 139 homens livres e 36 182 escravos.<sup>169</sup>

Essa transformação de capital da colônia em capital do império requereria a instalação de um novo aparato administrativo. A Coroa virá essencialmente a estabelecer no Rio de Janeiro uma duplicação das instituições existentes em Lisboa<sup>170</sup>, de modo a permitir o funcionamento da administração real a partir do Novo Mundo. Os primeiros órgãos a serem duplicados seriam o Conselho Militar e o Arquivo Militar, o que mostra a prioridade da Coroa no estabelecimento da ordem e na afirmação de sua autoridade. Essa prioridade seria confirmada com o estabelecimento, em maio de 1808, da

---

<sup>164</sup> Santos, Afonso Carlos Marques dos. A Fundação de uma Europa Possível. In: Tostes, Vera Lúcia Bottrel; Bittencourt, José Neves (eds.), *D. João VI: Um Rei Aclamado na América*, Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, 2000, pp. 9-17.

<sup>165</sup> Identificado com a chamada “história cultural”, Santos visava compreender a construção do paradigma nacional a partir da interpretação de um conjunto de fatores: a ideia de nação presente no discurso político dos letrados luso-brasileiros; a vinda da corte portuguesa para o Brasil; as concepções de Estado e organização social da “geração da independência”, até à outorga da Constituição. O termo “laboratório civilizacional” pode ser um reflexo do objetivo do autor de compreender as construções da história a partir do campo simbólico. Sobre a trajetória e pensamento de Afonso Santos, ver Martins, Ismênia de Lima. Afonso Carlos Marques dos Santos: Um homem do seu tempo, por ele mesmo. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n.1, (2007) p. 13-32. Disponível em <http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/afonso-carlos-marques-dos-santos-um-homem-do-seu-tempo-por-ele-mesmo/>. Acesso em 27 de agosto de 2019.

<sup>166</sup> Apud Santos, 2000, p. 10.

<sup>167</sup> Light, Kenneth. *A viagem marítima da família real. A transferência da corte para o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 10; p. 80.

<sup>168</sup> Maurício de Almeida Abreu fala em 113 mil habitantes no Rio de Janeiro, em 1821. In Abreu, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro 1987, p. 39.

<sup>169</sup> Algranti, Leila M. *O Feitor Ausente: Estudo Sobre a Escravidão Urbana No Rio De Janeiro*. Petrópolis, Brasil: Vozes, 1988, p. 29.

<sup>170</sup> Apud Barman, 1988, p. 46.

Intendência-Geral de Polícia, cuja responsabilidade ficaria a cargo de Paulo Fernandes Vianna. Dentre as suas atribuições, deveria introduzir “medidas civilizatórias” no âmbito da infraestrutura, do desenvolvimento urbano e da engenharia social.<sup>171</sup> Essa função se fazia necessária na visão da Coroa, já que a mesma objetivava transformar a cidade colonial em um espaço apropriado para ser a sede da monarquia por período indeterminado.<sup>172</sup>

No processo de montagem deste aparelho administrativo, o estabelecimento de instituições como o Desembargo do Paço, a Junta do Comércio, Agricultura e Indústria, a Casa da Suplicação e o Erário Régio, assim como a criação do Banco do Brasil, traria prestígio à cidade. Esses empreendimentos facilitavam a administração e o exercício da justiça e de transações econômicas, proporcionando “oportunidades para a prestação de serviços à corte real”, conforme aponta Kirsten Schultz.<sup>173</sup> Soma-se a estes feitos a criação, mais tarde, da Biblioteca Nacional, do Museu Nacional, do Jardim Botânico e do Real Teatro de São João.

Além disso, com o decreto de 13 de maio de 1808 encerrava-se a proibição das tipografias no Brasil. Pela primeira vez na história da colonização portuguesa no Brasil, uma Imprensa Real fora instituída, permitindo que se publicasse o primeiro periódico na América Portuguesa, impresso em máquinas inglesas transportadas com a corte – a *Gazeta do Rio de Janeiro*. No mesmo ano, foi estabelecida uma Junta de Direção, composta por nomes como Mariano José Pereira da Fonseca, José Bernardes de Castro e José da Silva Lisboa. Entre as atribuições da Junta estavam a nomeação de oficiais e a publicação de impressos tidos como “úteis” para a instrução do povo, além da apreciação de todos os textos e livros destinados a impressão.<sup>174</sup>

Como parte dos mecanismos da censura régia, proibia-se a publicação de escritos contra a religião, o governo e os “bons costumes”, cabendo ao Intendente de Polícia a sua fiscalização. Em uma das primeiras publicações da Imprensa Régia, o médico Manuel Vieira da Silva escreve, em consonância com aquilo que inicialmente se podia publicar, que a chegada da família real marcava o início da “feliz epocha, que faz sahir da desgraça

---

<sup>171</sup> Apud Gerstenberger, 2017, p. 39.

<sup>172</sup> Sobre a Intendência-Geral de Polícia, ver Schultz, K. *Tropical Versailles. Empire, Monarchy, and the Portuguese Royal Court in Rio de Janeiro, 1808-1821*. London: Routledge, 2001.

<sup>173</sup> Schultz, Kirsten. Perfeita civilização: a transferência da corte, a escravidão e o desejo de metropolizar uma capital colonial. *Rio de Janeiro, 1808-1821. Tempo*, 12(24) (2008) pp. 5-27. Disponível em <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042008000100002>. Acesso em 22 de julho de 2019.

<sup>174</sup> Imprensa Régia, Arquivo Nacional, Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA). Disponível em <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/204-impresao-regia>. Acesso em 21 de agosto de 2019.

[os habitantes do Rio de Janeiro] e entrar na história das nações policiadas”. Segundo Schultz, ser policiado, neste sentido, significava o rompimento com o passado colonial e a sua integração ao “mundo civilizado”.<sup>175</sup>

Foram criadas Academias Reais (como a Academia Real Militar, que oferecia ensino de Engenharia Civil e Mineração) e uma escola de medicina, ao mesmo tempo que aulas régias ampliadas ofereciam novas oportunidades de educação e de treinamento profissional.<sup>176</sup> A política educacional da Coroa, no entanto, não mudaria o centro intelectual do mundo português: Coimbra. Apesar dos avanços decorrentes da instalação das instituições de ensino avançado – como as escolas de Cirurgia e Anatomia em Salvador (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia) ou a de Anatomia e Cirurgia no Rio de Janeiro (atual Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro)<sup>177</sup> –, nenhuma universidade existiu no Brasil durante o período colonial.<sup>178</sup>

Toda esta dinâmica teria forte influência sobre dois importantes aspectos da independência do Brasil em relação à independência da América espanhola: a manutenção da unidade territorial e a preservação do sistema monárquico. É a essa política educacional que José Murilo de Carvalho<sup>179</sup> atribui o surgimento de um grupo intelectual ideologicamente homogêneo, ainda que disperso pelas províncias e pelo império, conforme abordado no primeiro capítulo. Para Carvalho, os ideais políticos e a afinidade ideológica dos letrados influenciariam diretamente a integração territorial do Brasil e a preservação da Casa de Bragança na independência.<sup>180</sup>

Como abordado no capítulo anterior, a política educacional portuguesa, centralizadora e promotora de vantagens profissionais para os letrados, mantinha a classe intelectual sujeita aos desígnios do *status quo*. O liberalismo defendido por uma parcela significativa dos letrados americanos tinha um caráter reformista. A educação recebida pelos intelectuais luso-brasileiros, a possibilidade de ascensão social e profissional, a dispersão espacial pelo território do império e os ideais por eles defendidos não poderiam

---

<sup>175</sup> Apud Schultz, 2008, p. 13.

<sup>176</sup> Ibid, p. 8.

<sup>177</sup> Além destas, podemos citar também criação da Academia da Guarda Marinha; a Academia Real Militar (atual Escola Nacional de Engenharia da UFRJ), e os cursos de Agricultura e a Real Academia de Pintura e Escultura. Ver Martins, Antônio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. *Acta Cirúrgica Brasileira*, 17 (Suppl. 3), (2002) p.04-06. Disponível em <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-86502002000900001>. Acesso em 21 de agosto de 2019.

<sup>178</sup> Apud Gerstenberger, 2017, p. 41-42.

<sup>179</sup> Carvalho, J. M. de. Political Elites and State Building. The Case of Nineteenth Century Brazil. In: *Comparative Studies in Society and History* 24, 3, (1982) pp. 378-399.

<sup>180</sup> Apud Carvalho, 1982, p. 390.

ter produzido o tipo de pensamento revolucionário que décadas antes inspiraram, por exemplo, os revolucionários franceses.

Hipólito José da Costa, por exemplo, considerado uma das vozes mais importantes do debate intelectual à época de D. João e da instalação da corte na América portuguesa – e uma das vozes independentes<sup>181</sup> – foi definido por Roderick Barman como um típico *English Whig*.<sup>182</sup> A filosofia dos *Whigs* se baseava na defesa de uma constituição balanceada e monarquista, de um forte poder legislativo, da liberdade religiosa e de imprensa, assim como dos direitos individuais, “não ambicionando promover mudanças radicais nas estruturas da sociedade”.<sup>183</sup>

Embora com suas especificidades, é possível dizer que associados a este mesmo perfil de intelectuais estão nomes como D. Rodrigo de Souza Coutinho, José Bonifácio de Andrada e José da Silva Lisboa, assim como o próprio Príncipe D. Pedro. O futuro imperador era proponente das ideias liberais<sup>184</sup>, ávido defensor da abolição da escravidão<sup>185</sup>, leitor de pensadores como Voltaire e Benjamin Constant<sup>186</sup>, tendo sido responsável pela implantação da monarquia constitucionalista no Brasil após a independência, embora a Constituição de 1824 tenha sido outorgada.

A visão de José Murilo de Carvalho sobre a formação do Estado Nacional Brasileiro no século XIX entende que ela refletia em boa parte “o tipo de elite política existente à época da Independência, gerado pela política colonial portuguesa”.<sup>187</sup> A independência seria caracterizada por “uma homogeneidade ideológica e de treinamento adquirida na universidade de Coimbra”, que reduziria os conflitos entre as elites e forneceria “a concepção e a capacidade de implementar determinado modelo de dominação política”. Segundo Carvalho, essas características fariam da independência

---

<sup>181</sup> Roderick J. Barman afirma que a partir de 1812 teria existido um pagamento anual a Hipólito da Costa e ao seu *Correio Braziliense* proveniente da Coroa Portuguesa, como forma de prevenir uma radicalização das opiniões expressas pelo publicista. Apud Barman, 1988, p. 52.

<sup>182</sup> Os *Whigs* foram um movimento e depois um partido político britânico que atuaram desde o século XVI até à metade do século XIX, cuja filosofia era a defesa da monarquia constitucional e do liberalismo clássico britânico. Os *Whigs* transitariam para o *Liberal Party* em 1868 e, em 1912, para o *Conservative Party*, atual Partido Conservador Inglês. Sobre a evolução dos partidos políticos britânicos, ver Bulmer-Thomas, Ivor. *The Growth of the British Party System*. Volume I: 1640–1923, 1965.

<sup>183</sup> Apud Barman, 1988, p. 51.

<sup>184</sup> Em carta ao seu pai, em 1821, a Princesa Leopoldina escreveria sobre o viés liberal de D. Pedro: “*Meu marido, Deus nos ajude, ama as novas ideias.*” Macaulay, Neill. *Dom Pedro: The Struggle for Liberty in Brazil and Portugal, 1798–1834*. Durham, North Carolina: Duke University Press, 1986, p. 93.

<sup>185</sup> Lustosa, Isabel. *D. Pedro I: Perfis Brasileiros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 129-131.

<sup>186</sup> *Ibid*, 70.

<sup>187</sup> Apud Pimenta, João Paulo G. A independência do Brasil e o Liberalismo Português: Um Balanço da Produção Acadêmica. *Revista de História Ibero-americana*, 1:1 (2008) pp. 75-115; p. 81.

um “movimento extremamente conservador”.<sup>188</sup> Conquanto a interpretação de Carvalho sobre a influência desta mentalidade sobre o desfecho da independência pareça bem argumentada, ela por si não explicaria o *rompimento* do Brasil com Portugal.

A ideia de “independência” na visão de uma grande parte das elites letradas luso-americanas se referia – a princípio – à autonomia política.<sup>189</sup> Apesar da defesa da manutenção de uma unidade territorial entre todas as províncias, na visão compartilhada por alguns dos protagonistas do processo de independência do Brasil – como José Bonifácio e D. Pedro – defendia-se a manutenção da “união fraterna” dos Reinos de Brasil e Portugal.<sup>190</sup> Como a independência do Brasil se daria por meio de rutura política com Portugal, contrariando um objetivo expresso no mês anterior à declaração do divórcio<sup>191</sup>, é necessário considerar os motivos que levariam à adoção de posturas mais radicais pelos líderes moderados, as quais contrastavam com seus posicionamentos políticos-ideológicos. Este tema é abordado nos próximos capítulos.

Outro importante elemento inerente à mudança da corte para o Rio de Janeiro foi o estabelecimento de uma “nova nobreza” na América portuguesa, através da distribuição de títulos e honras de grande valor simbólico, que possibilitaram tanto apoio político quanto financeiro à Coroa. Apesar do poderio econômico dessa nova nobreza, que ajudaria a concretizar projetos como a criação do Banco do Brasil, por exemplo, tratava-se de uma nobreza sem o *refinamento* cultural ensejado pela corte portuguesa. A Coroa trataria de abordar este “problema cultural” no âmbito dos chamados “empreendimentos civilizatórios”, conforme Jurandir Malerba.<sup>192</sup> Com o término das Guerras Napoleônicas em Portugal, em 1814, e com o arrefecimento do patriotismo anti-francês<sup>193</sup>, a influência artística francesa teria um crescimento exponencial.

---

<sup>188</sup> Apud Pimenta, 2008, p. 81.

<sup>189</sup> Sobre a autonomia política, ver Bonifácio, J. *Lembranças e apontamentos do governo provisório da província de S. Paulo para os seus deputados*. Rio de Janeiro: Na Typographia Nacional, 1821. Disponível em <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4175>. Acesso em 06 de junho de 2019.

<sup>190</sup> Em certos aspectos, a visão de independência vislumbrada por letrados como Bonifácio se assemelhava ao modelo mais tarde adotado pela Confederação do Canadá em sua “independência” (o termo usado pelos canadenses era *dominion*) da Grã-Bretanha, em 1867. O *dominion* garantia a existência da confederação como uma entidade política autônoma, com seu próprio governo. Mais tarde, já no século XX, seria criada a *Commonwealth*, que ainda hoje mantém ligados por vínculos monárquicos o Reino Unido com outros cerca de 50 países, que inclui o próprio Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Malta, além de países no Caribe, na Ásia e na África.

<sup>191</sup> Ver “Manifesto de S. A. R. o Príncipe Regente constitucional e defensor perpétuo do Reino do Brasil aos povos deste reino” de 1º de agosto de 1822. Disponível em <https://archive.org/details/manifestodesarop00pedr>. Acesso em 5 de agosto de 2019.

<sup>192</sup> Malerba, Jurandir. *A corte no exílio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>193</sup> Apud Schultz, 2008, p. 9.

Objetivando consolidar uma certa elegância cosmopolita no Rio de Janeiro, inspirada na Europa, a Coroa recrutaria a partir de 1815 um expressivo número de artistas franceses. Segundo Schultz, o que veio a ser conhecido como a “Missão Cultural Francesa” incluía mais de uma dúzia de artistas e artesãos, pintores, escultores, gravadores, um compositor, um engenheiro e um arquiteto. O Brasil – como explicava o decreto de 12 de agosto de 1816, exarado aquando da fundação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios – precisava “de grandes socorros da estética para aproveitar os produtos, cujo valor e preciosidade podem vir a formar o Brasil como o mais rico e opulento dos Reinos conhecidos”.<sup>194</sup>

Apesar da importância das “missões civilizatórias”, elas excluía de seus projetos uma parcela fundamental da sociedade. No período joanino, existia no Rio de Janeiro aquilo que o historiador Sérgio Barra denominou de “duas cidades sobrepostas”, representadas pela corte, “em busca da civilização dos costumes à moda europeia”, e pela Cidade, “vvida pela grande população de *negros*, libertos, mestiços, homens livres e homens pobres”.<sup>195</sup>

Essa diversidade acabaria marginalizada pelos esforços europeizantes da Coroa Portuguesa. Para os viajantes europeus, que já viviam a força transformadora das relações de trabalho livre, a escravidão no Brasil “era um abismo intransponível para a civilização e o progresso”, como argumenta Juliana Meirelles.<sup>196</sup> Um tema tão importante, onde se verificavam “trocas culturais entre mundos e sujeitos históricos tão díspares com convivências cotidianas tão próximas no espaço público”<sup>197</sup>, necessitaria de uma investigação que fizesse jus à sua significância, fugindo aos limites deste trabalho.

José Luís Cardoso argumenta que nesse processo de “internalização da metrópole” é importante refletir sobre o quão importantes foram os benefícios e privilégios trazidos para o Rio de Janeiro com a instalação da corte para a centralização do poder<sup>198</sup> naquela que era *de fato* a capital do império. Nesse sentido, cabe analisar em que medida a mudança da corte para o Brasil e a centralização no Rio de Janeiro contribuíram para evitar a fragmentação das províncias, tal como ocorreu na América espanhola. Para responder a estes questionamentos, talvez seja necessário realizar um

---

<sup>194</sup> Ibid.

<sup>195</sup> Citado por Meirelles, Juliana. *Política e Cultura no Governo de D. João VI (1792-1821)*. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp. 2013, p. 10.

<sup>196</sup> Ibid.

<sup>197</sup> Apud Meirelles, 2013, p. 11.

<sup>198</sup> Apud Cardoso, 2009, p. 8-9.

exercício de reflexão acerca de cenários hipotéticos, tarefa complexa para o historiador, mas de alguma valia.

Em *Brazil: The Forging of a Nation (1798-1852)*, Roderick Barman argumenta, tendo como referência as guerras de independência ocorridas na América do Sul entre 1810 e 1825, que, se as guerras de independência na América Espanhola produziram mais de uma dezena de repúblicas, é improvável conceber que a emancipação política da América Portuguesa fosse capaz de naquela altura produzir um resultado diferente.<sup>199</sup> Os obstáculos eram muitos: a falta de comunicação intraprovincial; o forte elo estabelecido entre os luso-americanos e as respectivas pátrias; a inexistência de uma identidade cultural “brasileira”, assim como de uma classe letrada suficientemente coesa, numerosa e mobilizada; e a falta de integração econômica entre as capitanias.

Nesse sentido, a emulação de uma independência nos moldes das Treze Colônias americanas é dubitável. Mesmo na América inglesa, onde se verificava a existência de todos os elementos acima mencionados, fora necessário um conflito de mais de sete anos e uma considerável ajuda internacional – especialmente da parte da França – para conseguir a união de *treze* colônias, dado que nem todas as colônias inglesas na América aderiram à Revolução: as colônias de *Quebec*, *Nova Scotia* e *Newfoundland* se mantiveram leais à Coroa Britânica.

Por conseguinte, no hipotético cenário de uma independência – ou de independências – na América portuguesa, a maior probabilidade seria o desencadeamento de uma desintegração territorial. A transferência da corte para a América portuguesa e as engrenagens políticas, econômicas e sociais mobilizadas a partir de 1808 seriam imprescindíveis para a concepção de um Brasil com a unidade territorial das províncias. Essa premissa pode ser melhor sintetizada por José Murilo de Carvalho, que em 2008 argumentou que “a vinda da corte foi condição necessária, embora não suficiente, da existência do Brasil assim como hoje o conhecemos”.<sup>200</sup> A consolidação da unidade territorial, porém, somente viria por meio de um grande empreendimento político e por meio de força bélica, na primeira metade da década de 1820.

### **2.3- Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves: consequências em dois continentes**

---

<sup>199</sup> Apud Barman, 1988, p. 39.

<sup>200</sup> Carvalho, José Murilo de. D. João e as histórias dos Brasis. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 28, n. 56 (2008) pp. 551-572, p. 55. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v28n56/14.pdf>. Acesso em 22 de julho de 2019.

A inabilidade de se transferir junto com a corte portuguesa uma tropa real forçaria D. João a organizar uma nova tropa no Novo Mundo, a partir de novos recrutas e de um conjunto de unidades militares a serviço da Coroa. A conquista em 1810 da colônia de Caiene, na Guiana Francesa, e a intervenção armada na Banda Oriental, em 1811, seriam testemunho da “eficiência das novas forças armadas”.<sup>201</sup> Ao mesmo tempo, a permanência da corte no Rio de Janeiro, a par do crescimento da burocracia administrativa e da comunidade comercial na capital imperial (composta de burocratas, mercadores, profissionais e prestadores de serviços de toda a sorte), possibilitariam o surgimento de novos sentidos de pertencimento. Novos círculos sociais seriam estabelecidos através de vínculos de casamento, compadrio, de obrigações e amizades, bem como de interesse mútuo.

Essas interações sedimentavam novas dinâmicas sociais na América portuguesa. A organização do Estado português no Brasil, com todo o seu aparato burocrático e suas forças militares funcionais, mais do que fincaram as bases para que fosse atribuído um novo *status* à colônia. Se olharmos externa e objetivamente para o cenário de 1815, onde no Brasil se encontrava não apenas a sede da corte, mas também o centro político e econômico do Império Português, a manutenção do *status* de *colônia* pareceria injustificável.

Ao mesmo tempo, em Portugal, o fim das hostilidades produzia apelos para que D. João retornasse à Europa.<sup>202</sup> Não obstante, D. João optaria por permanecer no Brasil. Para minar a influência britânica, era necessário legitimar o *status quo* que fazia dos domínios portugueses na América a sede da Coroa. Foi esse o contexto no qual se promulgaria a Carta Régia de 12 de dezembro de 1815, a qual criava o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Com a elevação do Brasil à condição de reino, um novo sentimento de orgulho e identificação com a união fora despertado nos *brasileiros* que se beneficiavam diretamente do novo arranjo. A criação do Reino do Brasil dava uma realidade concreta a um conceito espacial maior do que a pátria local, além de oferecer um novo “sentido de

---

<sup>201</sup> Apud Barman, 1988, p.47.

<sup>202</sup> Serrão, Joaquim V. *História de Portugal*. V.7: A instauração do liberalismo (1807-1832). Lisboa, 1984, p. 110.



independência, de uma consciência mais apropriada de sua importância”, como escreveria John Luccock nos anos seguintes ao evento.<sup>203</sup>

Nesse processo de europeização da América, o Brasil – como agora pode ser de fato chamada a América portuguesa – era oficialmente reconhecido como um reino, com um *status* equivalente a Portugal e a outros Estados europeus. Se em algum momento da história a ideia utópica do “Poderoso Império”, presente no imaginário de estadistas e intelectuais portugueses, pudesse ser concebida como uma realidade, sê-lo-ia com o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Se no Brasil, promessas de um futuro próspero vivificaram os brasileiros e europeus que beneficiavam dos novos arranjos políticos e econômicos, o mesmo não pode ser dito em relação a Portugal. A transferência da corte e a decisão de D. João VI pela permanência no Brasil, mesmo após o fim das hostilidades com os franceses, representaram duros golpes aos interesses lusitanos. Os efeitos para a economia de Portugal foram catastróficos. As ações deliberadas pela corte sediada na América agravaram a situação dos portugueses na Europa.

O decreto de 1808 da Abertura dos Portos dismantelava o chamado Pacto Colonial, que até então garantira o exclusivismo comercial metropolitano. Já os Tratados de 1810, que garantiam condições favoráveis aos produtos britânicos que davam entrada em Portugal, dizimaram o comércio de cidades como Porto e Lisboa, desencadeando uma profunda crise econômica e inflamando os ânimos da burguesia local.

Além disso, Portugal havia perdido a sua referência política. O vazio deixado pela ausência do rei e da corte real afetaria profundamente os portugueses. O Conselho de Regência foi extinto e a dinastia de Bragança destituída oficialmente em fevereiro de 1808.<sup>204</sup> A administração de Portugal havia sido entregue pelas autoridades francesas ao governador-geral Jean Andoche Junot. Descontentes e sem perspectivas, muitos portugueses se rebelariam contra o domínio francês.

Confrontos acabariam por se espalhar por várias partes do território de Portugal, especialmente por meio de *guerrilhas* de camponeses rudimentarmente armados, porém bastante aguerridos e indispostos à sujeição às tropas francesas. Dentre os problemas

---

<sup>203</sup> Apud Luccock, 1820, p. 568; p. 573. Disponível em <https://catalog.hathitrust.org/Record/100164339>. Acesso em 22 de julho de 2019.

<sup>204</sup> Em 25 de novembro de 1807, o periódico parisiense *Moniteur* recebe uma carta de Lord Strangford afirmando que a casa de Bragança não mais reinava em Portugal. A carta data de 13 de outubro de 1807. In Oman, Charles William Chadwick, Sir (1860-1946). *A history of the Peninsular War*. 1902, p. 30. Disponível em <https://archive.org/details/historyofpeninsu01oman/page/n6>. Acesso em 6 de agosto de 2019.

enfrentados pelos portugueses estavam a desapropriação, a inflação, a falta de dinheiro para circular no mercado, a fome e as mortes nos campos de batalha. A fuga para outros países tornar-se-ia uma alternativa. À Inglaterra chegava “gente de toda qualidade e em número tal que eu não sei como lhe acudir, porque a maior parte vem faltos de tudo, quase nus”, reclamou o embaixador português em Londres, D. Domingos de Souza Coutinho.<sup>205</sup>

Diante da ausência da corte, Portugal acabaria por se transformar em uma espécie de “protetorado” britânico.<sup>206</sup> É preciso compreender que, para esses portugueses que assistiram à partida do rei e da estrutura administrativa real para a América, que sobreviveriam a uma crise infausta e a uma guerra violenta, o retorno da corte após o fim dos conflitos alimentava a esperança de que Portugal viesse a retomar “o seu lugar” no império. A recusa de D. João em retornar mesmo após o fim das hostilidades na Europa, elevando a reino o *status* do Brasil – enquanto Portugal enfrentava “desoladora situação de pobreza, desemprego e mendigagem”<sup>207</sup> –, representava um ato irreconciliável.

No dia 24 de agosto de 1820, um manifesto a circular na cidade do Porto descrevia o sentimento de revolta e tristeza de muitos portugueses: “Para o cúmulo de desventura, deixou de viver entre nós o nosso adorável Soberano.”<sup>208</sup> Era o início de uma revolução liberal em Portugal, cujas consequências transformariam as relações entre Portugal e o Brasil enquanto reinos irmãos e partes integrantes de um mesmo império, como buscarei demonstrar nos próximos capítulos deste trabalho.

## 2.4- Legado

Para João Paulo Garrido Pimenta, a concepção do ano de 1808 como sendo o início mais delineado do processo de independência é patente.<sup>209</sup> Como argumenta o autor, ao lado da investigação acerca das políticas e ideias reformistas, dos movimentos contestatórios ocorridos na colônia a partir do final do século XVIII, o ano de 1808 nos permite pensar na independência numa perspectiva de longa duração. Sobretudo porque foi após a instalação da sede imperial nos trópicos e a introdução da imprensa que tem

---

<sup>205</sup> Carvalho, D. C. A. B. e M. D. Domingos Antônio De Sousa Coutinho: *um diplomata português na Corte de Londres (1807 – 1810)*. Tese de Mestrado, 2012, p. 11. Disponível em <http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2011/01/DeborahCristinaABastoseMCarvalho.pdf>. Acesso em 6 de agosto de 2019.

<sup>206</sup> Ferreira, Marieta de Moraes. *Memória e Identidade Nacional*. Editora FGV, 2010. p. 60

<sup>207</sup> Apud Oman, 1902, p. 207. (Tradução minha)

<sup>208</sup> De Paula, Sérgio Goes. *Hipólito José da Costa*. Coleção Formadores do Brasil. Editora 34, São Paulo, 2001, p. 108.

<sup>209</sup> Apud Pimenta, 2008, p. 85.

início o processo da popularização dos espaços públicos de discussão política, permitindo a participação de novos atores no debate.

A importância desses espaços públicos no Brasil, a partir de 1808, tem sido amplamente reconhecida nos últimos vinte anos, dado o seu impacto na América. Seria, afinal, graças à expansão destes espaços que o Brasil conheceria pela primeira vez o que pode ser configurado como uma “esfera pública de tipo moderna”, argumenta Pimenta.<sup>210</sup> Essa dinâmica possibilitaria, especialmente depois da Revolução do Porto, o crescimento do movimento liberal português, que se difundia principalmente por meio dos periódicos e em espaços como as lojas maçônicas.

Em termos político-econômicos, as medidas adotadas por D. João produziram incentivos atraentes para os luso-americanos. Assim, ideias ou projetos tidos por estes como “retrocessos” aos avanços possibilitados pelos novos arranjos econômicos dificilmente seriam aceitos sem algum tipo de oposição, incluindo a resistência física. A centralização do poder no Rio de Janeiro, a emergência de novas lealdades e vínculos sociais, assim como o surgimento de um novo conceito espacial com elevação do Brasil a Reino, em 1815, alterariam as mentalidades dos súditos de Brasil e de Portugal.

Para os portugueses europeus, a perda da referência monárquica, a guerra com os franceses e o domínio britânico deixaram Portugal em situação de grande penúria. Mergulhados em uma crise de grandes dimensões, os portugueses sentir-se-iam desamparados, especialmente com a relutância de D. João VI em retornar a Portugal. Parte da frustração e do ressentimento português com essa situação degradante acabaria por ser dirigida ao Brasil e aos *brasileiros*, por vezes de forma amesquinhada e incendiária (como veremos no capítulo IV, sobre a radicalização dos discursos). A ideia de que Portugal havia sido relegado às margens acabaria por ter consequências históricas, com a convocação, sem o consentimento da Coroa, das Cortes Gerais Extraordinárias, que já não se reuniam desde o final do século XVII.

Além disso, é importante apontar certas ambiguidades nas tentativas de “europeizar” a sociedade brasileira após a transferência da corte. Os franceses, por exemplo, eram inicialmente vistos como “elementos subversivos” interessados em fomentar a revolução no Brasil. O Chefe de Polícia, Paulo Vianna, chegou a falar em “purgar” do solo brasileiro os “perigosos franceses”.<sup>211</sup> A situação mudaria após o

---

<sup>210</sup> Apud Pimenta, 2008, p. 86.

<sup>211</sup> Paulo Fernandes Vianna ao Conde de Linhares, Rio de Janeiro, July 30, 1811. Apud Gerstenberger, 2017, p. 42.

Congresso de Viena em 1815, quando a paz foi restaurada na Europa. A Missão Cultural Francesa seria uma amostra de que para as elites, portuguesas ou brasileiras, a cultura francesa era algo a ser copiado. Esse paradoxo entre rejeição e admiração revela um padrão importante na construção da nova capital: “as medidas europeizantes não eram imperativas inflexíveis, mas dependiam de questões políticas contingentes e, portanto, estavam sujeitas a mudanças.”<sup>212</sup>

Entretanto, o maior dos limites do projeto de construção de uma capital *europeizada* na América foi o manejo da escravidão africana. Abolida em Portugal no século XVIII, a escravidão era uma prática exclusivamente colonial. Nesse sentido, a manutenção da escravidão na colônia era o oposto da “europeização” proposta pelas medidas “civilizatórias”.

Apesar de essa contradição não se ter restringido à América portuguesa, e muito menos ao regime monárquico<sup>213</sup>, percebe-se que a prática da escravidão resistia aos conflitos lógicos, morais e filosóficos em movimento no início do século XIX, quando a incompatibilidade da prática escravista com o ideal de liberdade já era amplamente reconhecida por muitos letrados. Não obstante, a ímpia herança escravista sobreviveria ao processo de independência e à formação do Estado do Brasil até à sua abolição pela Princesa Isabel em 1888, um ano antes do *coup d'état* que instaurou o regime republicano no Brasil.

---

<sup>212</sup> Ibid, p. 42-43.

<sup>213</sup> A escravidão resistiria à Declaração da Independência dos Estados Unidos em 1776 e à Declaração dos Direitos dos Homens e dos Cidadãos de 1789 na França Revolucionária, documentos que não fariam qualquer menção à abolição da escravidão (no caso francês, o tema seria abordado em 1794 por ocasião da Revolução Haitiana, porém, revertido em 1802 por Napoleão). Mesmo no Haiti, os *homens de cor* eram forçados a trabalhar ou no campo ou como soldados. O pesado *regime laboral forçado* implementado por Dessalines nas plantações após a Revolução Haitiana, o qual o antropólogo haitiano Michel-Rolph Trouillot chamaria de “militarismo agrário” (Semley, Lorelle. *To Be Free and French: Citizenship in France's Atlantic Empire. Critical Perspectives on Empire*. Cambridge: Cambridge University Press. 2017, p. 51), tornar-se-ia uma um regime que, na prática, se configurava análogo à escravidão.

### 3- As Cortes de Lisboa e a Causa do Brasil

#### 3.1- 1820: A Revolução do Porto

Em seu “Manifesto da Nação Portuguesa aos Soberanos e Povos da Europa”<sup>214</sup>, os revolucionários que se levantaram na cidade do Porto em 24 de agosto de 1820 queixavam-se de que Portugal havia se tornado uma espécie de colônia do Brasil e de Inglaterra. Depois da formação de um governo provisório, os rebelados assumiriam as funções legislativas, com a responsabilidade de preparar uma Constituição. A dinastia de Bragança seria mantida, entretanto o seu retorno imediato para Portugal era exigido. Para “restituir o velho reino à sua condição de metrópole”, da qual se “achava despojado por ser governado por prepostos e receber ordens de além-mar”, era necessário “deprecar ao soberano que volte à pátria ou mande alguma pessoa de sua família”, podendo assim “consolidar a obra da regeneração social”, escreve Manuel Emílio Gomes de Carvalho.<sup>215</sup>

Nem a expulsão dos franceses de Portugal em 1811 ou a queda de Napoleão em 1814 haviam sido suficientes para convencer o rei a voltar, a despeito da promessa feita antes de partir para o Novo Mundo. Em Lisboa, dizia-se que D. João havia se “americanizado”.<sup>216</sup> Em junho de 1820, *O Campeão* já havia alertado: “Acorde, Pai e apressa-te; se não te apressares, talvez não já tenham mais a quem salvar.”<sup>217</sup> A estratégia política de D. João era pragmática: diante da desintegração das colônias espanholas e do risco de que as revoluções “contaminassem” as capitanias americanas<sup>218</sup>, o retorno era desaconselhável. A presença da corte no Brasil assegurava a manutenção das capitanias luso-americanas sob o domínio da monarquia portuguesa.

A convocação das Cortes Extraordinárias, que não se reuniam desde 1698<sup>219</sup>, dá-nos uma dimensão do escopo da revolução. A despeito da presença ou autorização da Coroa, foram decididas, no decorrer de dezembro de 1820, as normas para a eleição dos

---

<sup>214</sup> Manifesto da Nação Portuguesa aos Soberanos e Povos da Europa, 1820. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518749>. Acesso em 29 de agosto de 2019.

<sup>215</sup> Carvalho, Manuel Emílio Gomes de. *Os Deputados Brasileiros Nas Cortes Gerais De 1821*. Edições do Senado Federal, v. 12, 2003, p. 23.

<sup>216</sup> Lima, Péricles Pedrosa. *A Corte no Brasil e os periódicos portugueses 1808 – 1821*. Tese de Doutorado, Lisboa, 2012, p. 145. Disponível em <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/7692>. Acesso em 13 de agosto de 2019.

<sup>217</sup> Schwarcz, Lília M.; Starling, Heloisa M. *Brazil: A Biography*. Allen Lane (Penguin Books), 2018, p. 219. (1ª edição, 2015).

<sup>218</sup> Uys, Errol Lincoln. *Brazil*. Silver Spring Books. 2000, p. 500.

<sup>219</sup> Apud Schwarcz; Starling, 2018, p. 218.

deputados das Cortes, inspiradas na Constituição de Cádiz.<sup>220</sup> Em 26 de janeiro de 1821, “a nação portuguesa se reuniria separadamente de seu rei”<sup>221</sup> pela primeira vez, como lamentou um dos conselheiros de D. João VI. Para o estabelecimento de uma monarquia constitucional, era necessária a presença do monarca nas Cortes. A vasta distância entre Portugal e Brasil, aliada às dificuldades na comunicação, permitiram que a revolução pudesse prosperar sem grandes obstáculos. Soma-se, a este fator, a inabilidade das autoridades régias no Rio de Janeiro – desorientadas com a audácia dos revolucionários<sup>222</sup> – no manejo da situação.

O objetivo deste capítulo é analisar a relação entre as medidas adotadas pelas Cortes de Lisboa a partir de 1821 e a ascensão da Causa do Brasil. O termo “Causa do Brasil”, ou “Santa Causa do Brasil”, foi adotado principalmente pelos redatores do *Revérbero Constitucional Fluminense*<sup>223</sup> para defender um Brasil politicamente autônomo e com províncias unificadas. Nesse sentido, a “independência” não significava, em um primeiro momento, a ruptura com o império, mas sim a manutenção do estatuto adquirido pelo Brasil em 1815. Além disso, busca-se refletir, neste capítulo, o modo como a união de forças opostas ao regime de Lisboa<sup>224</sup> – representadas pelas alas denominadas “radicais” e “moderadas”, cujas características foram descritas no capítulo 1 – acabaria por romper os laços entre reinos irmãos, mas conservando no Brasil a dinastia de Bragança.

### 3.2- 1821: O delineamento das forças opositoras

A princípio, as Cortes adotaram uma postura conciliatória em relação ao Brasil. Para o regime de Lisboa, a opinião pública luso-americana favorável às Cortes facilitava os esforços em torno do regresso do rei, imprescindível para se dar seguimento ao projeto de reorganização do Império Português. A relutância de D. João VI em volver seria o

---

<sup>220</sup> Feloniuk, Wagner Silveira. Tecnicamente, A Primeira Constituição Do Brasil. *História e Cultura*, Franca, v. 4, n. 3, (2015) pp. 204-233.

<sup>221</sup> Carta de J. A. Fragoso a Dom João VI, Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1820. Apud Barman, 1988, p. 68.

<sup>222</sup> Apud Macaulay, 1986, p. 71.

<sup>223</sup> Ver *Revérbero Constitucional Fluminense*, publicado a partir de 1821 no Rio de Janeiro. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=700223>. Acesso em 22 de agosto de 2019.

<sup>224</sup> O uso do termo “regime de Lisboa” é empregado neste trabalho para denominar as forças operantes a partir de Portugal, a favor da causa das Cortes Portuguesas, enquanto o uso do termo “regime do Rio de Janeiro” sinaliza as forças operantes ali, comprometidas com a autonomia política do Brasil. O uso desses termos aparece em Barman, Op. cit, 1988 e “*Citizen Emperor: Pedro II and the Making of Brazil (1825-91)*” (1999), do mesmo autor; “*Nations and Nationalism: A Global Historical Overview* [4 volumes]: A Global Historical Overview” (2008), de Guntram Herb e David Kaplan; “*Race, State and Armed Forces in the Independence-era Brazil. Bahia, 1790s-1840s*” (1964), de Hendrick Kraay.

primeiro duelo de forças entre Lisboa e Rio de Janeiro. Em um primeiro momento, ponderou-se o envio de D. Pedro em lugar do rei, alternativa que foi, no entanto, abandonada. Dentre os empecilhos, receava-se que, uma vez em solo português, D. Pedro fosse aclamado monarca pelas Cortes Constituintes e pelos portugueses por meio de um “acordo de paz”.<sup>225</sup> Além disso, havia a esperança de que uma mudança no curso dos eventos, como uma intervenção militar da Santa Aliança, pudesse nulificar os avanços da revolução.<sup>226</sup>

À medida que a indecisão perdurava, aumentava a desconfiança dos luso-brasileiros em relação ao *status quo*. As promessas “a todos os ultramarinos, sem distinção” de uma “mudança da administração por outra que não tenha os gravames e humilhações do regime colonial”<sup>227</sup> eram atraentes para os portugueses europeus recém-instalados no Brasil e para a *menu peuple*. A notícia de que o Pará e a Bahia haviam aderido à causa constitucional levaria o rei a se comprometer com o retorno. No entanto, a convocação de D. João VI, em fevereiro de 1821, de um conselho deliberativo composto em sua maioria por naturais do Brasil, para discutir a aplicabilidade dos artigos da nova Constituição à realidade brasileira, abria um precedente para a criação de legislações diferentes para o Brasil e para Portugal. Além de contrariar o objetivo de unificar o império sob uma mesma Constituição, a decisão do rei constituía uma afronta à autoridade das Cortes, representadas no Rio de Janeiro pelas tropas portuguesas.

As disputas de poder ocorridas no primeiro terço do ano de 1821 delinearam as forças opositoras do confronto. No dia 26 de fevereiro, um episódio envolveria a guarnição portuguesa do Rio de Janeiro, populares e lideranças sem vínculos com as elites, além do próprio D. Pedro. As tropas militares representavam o núcleo constitucionalista português no Rio de Janeiro. Da parte dos populares, liderados por personagens como o Padre Mocambo, era exigido o juramento do rei à Constituição que ainda não havia sido escrita ou promulgada. No episódio, D. Pedro, então com 22 anos, assume o protagonismo<sup>228</sup>, tendo sido responsável por intermediar o juramento de D. João VI às bases constitucionais.

---

<sup>225</sup> O viés liberal do príncipe e a quebra da promessa de retorno após o reestabelecimento da paz por parte de D. João VI ajudam a explicar o abandono da ideia. Além disso, o conselheiro de D. João VI, Vilanova de Portugal, se opunha a conceder demandas a um “grupo de rebeldes.” Apud Barman, 1988, p. 68.

<sup>226</sup> Gréggio, Tiago Silva. *O papel da Gazeta do Rio de Janeiro na formação político-cultural brasileira (1808-1821)*. [Monografia] Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2011. p. 61. Disponível em <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/3066/3/TSGreggio.pdf>. Acesso em 19 de agosto de 2019.

<sup>227</sup> Apud Carvalho, Manuel Emílio Gomes de; 2003, p. 26.

<sup>228</sup> Apud Lustosa, 2006, p. 102.

A princípio, o rei juraria a Constituição “salvo as modificações que as circunstâncias locais tornassem necessárias”, por meio de decreto. No entanto, exigia-se do rei o juramento, em pessoa e sem reservas, à Constituição que pelas Cortes fosse promulgada. A forçosa admissão das exigências dos amotinados populares e dos militares constrangeria severamente o papel da monarquia enquanto símbolo representativo da autoridade máxima.<sup>229</sup> Ao mesmo tempo, como observa Rezzutti, “apesar das forças das novas ideias”, a exigência da presença do rei “demonstrava a força da autoridade régia”.<sup>230</sup>

Ostracizado no que concerne às decisões visando o futuro do império, D. João VI decide convocar, seguindo orientação das Cortes, eleições de deputados brasileiros para as Cortes de Lisboa. No Rio de Janeiro, havia a sensação de que o Brasil, que desde 1808 havia se tornado a sede da monarquia, se submetia novamente a uma autoridade do outro lado do Atlântico. Cientes de que o retorno do rei representaria desvantagens econômicas e sociais para o Rio de Janeiro, muitos cariocas<sup>231</sup> exigiam o adiamento ou mesmo o abortamento do retorno de D. João VI à Europa.<sup>232</sup> Para acalmar os ânimos diante da recusa de D. João VI em atender aos pedidos dos cariocas, assim como para assegurar os termos da nova administração, o ministro Silvestre Pinheiro convocou os eleitores das freguesias para se reunirem em um edifício na Praça do Comércio.

O objetivo da assembleia, a realizar-se no dia 21 de abril e composta por eleitores paroquiais, era iniciar o processo de escolha dos eleitores da comarca que viriam a tomar parte na seleção dos deputados que representariam o Brasil nas Cortes. No dia do evento, alguns autoproclamados “defensores do povo”<sup>233</sup> incitavam os eleitores a fazer exigências mais ousadas. O padre Mocambo queria a anuência da Constituição de Cadiz no Brasil, até que a nova Constituição Portuguesa fosse concluída.<sup>234</sup> Gritos de “revolução” demandariam a atenção da corte.<sup>235</sup> A despeito da oposição de D. Pedro, o rei D. João VI reconheceria a constituição espanhola.

---

<sup>229</sup> D. João VI queixar-se-ia na ocasião: “Algum dia fez-se alguém jurar o que ainda não se conhece e talvez nem exista?” Apud Lustosa, 2006, p. 104.

<sup>230</sup> Rezzutti, Paulo. *D. Pedro IV: A história não contada*. Casa das Letras, 2016, p. 116.

<sup>231</sup> Segundo Edward Thornton, embaixador britânico de Portugal presente no Rio de Janeiro, estes pertenciam às classes inferiores, de artesãos e comerciantes. Correspondência de Edward Thornton a Lord Castlereagh, março e abril de 1821. Apud Barman, 1988, p. 71.

<sup>232</sup> Apud Macaulay, 1986, p. 81.

<sup>233</sup> Ibid, p. 83.

<sup>234</sup> Apud Rezzutti, 2016, p. 118.

<sup>235</sup> Apud Schwarcz; Starling, 2018, p. 223.



Tendo sentido o gosto pela política, alguns elementos mais exaltados propori- am novas exigências. A assembleia apresentava uma nova lista de ministros e nomeava uma junta de governo. Luís Duprat ordenava que se proibisse a saída de qualquer embarcação do porto do Rio de Janeiro, sob pena de intervenção bélica: “Nós só aceitamos ordens do rei, e como o rei já não governa, quem governa aqui é o povo.”<sup>236</sup> Exaltados por boatos segundo os quais grandes quantidades de ouro estariam sendo “saqueadas por absolutistas”, rumo a Portugal, revoltosos cantavam do lado de fora do recinto: “Olho vivo, pé ligeiro, vamos a nau buscar o dinheiro!”<sup>237</sup> Nota-se aqui, além do desejo das forças populares em assentar o seu espaço nas discussões políticas, a ideia de que os recursos minerais oriundos do Reino do Brasil constituíam um bem “brasileiro”.

As tropas portuguesas reagiriam ao protesto de forma violenta. Às quatro horas da madrugada, depois de cercado o edifício e disparados tiros atemorizantes, os soldados invadiriam o recinto com carregadas de baionetas sobre os participantes da assembleia, causando várias mortes<sup>238</sup> e deixando vários feridos. Mocambo e Duprat foram presos, mas outros conspiradores fugiram. Suspeita-se que a ação militar tenha sido tomada sob ordens de D. Pedro.<sup>239</sup> Após o episódio, a adoção da Constituição de Espanha seria revogada e D. Pedro nomeado Príncipe Regente do Brasil, com todos os direitos legítimos.<sup>240</sup> D. João VI, “vencido”, partiria para Portugal nos dias seguintes.<sup>241</sup>

### 3.3- A reação no Rio de Janeiro

Os episódios ocorridos no início de 1821 fariam ascender no Brasil, em especial no Rio de Janeiro, mais uma força política: o grupo dos liberais adeptos das “novas ideias”, não-conformistas, inclinados ao republicanismo – ou até mesmo à democracia<sup>242</sup>

---

<sup>236</sup> Apud Macaulay, 1986, p. 84.

<sup>237</sup> Ibid.

<sup>238</sup> A Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro (Apud Lustosa, 2006, p. 108) fala em “algumas”, sem ter um número exato. O número total de mortos pode ter chegado a 30, segundo Schwarcz e Starling (2018, p. 223)

<sup>239</sup> Apud Macaulay, 1986, p. 85.

<sup>240</sup> Estariam incluídos nestes, o direito de conferir cargos, postos, condecorações, e em caso de urgência, fazer guerra ou admitir tréguas. Apud Lustosa, 2006, p. 108.

<sup>241</sup> Apud Lustosa, 2006, p. 110.

<sup>242</sup> Ressalta-se que o desejo de alcançar uma “democracia” estaria restringido a uma pequena minoria. A referência aparece mais de uma dezena de vezes no *Revérbero* entre 1821 e 1822, sempre em tom crítico. O periódico publicaria em 15 de outubro de 1821: “Vale mais pertencermos a uma Monarquia Constitucional, em que há centro e limites aos diversos poderes, que constituem o Governo, do que abandonarmo-nos aos delírios de uma Democracia Absoluta (...)” In Vianna, Jorge Vinicius Monteiro. A independência como conceito: o processo de emancipação política do reino do Brasil no interior do Império Lusitano. *Faces da História*. v. 5, n. 1, Assis-SP (2018) pp. 44-64, p. 52.

–, excitados com as transformações advindas deste novo momento histórico para o Brasil. Entretanto, para estes, a monarquia era uma alternativa exequível para alcançar a independência política do Brasil e elevar o seu próprio *status* social e político. Com o abandono da imposição das proscricções contra o funcionamento das sociedades secretas em 1821<sup>243</sup>, a reabertura da Maçonaria proporcionava um espaço para livre expressão das novas ideias, tornando-se, juntamente com os periódicos, um dos grandes espaços de propagação dos ideais não-conformistas.

Dentre os principais representantes desta ala estava o oficial-mor da Contadoria do Arsenal de Guerra, Joaquim Gonçalves Ledo, um dos conspiradores da assembleia de 21 de abril. Gonçalves Ledo era influenciado pelo liberalismo francês, sobretudo pelos ideais democráticos dos *Encyclopédistes*. No Rio de Janeiro, era um dos líderes da Maçonaria, que, assim como na Europa, possuía duas principais alas, uma republicana e outra monarquista. A primeira era liderada por Gonçalves Ledo, o Cônego Januário da Cunha Barbosa e José Clemente Pereira; a segunda por José Joaquim da Rocha e Vasconcelos Drummond, dentre outros.<sup>244</sup> Apesar das diferenças internas, as alas eram unidas pela mesma ambição constitucionalista.<sup>245</sup>

Conforme Sérgio Corrêa Ferreira, não havia nítida separação entre maçons do Rio de Janeiro. Eles se comunicavam, frequentavam diferentes lojas e, com isso, até mesmo se espionavam.<sup>246</sup> O perfil político dos maçons associados ao republicanismo era considerado “radical” à luz dos padrões da época, em contraste com as elites coimbrãs, cuja ideologia política era homogênea e de natureza conservadora. Apesar dos diferentes perfis ideológicos, as alas acabariam por compartilhar, sobretudo depois da partida de D. João VI para Portugal, objetivos em comum: ambas se opunham às ações das Cortes que ameaçavam minar a autonomia do Brasil; e ambas visavam preservar a monarquia, ainda que por razões diferentes.

Para os conservadores e moderados, a preservação da monarquia era uma questão de identificação político-ideológica, fruto do aprendizado recebido na Universidade de

---

<sup>243</sup> Sobre a reabertura da Maçonaria, ver Carvalho, William Almeida. Pequena história da Maçonaria no Brasil. *REHMLAC*, v. 2, n. 1 (2010), p. 30-58.

<sup>244</sup> Ferreira, Tito Lívio de. José Bonifácio e a Maçonaria. *Revista de História*, USP, v. 27, n.55 (1963) pp. 171-175. Disponível em <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1963.122128>. Acesso em 17 de agosto de 2019.

<sup>245</sup> Apud Ferreira, 1963, p. 172.

<sup>246</sup> Essa característica “incestuosa” entre as lojas do Rio de Janeiro contribuiria para que José Bonifácio fundasse sua própria sociedade secreta, o “Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz.” Ver Costa, Sérgio Corrêa da. *Every Inch a King: A Biography of D. Pedro I, First Emperor of Brazil*. Pickle Partners Publishing, 2018. (1ª edição, 1950).

Coimbra e de suas experiências nos ofícios administrativos do império. Estes reconheciam nesta forma de governo a capacidade de oferecer estabilidade social e política, promovendo o senso de continuidade. Para os radicais, havia pelo menos três motivos principais em querer conservá-la. Primeiramente, para o funcionamento da república, era necessária a existência de uma sociedade intelectualmente instruída, conforme vemos em argumento apresentado na edição de 12 de março de 1822 do *Revérbero Constitucional Fluminense*, primeiro periódico opinativo não censurado a circular no Rio de Janeiro (cofundado por Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa):

Não basta que os chefes possam formar os melhores planos, é também preciso que o Povo seja capaz de recebê-los, sendo essencialmente exigível curso recíproco.<sup>247</sup>

O segundo motivo era pragmático: diante da fraca popularidade do republicanismo no Brasil, a alternativa monárquica evitaria uma potencial revolução de natureza violenta. Esse argumento pode ser observado em uma das publicações do *Revérbero*, de setembro de 1822, quando a independência iniciava sua fase de consolidação:

Eis aqui uma grande vantagem da Monarquia Constitucional no Brasil: esse sistema há de consolidar-se mais facilmente por que a passagem para ele é menos violenta do que para a “liberdade absoluta”, principalmente deixando-nos a Providência em nossos braços o herdeiro do trono Português.<sup>248</sup>

Por fim, havia o receio de que uma revolução republicana desencadeasse uma desintegração provincial. Ao passo que o desejo pela união provincial não era consensualmente aceite na ala dos radicais, a discordância poderia comprometer a mais importante de suas ambições, a Constituição:

---

<sup>247</sup> “A virtude e a alma da república e a necessidade de instrução”, no *Revérbero Constitucional Fluminense*, escrito por dois brasileiros amigos da nação e da pátria. Na Typographia Nacional. 1822. Correspondência. Versão digitalizada disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/700223/370>. Acesso em 13 de agosto de 2019.

<sup>248</sup> *Revérbero Constitucional Fluminense*, escrito por dois brasileiros amigos da nação e da pátria. Tomo II. Rio de Janeiro, Na Typographia Nacional. 1822. Ibid.

Desunirão-se as províncias, sim, mas ainda o respeito para com o herdeiro do trono português, [que] não tem quebrado todas as relações, mas talvez desaparecerão na sua retirada. Se encontrados interesses separam alguns indivíduos da opinião de Brasil, sendo como é; uma só é a causa de todos, os indivíduos se reunirão, conservando-se o necessário centro neste grande Reino, debaixo da nossa Liberal Constituição.<sup>249</sup>

Ambas as alas consentiam, pois, quanto à unidade territorial das províncias e à preparação intelectual dos povos para a construção da nação. Contudo, o reconhecimento da monarquia era, para os radicais, não um fim mas um meio. Além disso, sua defesa pela Constituição era inspirada nos princípios das Luzes, devendo ser redigida por representantes eleitos. Para os moderados e conservadores, a ideia de um governo fundado na soberania popular<sup>250</sup> era vista com um certo ceticismo, como mais tarde se tornaria evidente nos desencontros entre Gonçalves Ledo, José Bonifácio e seus respectivos grupos.

A aproximação dos radicais aos moderados se tornaria possível à medida que as hostilidades com as Cortes se foram tornando mais agudas. Uma vez que a autonomia política era cobiçada tanto pelos moderados como pelos radicais, a união das forças era sedutora, sobretudo porque personagens como Gonçalves Ledo e seu grupo compreendiam que somente a monarquia constitucional oferecia simultaneamente a promessa da autonomia política<sup>251</sup> e da estabilidade social. Assim, ascendia a Causa do Brasil, também chamada de Santa Causa do Brasil ou Santa Causa da Nação, como anunciava o *Revérbero Constitucional* em sua primeira edição:

---

<sup>249</sup> Carta do Sacristão de Tambi ao Estudante Constitucional, *Revérbero Constitucional Fluminense*, 8 de janeiro de 1822. Ibid.

<sup>250</sup> Em circunstâncias e por razões diferentes, preocupação semelhante existia entre fundadores dos Estados Unidos, como Alexander Hamilton e James Madison. Nos chamados “*Federalist Papers*”, Hamilton e Madison opunham-se à democracia direta por maioria, argumentando que uma maioria dominante, aglutinada, agindo por interesse próprio a despeito do bem geral poderia causar sérios danos ao todo do Estado. Além de adotarem o sistema republicano como forma de governo e os princípios federalistas, foi desenvolvido o sistema eleitoral conhecido como o “*Electoral College*.” Observando o mesmo fenômeno, Alexis de Tocqueville argumentaria, mais tarde, que um governo formado apenas a partir de números – oclocracia – e não naquilo que é bom e correto levaria ao abandono da racionalidade, dando origem à “tirania da maioria” ou “tirania das massas.” Sobre a tirania da maioria, ver *Democracy In America* (1835), de Alexis de Tocqueville; e *On Liberty*, de John Stuart Mill (1859). Para os *Federalist Papers*, ver Hamilton, A.; Madison, J.; John, J. *The Federalist*. Liberty Fund. 2001. (1ª edição, 1788). Disponível em [http://files.libertyfund.org/files/788/0084\\_LFeBk.pdf](http://files.libertyfund.org/files/788/0084_LFeBk.pdf). Acesso em 23 de agosto de 2019.

<sup>251</sup> Ver Diégues, Fernando. *A revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

Será nosso empenho o mais grato transmitir-vos todas as Luzes constitucionais a fim de fortificar o vosso amor pela Santa Causa da Nação, pela Vossa própria causa.<sup>252</sup>

### 3.4- As Cortes de Lisboa se impõem

Enquanto os radicais e os moderados ensaiavam uma aproximação, os eventos de fevereiro e abril haviam consolidado o poderio das tropas militares portuguesas no Rio de Janeiro. Segundo Isabel Lustosa, D. Pedro buscou compor-se frente às tropas lusitanas tanto por afinidade com as ideias constitucionalistas, como pela necessidade de apoio militar para garantir a ordem diante das tensões políticas.<sup>253</sup> Para os brasileiros interessados na autonomia política do Brasil, seria necessário repelir a influência dos militares portugueses sobre o Príncipe Regente, antes de buscar neste apoio à sua causa.

No dia 5 de junho, as tropas portuguesas se puseram às armas mais uma vez. Corria a notícia, por diligência do Conde dos Arcos, de que só entrariam em execução no Brasil medidas votadas pelos deputados brasileiros, referindo-se à promulgação das bases constitucionais em Lisboa. Receando uma reprise da carnificina da Praça do Comércio, D. Pedro – que havia afirmado que não aceitaria a implementação de leis “sem o consentimento do povo que governava”<sup>254</sup> – acabaria por ceder. O Conde dos Arcos seria demitido e no Rio de Janeiro seria instalada uma junta de governo. D. Pedro se viu reduzido a uma posição subalterna, afirmando, no entanto, que aquela era “a última vez”.<sup>255</sup> Segundo protesto do monarca, em carta enviada ao pai em 17 de julho, o *status* ao qual fora submetido o havia transformado em um mero “capitão-geral”.<sup>256</sup>

Neste meio-termo, medidas adotadas pelas Cortes em abril fragmentaram a unidade territorial do Reino do Brasil, transformando as províncias em regiões autônomas que responderiam diretamente a Lisboa. Um dos deputados nas Cortes propôs, “unanimemente aplaudido”, que o Pará fosse denominado “província de Portugal”.<sup>257</sup> Essas medidas haviam sido tomadas antes mesmo da eleição dos deputados brasileiros.

---

<sup>252</sup> *Revérbero Constitucional Fluminense*, edição n. 1, 1821. Op. cit.

<sup>253</sup> Apud Lustosa, 2016, p. 112.

<sup>254</sup> Apud Macaulay, 1986, p. 99.

<sup>255</sup> “Deus sabe para onde iria” caso fosse novamente pressionado, afirmaria D. Pedro na ocasião. Apud Lustosa, 2006, p. 114.

<sup>256</sup> Apud Carvalho, Manuel Emílio Gomes de.; 2003, p. 245.

<sup>257</sup> Ibid, p. 31.

O cenário proporcionava condições para a efusão de desagravos entre os diversos atores envolvidos no processo.

Um novo elemento passa a ser observável, incluindo por contemporâneos dos atores da independência: o antagonismo entre nascidos no Brasil e nascidos em Portugal.<sup>258</sup> Durante o levante militar de junho, unidades militares brasileiras deixariam de oferecer suporte estratégico militar para as unidades portuguesas, como havia ocorrido no mês de fevereiro.<sup>259</sup> O ressentimento de D. Pedro, em vista do tratamento recebido pelas tropas portuguesas, pavimentava o caminho para a aproximação do Príncipe Regente à duas principais alas interessadas em manter a autonomia do Brasil.

Um princípio de crise econômica também pode ter contribuído para agravar a situação no Brasil. Após a decisão das Cortes, que instruía as províncias a reterem os pagamentos de impostos ao Rio de Janeiro, as receitas do tesouro real foram praticamente anuladas. Os salários dos militares estavam atrasados e, pela primeira vez, o mil-réis ficaria abaixo de um dólar.<sup>260</sup> Descapitalizado após a partida da Corte, o Banco do Brasil encontrava-se em uma situação praticamente insolvente.<sup>261</sup> Na carta enviada a D. João VI no mês de julho, D. Pedro relatava ao rei as economias feitas na corte, ressaltando as condições do estado parcimonioso com o qual se deparava: “Não há maior desgraça do que esta em que me vejo, que é de desejar fazer o bem e arranjar tudo e não haver com quê.”<sup>262</sup>

Mas foi após a chegada do rei com parte de sua corte em Portugal, no mês de julho, que as relações com as Cortes realmente se agravaram. A ausência de D. Pedro e da princesa D. Leopoldina, esperados junto de D. João VI, irritava o regime de Lisboa, que naquela hora traçava planos para transferir o governo central do Rio de Janeiro para as juntas provinciais, que atuariam em comunicação direta com Lisboa. As decisões tomadas pelas Cortes a partir de então marcavam aquilo a que os ingleses chamam de *“point of no return”*.

Em agosto, antes da chegada da delegação de deputados brasileiros e sem a solicitação da junta de governo carioca, as Cortes decidiram enviar tropas portuguesas para o Rio de Janeiro. A medida confirmava a desconfiança da fidelidade em relação ao

---

<sup>258</sup> Em carta de Wenzel Von Mareschal ao Príncipe Metternich, datada de 11 de junho de 1821, Von Mareschal escreve sobre a percepção de uma crescente desconfiança entre portugueses e brasileiros. Apud Barman, 1988, p. 78; p. 266.

<sup>259</sup> Apud Barman, 1988, p. 78.

<sup>260</sup> Apud Macaulay, 1986, p. 101.

<sup>261</sup> Apud Rezutti, 2016, p. 126.

<sup>262</sup> Ibid, p. 127.

reino americano, bem como o temor de uma possível rutura, ao mesmo tempo que avassalava os ânimos dos brasileiros. No mês seguinte, antes que todos os deputados brasileiros assumissem seus postos, portanto violando as bases constitucionais às quais haviam jurado<sup>263</sup>, os deputados tomariam decisões descomedidas que tolheriam as chances de conciliação.

As deliberações extinguíam a figura jurídica do Brasil como um Reino: todas as províncias brasileiras passavam a ser territórios portugueses ultramarinos. As províncias seriam governadas por juntas provisórias e governadores de armas comandariam as tropas portuguesas em algumas das principais províncias.<sup>264</sup> O vice-reinado não seria recriado e os governos das juntas não deveriam reconhecer D. Pedro como Príncipe Regente do Brasil, reportando, ao invés disso, diretamente às autoridades portuguesas na Europa. Os decretos fechavam os tribunais e repartições públicas, além de todas as agências criadas no Brasil após a transferência da corte.<sup>265</sup> D. Pedro deveria retornar imediatamente para a Europa e realizar uma viagem pelo continente europeu para se enriquecer culturalmente.

Em retrospecto, é tarefa árdua conjecturar acerca da mentalidade dos deputados portugueses nas Cortes, ao proporem medidas tão intransigentes e impraticáveis. A insensibilidade política e a imprevisibilidade do regime de Lisboa em relação à possível reação na América teriam efeitos devastadores para as relações luso-brasileiras. Quando recebidos no Brasil, os decretos incendiariam o debate político. Para as alas mais radicais, as medidas justificavam o argumento pela independência, concebendo as ambições das Cortes como “recolonizadoras”. Já os mais moderados eram confrontados com um cenário de grande pressão, por vezes constrangidos a adotarem posicionamentos mais altivos. Além disso, a extinção das repartições públicas e dos tribunais transformavam os milhares<sup>266</sup> de “juizes, advogados, meirinhos e burocratas”, de desempregados em “patriotas brasileiros pró-independência”.<sup>267</sup>

Se antes da chegada dos despachos ao Brasil a situação do Rio de Janeiro já estava sobrecarregada, como informava o cônsul francês Jean Baptiste Maler<sup>268</sup>, o conteúdo dos

---

<sup>263</sup> Segundo Paulo Rezzutti, apenas 46 dos 72 representantes brasileiros (dos quais muitos eram de fatos nascidos em Portugal) haviam tomado posse quando as decisões mais graves das Cortes foram tomadas. Apud Rezzutti, 2016, p. 131.

<sup>264</sup> Apud Barman, 1988, p. 81.

<sup>265</sup> Apud Macaulay, 1986, p. 105.

<sup>266</sup> Lustosa afirma pelo menos 2 mil funcionários públicos seriam desempregados somente com a extinção dos tributos criados por D. João VI desde 1808. Apud Lustosa, 2006, 119.

<sup>267</sup> Apud Rezzutti, 2016, p. 131.

<sup>268</sup> “Os habitantes desta afirmavam por todo lado e em toda oportunidade, que se não for estabelecido no Brasil um congresso nacional e a sede do governo, a separação de Portugal logo virá, uma vez que Portugal

decretos que aportariam a 9 de dezembro na capital, a bordo do brigue Infante D. Sebastião, representava uma séria ameaça à explosão de um conflito sem precedentes na história das relações luso-americanas. Caso D. Pedro viesse a admitir as diligências das Cortes de Lisboa, uma guerra civil era predizível. Em uma representação assinada pela Junta de Governo de São Paulo, datada de 24 de dezembro de 1821, o redator José Bonifácio afirmava que, caso partisse, o Príncipe Regente “teria de responder perante o céu, pelo rio de sangue que correria pelo Brasil com a sua ausência”.<sup>269</sup>

Um outro manifesto em forma de abaixo-assinado, datado de 29 dezembro, receberia nos dias seguintes cerca de 8 mil assinaturas. O montante equivalia a cerca de 56 % da população masculina adulta livre do Rio de Janeiro em 1821, segundo uma estimativa de Barman.<sup>270</sup> Convencida de que apenas a permanência da corte no Brasil poderia evitar o colapso da monarquia portuguesa, D. Leopoldina teria um papel importante na decisão de D. Pedro. A princesa afirmava que “impedir o retorno de D. Pedro era absolutamente necessário”.<sup>271</sup> Em uma correspondência enviada a D. João VI, em 10 de dezembro de 1821, o príncipe relata o dilema ao qual fora apresentado pelos partidários da Causa do Brasil:

Ou vai, e nos declaramos independentes; ou fica, então continuaremos a estar unidos, e seremos responsáveis pela falta de execução das ordens do congresso.<sup>272</sup>

De acordo com D. Pedro, as proposições das Cortes haviam por completo alienado os brasileiros em seu apoio à nova Constituição portuguesa: “Se a Constituição é fazerem-nos mal leve o diabo tal *cousa*: havemos fazer um termo para o Príncipe não sair.”<sup>273</sup> No

---

não passa de uma província insignificante do Império Lusitano.” Despacho do cônsul Jean-Baptiste Maler ao Ministro do Estrangeiro. Apud Barman, 1988, p. 80; p. 267. (Tradução minha)

<sup>269</sup> Manifesto da Junta de Governo de São Paulo, 24 de dezembro de 1821. Apud Lustosa, 2006, p. 124.

<sup>270</sup> Baseado em uma população estipulada em 43 139 habitantes – libertos –, Barman deduziu um terço referente aos menores de idade e, em seguida, dividiu o resultado pela metade, a fim de distinguir os sexos. Chegou, assim, a 14 380 homens adultos e livres, dos quais 8 mil, ou 56 %, assinaram o Manifesto. Evidentemente, devem ser consideradas as deficiências do método de cálculo utilizado por Barman, bem como as diferenças entre a cidade do Rio de Janeiro e as demais capitais provinciais e outras cidades interioranas. Apud Barman, 1988, p. 83; p. 268.

<sup>271</sup> Carta da Princesa D. Leopoldina, a Georg Anton Von Schäffer, 2 de janeiro de 1822. Apud Lustosa, 2006, p. 123.

<sup>272</sup> Egas, Eugenio. (ed.) *Cartas de Dom Pedro, Príncipe Regente do Brasil a seu Pai, D. João VI, rei de Portugal (1821-1822)*. Typographia do Brasil de Rothschild. 1916. p. 37. Versão digitalizada disponível em <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000008316&bbm/2166#page/1/mode/2up>. Acesso em 16 de agosto de 2019.

<sup>273</sup> Carta de D. Pedro a D. João VI, 14 de dezembro de 1821. Ibid.



dia 9 de janeiro de 1822 o abaixo-assinado seria entregue a D. Pedro. Na ocasião, José Clemente Pereira pronunciaria um discurso redigido por Gonçalves Ledo, suplicando ao Príncipe Regente a sua permanência no Brasil, antevendo “grandes males para o Brasil e para a monarquia” caso decidisse partir.<sup>274</sup> D. Pedro aceitaria a súplica. Ao ceder à pressão do regime do Rio de Janeiro, o Príncipe Regente colocava-se em conflito aberto com o regime de Lisboa. Para radicais e moderados, a luta pela Causa do Brasil tornar-se-ia irreversível a partir de então.

### 3.5- 1822: A reação da Causa do Brasil

O episódio, que ficaria conhecido como o *Dia do Fico*, fora orquestrado em conjunto por membros das alas dos radicais e dos moderados. A aproximação das duas facções, diante da constatação das ambições das Cortes de Lisboa, consolidava a união em torno da Causa do Brasil. Essa aproximação foi possível graças ao “radical” José Clemente Pereira, o juiz de fora que, em 15 de dezembro de 1821, ajudou a mobilizar as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais em prol da permanência do Príncipe Regente no Brasil. O plano contou também com o protagonismo de José Joaquim da Rocha, que tinha vínculos com os Andrada, todos pertencentes ao grupo dos moderados. Rocha criou na sua casa o “Clube da Resistência”<sup>275</sup>, por meio do qual articulava a aproximação entre os cariocas e os paulistas, representados por José Bonifácio. A reação popular e a convicção de que apenas a desobediência das Cortes evitaria a rutura do Brasil com Portugal foi o argumento assumido pelo Príncipe Regente face às tropas portuguesas, suspendendo o retorno – inicialmente admitido<sup>276</sup> – até que as Cortes de Lisboa reconsiderassem a decisão, dada a situação na qual se encontrava o Rio de Janeiro.

É interessante refletir sobre o modo como diversas questões, entre as quais o atraso na comunicação, dificultavam o diálogo, que, intermediado essencialmente pela comunicação escrita, precipitava decisões que pessoalmente poderiam ter sido negociadas. A título de exemplo, refira-se a entrega às Cortes do manifesto da junta de São Paulo, “Lembranças e Apontamentos do Governo Provisório de São Paulo para seus deputados”. Escrito por José Bonifácio e enviado a Lisboa no mês de novembro, o

---

<sup>274</sup> Apud Lustosa, 2006, p. 124.

<sup>275</sup> Apud Lustosa, 2006, p. 123.

<sup>276</sup> Carta de D. Pedro a D. João VI, 10 de dezembro de 1821. Apud Egas, 1916, p. 35.

documento só chegaria à Europa mais de dois meses depois. Quando o documento chega a Lisboa, pelas mãos de Antônio Carlos de Andrada, as Cortes já haviam desmantelado o Reino do Brasil. Os despachos portugueses já haviam inclusive chegado ao Rio de Janeiro, quando seriam organizadas as petições do *Dia do Fico*.<sup>277</sup>

Além disso, uma outra importante transformação acelerava o ritmo dos acontecimentos no Brasil: a extinção dos censores régios. Atendendo às reivindicações das Cortes Portuguesas, as medidas visavam reconhecer a “liberdade da imprensa” com os decretos de 2 de março de 1821, expandidos em 28 de agosto de 1821. A orientação da Junta de Direção da Impressão Régia era “não embaraçar, por pretexto algum, a impressão que se quiser fazer de qualquer escrito”.<sup>278</sup> Uma vez implementada, a decisão teria implicações significativas para as relações luso-brasileiras. Entre as decisões das Cortes nos meses de agosto e setembro até à chegada dos despachos no início do mês de dezembro, uma “guerra panfletária” ocorria no Brasil, a qual será objeto de estudo do próximo capítulo.

Nos finais de setembro, por exemplo, cartazes afixados nas ruas do Rio de Janeiro incentivavam D. Pedro a declarar-se monarca de um Brasil independente. Em contrapartida, cartazes portugueses acusavam D. Pedro de “querer se render à independência com os brasileiros”.<sup>279</sup> No dia 5 de outubro, dizia-se nas ruas do Rio de Janeiro que D. Pedro seria proclamado imperador do Brasil.<sup>280</sup> Os conspiradores já tinham até data marcada: dia 12 de outubro, data do aniversário do Príncipe Regente. Em forma de poesia, um dos pasquins afixados em uma esquina dizia:

Para ser de glórias farto/ Inda que não fosse herdeiro/ Seja já Pedro  
Primeiro/ Se algum dia há de ser quarto/ Não é preciso algum parto/ De  
bernarda atroador/ Seja nosso Imperador/ Com governo liberal/ De  
Cortes, franco e legal/ Mas nunca nosso Senhor.<sup>281</sup>

---

<sup>277</sup> Andrada levava consigo, além do despacho, uma carta de D. Pedro solicitando aos deputados em Lisboa que não legissem sobre o Brasil antes da chegada da delegação brasileira. Apud Macaulay, 1986, p. 104.

<sup>278</sup> Sodré, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil: uma análise da relação entre Estado e meios de comunicação em massa*. Apresentação em Congresso. Intercom. UNB. (2006), p. 4.

<sup>279</sup> Sousa, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil*. Volume II. A Vida de D. Pedro I. Tomo I. Edições do Senado Federal, Brasília, 2015, p. 288. (1ª edição, 1957).

<sup>280</sup> Rumores dessa natureza são mencionados na edição do dia 15 de outubro de 1821, no *Revérbero Constitucional*. Op. cit.

<sup>281</sup> Apud Sousa, p. 298-289.

Pressionado pelos militares portugueses, o Príncipe Regente negaria envolvimento com o ocorrido, publicando mais uma vez a sua declaração de fidelidade às Cortes.<sup>282</sup> A nova demonstração de humilhação pública deteriorava as já desgastadas relações do monarca com as tropas portuguesas. No meio do fogo cruzado, D. Pedro se via diante de uma situação sob a qual não guardava nenhum controle. Em carta datada de 21 de setembro, o Príncipe Regente implorava a D. João VI que o dispensasse do “emprego que seguramente me matará”, face aos “contínuos e horrorosos painéis que tenho, uns em vista, outros muitos piores para o futuro”.<sup>283</sup>

No final de outubro, após a fracassada conspiração que pressionava D. Pedro a fazer-se imperador, o Príncipe escreveria novamente ao pai, descrevendo o cenário do Rio de Janeiro: “A independência tem-se querido cobrir comigo (...) dizem que me querem aclamar imperador.” Porém, afirma o Príncipe Regente, “eles farão essa loucura, mas será depois de um e todos os portugueses estarem feitos em postas: é o que juro a Vossa Majestade”.<sup>284</sup>

As tentativas de D. Pedro em sinalizar que a situação desandava eram ignoradas pelas autoridades portuguesas, no Rio de Janeiro e em Lisboa. Sua carta enviada ao pai, assinada pelo Príncipe Regente com o próprio sangue<sup>285</sup>, foi recebida nas Cortes Portuguesas com deboche e escárnio.<sup>286</sup> Como descreveria Von Mareschal sobre os eventos daqueles meses conturbados:

É incrível, como as medidas das Cortes lograram em tão pouco tempo desorganizar inteiramente este país e criar um ódio profundo contra o nome português, de par com um espírito de independência, impossível de comprimir mais longamente.<sup>287</sup>

A desobediência de D. Pedro às Cortes e o antagonismo entre portugueses e brasileiros por pouco não resultou em um confronto armado. Nas comemorações do *Dia do Fico* do dia 11 de janeiro, enquanto D. Pedro e D. Leopoldina eram homenageados no Teatro Real, as tropas portuguesas se mobilizariam mais uma vez. Sob o comando do

---

<sup>282</sup> Apud Lustosa, 2008, p. 118.

<sup>283</sup> Apud Rezzutti, 2016, p.129.

<sup>284</sup> Ibid. p.131.

<sup>285</sup> Ibid.

<sup>286</sup> Apud Lustosa, 2006, p. 118.

<sup>287</sup> Carta de Wenzel Von Mareschal ao Príncipe Metternich, 24 de outubro de 1821. Apud Sousa, 2015, p. 294.

general português Jorge Avilez, que estava à frente da Divisão Auxiliadora, as tropas iniciaram uma marcha pelas ruas do Rio de Janeiro. Sem saber exatamente como lidar com a celebração de natureza nativista, as tropas portuguesas quebraram vidraças, destruíram iluminações e desferiram insultos contra os cariocas.<sup>288</sup> Cogitava-se prender D. Pedro e levá-lo forçadamente para Portugal<sup>289</sup>, porém a conspícua ideia não reunia o consenso das tropas.

A mobilização de tropas brasileiras e milícias civis, armadas com pistolas, facas e pedaços de pau, intimidava. Receando o pior, D. Pedro impediria a saída dos presentes no teatro e providenciaria para que D. Leopoldina se retirasse da cidade, recluindo-se na fazenda de Santa Cruz com os filhos pequenos. Segundo Rezzutti, cerca de 10 mil pessoas, entre soldados brasileiros e civis, estavam prontas para lutar contra as tropas portuguesas.<sup>290</sup> Afortunadamente, D. Pedro conseguiria manejar a retirada das tropas de Avilez do Rio de Janeiro para Niterói, evitando o derramamento de sangue. D. Pedro negociou ainda a demissão<sup>291</sup> e o retorno das tropas de Avilez a Portugal, assegurando todos os pagamentos salariais devidos e o adiantamento de dois meses de ordenado assim que as tropas estivessem prontas para partir. Além de maturidade diplomática na resolução pacífica, o gesto demonstra que D. Pedro agiu de boa-fé para com os compatriotas portugueses.

A decisão de D. Pedro pela permanência no Brasil e a retirada da Divisão Auxiliadora do Rio de Janeiro representariam uma importante vitória para a Causa do Brasil. Pela primeira vez desde fevereiro de 1821, as forças do Rio de Janeiro estariam livres da coerção militar, alterando o eixo de iniciativa, antes nas mãos do regime de Lisboa. A união entre as alas de Gonçalves Ledo e de José Bonifácio consolidava assim a posição de preeminência da Causa do Brasil face às Cortes, tendo agora a efetiva participação do Príncipe Regente.

Essa união forneceria o estímulo necessário para que o movimento da independência do Brasil pudesse se mobilizar e se expandir para além dos limites centro-sul. Uma vez que o antagonismo entre Rio de Janeiro e Lisboa se tornava patente, as províncias que não compartilhavam das ambições da Causa do Brasil acabariam

---

<sup>288</sup> Expandido no Cap. 4.

<sup>289</sup> Apud Macaulay 1986, 108-109.

<sup>290</sup> Apud Rezzutti, 2016, p. 138-139.

<sup>291</sup> Carta de demissão de Jorge Avilez. Quartel General da Praia Grande, dia 14 de janeiro de 1822. Versão digitalizada disponível em <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000000078&bbm/1538#page/1/mode/1up>. Acesso em 16 de agosto de 2019.

involuntariamente envolvidas no processo, sendo eventualmente forçadas a aderirem à causa.

Ascende nesse momento a figura de José Bonifácio. Sua experiência educacional como estudante e professor na Universidade de Coimbra, bem como nas áreas políticas e administrativas, faziam do paulista o personagem mais qualificado para liderar a Causa do Brasil, dada a pouca experiência do jovem príncipe e a impaciência dos mais radicais. Sua bagagem intelectual era reconhecida por seus contemporâneos, como Jean-Baptiste Maler, que afirmava não ter “nenhuma dúvida de suas habilidades apesar do seu temperamento”.<sup>292</sup> Bonifácio era um intelectual liberal, constitucionalista e abolicionista e, ao mesmo tempo, um monarquista.

Tendo testemunhado a violência da Revolução Francesa durante sua passagem por Paris, o paulista tornou-se um crítico de processos revolucionários. Seu pensamento político se assemelhava àquele defendido pelo pensador conservador anglo-irlandês Edmund Burke.<sup>293</sup> Foi Bonifácio quem, desenvolvendo uma relação de amizade com D. Leopoldina, asseguraria à princesa a “validade científica das novas ideias”, contribuindo para que ela reconciliasse sua fé cristã e sua filosofia conservadora com o pensamento liberal.<sup>294</sup>

Bonifácio tinha ideais claras e convictas de como vislumbrava o Brasil como um Estado-nação: um país independente – em termos de autonomia política –, parte de um reino unido, com um governo monárquico, constitucional, tendo D. Pedro como chefe do novo Estado régio independente. Como descendente da dinastia de Bragança, nomeado Príncipe Regente com todos os poderes para agir em nome do pai, D. Pedro tinha a seu lado a legitimidade para defender o que, na visão de Bonifácio, era do interesse da nação e da pátria.

Estava nos seus planos o investimento na educação, a abolição gradativa da escravidão, investimentos em infraestrutura e o desenvolvimento de um novo centro administrativo. Para Bonifácio, a ignorância (fruto da carência de educação), o problema da escravidão e a problemática da integração dos índios<sup>295</sup> eram prioritários para a

---

<sup>292</sup> Apud Barman, 1988, p. 85.

<sup>293</sup> Newcomb, Robert Patrick. *Nossa and Nuestra America. Inter-American Dialogues*. Purdue University Press, Indiana. 2012, p. 51.

<sup>294</sup> Apud Macaulay, 1986, p. 112.

<sup>295</sup> Shaw, Paul Vanorden. José Bonifácio, The Neglected Father of His Country, Brazil. *Political Science Quarterly* 44, n. 1 (1929) pp. 39-53. Disponível em [www.jstor.org/stable/2142813](http://www.jstor.org/stable/2142813). Acesso em 14 de agosto de 2019.

construção do novo Estado. Descrito por Caio Prado Jr. como “um dos espíritos mais lúcidos de sua época”<sup>296</sup>, o paulista escreveria em 1822:

Comecemos, pois, desde já esta grande obra pela expiação de nossos crimes e pecados velhos. Devemos mostrar a Deus que nos arrependemos de tudo o que nesta parte temos obrado há séculos contra a justiça e contra a religião. (...) Cuidemos pois, desde já em amalgamar tantos metais diversos, para que saia de um todo homogêneo e compacto, que não se esfarele ao pequeno toque de qualquer convulsão política.<sup>297</sup>

Uma das primeiras decisões de D. Pedro para reorganizar suas bases no Rio de Janeiro, na sequência dos eventos do *Dia do Fico*, foi a substituição de seus ministros. Caberia a José Bonifácio o mais importante dos postos: Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, pela primeira vez ocupado por um indivíduo nascido no Brasil. Tão logo assumiu o posto, Bonifácio ordenou ao desembargador do paço que não mais fizesse a repartição das leis vindas de Portugal sem que antes fossem submetidas ao Príncipe Regente. A medida efetivamente impedia que as Cortes administrassem o Brasil a partir de Lisboa.

Em fevereiro, seria convocada a Junta de Procuradores das províncias, o que lhes daria voz nas decisões tomadas desde o Rio de Janeiro, promovendo ainda a união e a sujeição à regência de D. Pedro. O novo ministro e o Príncipe Regente buscaram também forçar o retorno das tropas de Avilez, que se encontravam em Niterói, a Portugal. Depois da partida das tropas, Bonifácio emitiria ordens proibindo a entrada de tropas portuguesas no Brasil.

As dificuldades em angariar apoio político para a Causa do Brasil eram profusas. A junta de procuradores proposta por Bonifácio fracassava em seu objetivo de unir as províncias em oposição às Cortes. As províncias do Maranhão e do Pará confirmavam que somente acatariam ordens do regime de Lisboa. A província de Pernambuco tentava manejar uma posição neutra que não ofendia nenhum dos lados. Na Bahia, negociações com D. Pedro seguiam em aberto, entretanto o domínio militar em Salvador dificultava a adesão da província à Causa. O apoio ao regime do Rio de Janeiro se concentrava para

---

<sup>296</sup> Prado Jr., 1980, Op. Cit.

<sup>297</sup> Caldeira, Jorge (org.) *José Bonifácio de Andrada e Silva*. Editora 34, Coleção Formadores do Brasil, São Paulo, 2002, p. 201-202.

além da própria província, em São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande, além da recém-conquistada Banda Oriental.

Enquanto isso, incompreensivelmente, as Cortes seguiam determinadas com suas proposições visivelmente desestabilizadoras.<sup>298</sup> Um comitê especial, colocado em funcionamento no mês de janeiro e finalizado no mês de março, elaboraria um projeto que oferecia vantagens fiscais aos produtos exportados desde o Brasil em embarcações portuguesas. No âmbito administrativo, na lista dos nomes de governadores de armas para as províncias do Brasil – em conformidade com o decreto de setembro de 1821 –, nenhum era brasileiro. Na Bahia, a junta provisória tentaria impedir que o novo governador de armas português, Madeira de Melo, assumisse o cargo, favorecendo um oficial nascido no Brasil.

No dia 19 de fevereiro de 1822, um infrene confronto entre as tropas portuguesas assentadas em Salvador e milícias civis locais deixaria uma porção de lojas saqueadas e vários civis mortos.<sup>299</sup> Após esses acontecimentos, famílias e soldados brasileiros começaram a deixar Salvador rumo às vilas do recôncavo baiano, dando força à resistência contra a ocupação portuguesa em Salvador. Da Bahia chegavam notícias de várias localidades reconhecendo a autoridade de D. Pedro. Saudando os baianos, o Príncipe Regente ordenaria que se retirassem do Brasil todas as tropas portuguesas que não se sujeitassem à sua autoridade.<sup>300</sup>

Ao tomar conhecimento dos acontecimentos ocorridos no mês de janeiro, as Cortes chegaram a ensaiar uma posição mais cuidadosa, aprovando no dia 18 de março uma recomendação que adiava a ordenação do retorno de D. Pedro até à promulgação da nova Constituição. No entanto, no Rio de Janeiro, a oposição às Cortes de Lisboa assumia-se indisposta a submeter-se ao “sectarismo” do regime de Lisboa.<sup>301</sup> O “Clube da Resistência” havia sido transformado no “Clube da Independência”. Para agravar a

---

<sup>298</sup> Sem aprofundar no tema, Schwarcz e Starling contemplam até mesmo a possibilidade de que as Cortes de Lisboa quisessem se livrar do Brasil e das provocações, uma hipótese que, a princípio, soa improvável. Apud Schwarcz; Starling, 2018, p. 230.

<sup>299</sup> O confronto vitimou a Abadessa Sórora do Convento da Lapa Joana Angélica, morta em consequência dos graves ferimentos de baionetas inferidos quando tentava impedir a entrada de soldados portugueses no claustro feminino do convento. Sua morte exacerbava a imagem do regime de Lisboa como “uma tirania decidida a reduzir o Brasil à submissão a qualquer custo.” Apud Barman, 1988, p. 89, citando correspondência entre Wenzel Von Mareschal e o Príncipe Metternich.

<sup>300</sup> Apud Macaulay, 1986, p. 119.

<sup>301</sup> “O Brasil ama a V. M., reconhece-o e sempre o reconhecerá como seu rei; foi sectário das malditas Cortes por desgraça, ou felicidade (problema difícil de se decidir); hoje não só as abomina e detesta, mas não lhes obedece nem obedecerá mais, nem eu consentiria tal (...)” Carta de D. Pedro a D. João VI, 19 de junho de 1822. Apud Egas, 1916. p. 104.

situação, chegariam a Portugal o manifesto da Junta de São Paulo de 24 dezembro e a notícia da expulsão das tropas portuguesas do Rio de Janeiro, nos meses de março e abril, respetivamente. Ambos seriam recebidos em Lisboa com estupefação e fúria, ferindo o senso de autoridade dos deputados portugueses.

Apesar do desejo das elites luso-brasileiras de permanecerem unidas a Portugal, desde que o Brasil preservasse a sua autonomia, esse desfecho se tornava cada vez menos plausível. A intransigência das Cortes de Lisboa e a crescente tomada de consciência da independência como sendo o único caminho se correlacionavam, como argumentam Schwarcz e Starling.<sup>302</sup> Como especulam as autoras, sem as políticas das Cortes, o sentimento pró-independentista brasileiro teria sido postergado, uma vez que as divergências internas entre as províncias inviabilizavam a união territorial: “Nada melhor do que um inimigo comum externo para unir grupos adversários.”<sup>303</sup>

### **3.6- A preeminência dos Radicais**

Um importante momento na conversão de D. Pedro à causa brasileira teve lugar na sua viagem ao interior do Brasil. Nessa ocasião, o príncipe havia se deslocado até à província de Minas Gerais para garantir o apoio ao regime do Rio de Janeiro, especialmente da cidade de Ouro Preto. A receção entusiástica de D. Pedro, aclamado por onde passava, exerceria uma forte impressão no “português”. Na carta enviada ao pai no dia 28 de abril de 1822, após o seu retorno ao Rio de Janeiro, D. Pedro descreve um Brasil “rico, fértil, de onde partiu Vossa Majestade recompensando-me como regente”.<sup>304</sup> Era uma transformação considerável, comparativamente às suas correspondências de setembro de 1821.

A missão havia sido politicamente triunfante, além de permitir que o príncipe pudesse ter um contato mais próximo com os brasileiros fora dos círculos da corte: “Eu tenho os brasileiros como filhos, como amigos, como pai”<sup>305</sup>, escreveria subsequentemente à viagem a Minas. Em cartas ao rei a partir de então, um outro fator nos chama a atenção: D. Pedro referir-se-ia a si mesmo como “brasileiro”.<sup>306</sup> No Rio de Janeiro, os radicais aproveitaram a euforia do momento para ensaiar uma maior influência

---

<sup>302</sup> Apud Schwarcz; Starling, 2018, p. 230.

<sup>303</sup> Ibid, p. 230-231.

<sup>304</sup> Carta de D. Pedro a D. João VI, 28 de abril de 1822. Apud Egas, 1916. p. 97-98.

<sup>305</sup> Ibid, p. 97.

<sup>306</sup> Cartas de D. Pedro a D. João VI, 26 e 28 de abril de 1822. Apud Egas, 1916.



sobre o Príncipe Regente, minando o poder de Bonifácio. Em sua carta ao rei, usando um vernáculo semelhante àquele adotados pelos editores radicais dos periódicos cariocas, D. Pedro escreve: “Tenho buscado ser defensor dos direitos natos de povos tão livres como os outros que os querem escravizar.”<sup>307</sup>

Partiria deste grupo também, através dos círculos maçônicos, a iniciativa de conferir a D. Pedro, no dia 13 de maio, o título de “Defensor Perpétuo do Brasil”. Dez dias depois, o Príncipe Regente recebia uma petição suplicando a convocação de uma Assembleia Constituinte para o Brasil.<sup>308</sup> A medida desagradava os grandes proprietários de terra e os ricos mercadores, que, buscando assegurar a defesa de seus interesses, haviam estabelecido uma base forte junto ao governo em formação. Os moderados e os conservadores, liderados por Bonifácio, opor-se-iam à convocação, preferindo eleições indiretas. Entretanto, as distintas forças acabariam por ser obrigadas a negociar. Depois de aprovado pelo Conselho de Procuradores, D. Pedro lavraria o decreto no dia 3 de junho, convocando a Assembleia para o ano seguinte. Nesse período, percebe-se que as pretensões de obediência às Cortes haviam sido completamente abandonadas.<sup>309</sup>

Notícias animadoras para o regime do Rio de Janeiro viriam desde Pernambuco, que desde a segunda metade de 1821 andava em pé de guerra com os portugueses europeus. Com a intermediação de membros do “Clube da Independência”, liderados por Vasconcelos Drummond<sup>310</sup>, a Causa do Brasil conseguiria obter da junta do governo da província, sobre pressão militar, o reconhecimento da autoridade do Príncipe Regente. Uma investida semelhante conseguiria obter o apoio de Alagoas, da Paraíba do Norte, do Rio Grande do Norte e do Rio Grande do Sul. Do interior da Bahia, chegavam manifestações de reconhecimento de D. Pedro como Defensor Perpétuo do Brasil, entre os finais de junho e durante o mês de julho. Com essas iniciativas, o Brasil se aproximava da “independência moderada pela união nacional”<sup>311</sup> ensejada por D. Pedro.

As tentativas dos radicais de buscarem um maior protagonismo junto a D. Pedro, a despeito do ministro José Bonifácio, tornavam tensas as relações do ministro com o grupo. Bonifácio “era orgulhoso e absorvente, com consciência do próprio valor”, afirma

---

<sup>307</sup> Ibid, p. 97-98.

<sup>308</sup> O documento que pedia a Assembleia Constituinte teve mais de 6 mil assinaturas. Apud Schwarcz; Starling, 2018, 232.

<sup>309</sup> Apud Barman, 1988, p. 92.

<sup>310</sup> Carvalho, Marcus J. M. de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. *Revista Brasileira de História*, 18(36), (1998) pp. 331-366. Disponível em <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881998000200014>. Acesso em 16 de agosto de 2019.

<sup>311</sup> Apud Schwarcz; Starling, 2018, p. 233.

Otávio Tarquínio de Sousa.<sup>312</sup> Embora empenhados na causa da emancipação brasileira, personagens como Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira e o Cônego Januário apareciam aos olhos de Bonifácio “mais ou menos como demagogos ou agitadores, que queriam precipitar os acontecimentos e, sob pretexto de trabalharem pela realização dos mesmos objetivos do governo, só lhe criavam embaraços”.<sup>313</sup> No entanto, no que diz respeito à independência, Otávio Tarquínio de Sousa argumenta que, se de fato é verificável que o grupo de Gonçalves Ledo certamente adotava posturas mais imprudentes, o “seu ardor combativo e espírito de proselitismo deu ao movimento da independência uma ajuda das mais consideráveis e representou por vezes as mais profundas aspirações populares”.<sup>314</sup>

Em meados de junho os maçons do Rio de Janeiro elegem José Bonifácio como Grão-mestre da nova associação das lojas maçônicas do Rio de Janeiro, a Grande Oriente do Brasil, que unia as três lojas do Rio de Janeiro. Ciente do protagonismo de Gonçalves Ledo e de seu grupo nas sociedades secretas, bem como de suas pretensões independentistas mais radicais, Bonifácio havia fundado sua própria fraternidade. O objetivo do Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz era disputar o espaço político com as lojas maçônicas, atraindo principalmente os maçons monarquistas e centralistas, enquanto tentava minar a influência dos maçons mais radicais.<sup>315</sup> Não obstante, em 24 de junho, Bonifácio assume o posto oferecido pelos maçons. Segundo Macaulay, brevemente, todo indivíduo do sexo masculino com ambição política ou social buscava entrar para as fraternidades.<sup>316</sup>

O objetivo dos radicais era tomar para si o favoritismo de Bonifácio junto do príncipe. Logo, buscariam para a Maçonaria o ingresso do próprio monarca. D. Pedro e o ministro, afirma Macaulay, viam o engajamento como uma forma de manter o controle sobre as atividades políticas dos maçons, ambicionando também consolidar, por meio dos laços fraternais da sociedade, o apoio à união provincial e a adesão à centralização do governo de D. Pedro no Rio de Janeiro.<sup>317</sup> Na sessão do dia 2 de agosto, D. Pedro foi oficialmente iniciado. Como constata Marco Morel, havia um jogo de interesse entre os

---

<sup>312</sup> Sousa, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil*. Volume I. José Bonifácio. Edições do Senado Federal, Brasília, 2015, p. 162. (1ª edição, 1957).

<sup>313</sup> Apud Sousa, 2015, p. 162.

<sup>314</sup> Ibid.

<sup>315</sup> Magalhães, Pablo Antonio Iglesias. O Campeão Brasileiro: press, constitutional unity and masonry sociability at the Bahia province (1830-1831). *Tempo*, 24(3), (2018) 567-594. Disponível em <https://dx.doi.org/10.1590/tem-1980-542x2018v240308>. Acesso em 18 de agosto de 2019.

<sup>316</sup> Apud Macaulay, 1986, p. 121.

<sup>317</sup> Ibid.

maçons e o poder régio: os primeiros buscavam proteção e espaço político, enquanto o último visava legitimar-se no campo das “novas ideias” e controlar as suas atividades.<sup>318</sup>

A iniciação do mais alto representante da monarquia do Brasil na fraternidade demonstra a importância da Maçonaria à época da independência, funcionando como uma “agremiação política”.<sup>319</sup> Contudo, apesar da afiliação, o jogo de interesses se mostraria politicamente impraticável, em virtude das diferenças entre as alas mais radicais da Maçonaria e o liberalismo conservador do príncipe e de José Bonifácio. A instabilidade das sociedades secretas à época da independência, que colocou o Apostolado em conflito com a Grande Oriente, teria sido responsável pela proibição – oficialmente, em outubro de 1823 – do funcionamento das sociedades secretas no Brasil.<sup>320</sup> A proibição por iniciativa de D. Pedro corrobora a tese de Macaulay, segundo a qual o uso político das fraternidades por parte do príncipe visou conduzir o processo da independência.

O jogo de interesse entre as sociedades secretas não era o único a demandar a atenção do regime do Rio de Janeiro. Em São Paulo, um levante armado, fruto de atritos pessoais, interesses familiares e disputas comerciais<sup>321</sup>, envolvia o ministro de D. Pedro. Era a “bernarda” de Francisco Inácio, ocorrida em maio, envolvendo, de um lado, os Andradas – especificamente os irmãos José Bonifácio e Martim Francisco e seus aliados – e, de outro, Francisco Inácio de Souza Queiróz e João Carlos Augusto d’Oeynhausen. Os grupos representavam diferentes segmentos das elites socioeconômicas paulistas e compunham o quadro de antigos e novos setores que disputavam o poder na província: Manoel Jordão, ligado aos irmãos Andrada, estava envolvido às atividades mais recentes, desenvolvidas em Santos e em áreas do interior; Francisco Inácio estava relacionado aos setores mais tradicionais, sendo considerado um “negociante de grosso trato”.<sup>322</sup>

Os desagrvos entre os grupos acabariam sendo transpostos para o campo político, mais especificamente aquando da composição da junta de governo da província. As divergências em relação ao controle do mercado de abastecimento e às práticas mercantis e administrativas a serem adotadas acabaram por conduzir alguns dos envolvidos a refletir sobre o estabelecimento de relações com as Cortes. Em meio à disputa de poder de D.

---

<sup>318</sup> Morel, Marco. *As transformações dos espaços públicos – Imprensa, atores políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2005, p. 244.

<sup>319</sup> Apud Ribeiro, 2011, p. 14.

<sup>320</sup> Apud Magalhães, 2018, p. 587.

<sup>321</sup> Borges, Luiz Adriano. Aspectos econômicos da participação paulista no processo de independência. *Almanack*. Guarulhos, n. 6, (2013) p. 61-80. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320130605>. Acesso em 17 de agosto de 2019.

<sup>322</sup> Ibid, p. 66.

Pedro com o regime de Lisboa, um eventual apoio dos paulistas às Cortes representava uma ameaça ao regime do Rio de Janeiro.

A atuação conciliatória de José Bonifácio, envolvendo as elites paulistas, evitou um confronto armado.<sup>323</sup> Entretanto, instigados por Francisco Inácio, Manoel Jordão e Martim Francisco foram expulsos da capital paulista. Forçado a se demitir da junta de São Paulo, Martim Francisco acabaria nomeado, por intermediação de José Bonifácio, novo Ministro do Tesouro do Reino. Em São Paulo, porém, mantinha-se acesa a rixa entre as fações, deixando em limbo o apoio da província a D. Pedro.

### **3.7- Da busca pela autonomia política à declaração da independência**

Nos meses de maio e junho, em Portugal, enquanto fortalecia no Brasil o movimento pela independência, as Cortes de Lisboa tomavam aquelas que viriam a ser as derradeiras medidas a chegarem ao Brasil antes da declaração da independência. Dessabidos das movimentações no Rio de Janeiro, os deputados portugueses, enfurecidos com a linguagem contida no manifesto da Junta de São Paulo de 24 de dezembro, legislarão de forma inconsequente. Um comitê especial, formado para investigar o manifesto, propôs no dia 10 de junho processar criminalmente “treze facciosos e rematados loucos”<sup>324</sup> brasileiros, incluindo o ministro José Bonifácio.

Somava-se a essa medida a decisão, em 23 de maio, de enviar para Salvador reforços militares, em contrariedade aos protestos brasileiros nas Cortes. A decisão acabaria por aproximar os deputados da Bahia, de São Paulo e de Pernambuco.<sup>325</sup> Além disso, as propostas dos deputados brasileiros de instaurar no Brasil suas próprias Cortes Constituintes e assegurar o reconhecimento da autonomia política brasileira – similarmente ao que havia proposto Bonifácio em “Lembranças e Apontamentos” – foram prontamente rejeitadas nas votações, nos últimos dias de junho. A decisão significava, efetivamente, a submissão política do Brasil a Portugal continental. Como reflete Barman, “apenas a obsessão das Cortes com sua própria dignidade e preeminência pode explicar decisões tão impraticáveis e tão destrutivas de união política”.<sup>326</sup>

---

<sup>323</sup> Ibid.

<sup>324</sup> Diário das Cortes, Sessão do dia 22 de março de 1822, p. 581. Debates Parlamentares, disponível em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821/01/01/042/1822-03-22>. Acesso em 30 de julho de 2019.

<sup>325</sup> Apud Malerba, 2006, p. 195.

<sup>326</sup> Apud Barman, 1988, p. 92.

Enquanto isso, do lado americano do Atlântico, ações de D. Pedro e Bonifácio demonstravam total insubordinação às Cortes. No início de maio foi determinado que não se executasse nenhum decreto vindo de Portugal sem que nele constasse o “cumpra-se” de D. Pedro. Foi nomeado, também, o primeiro diplomata brasileiro no estrangeiro, para Buenos Aires – o cônsul Antônio Manoel Corrêa da Câmara.<sup>327</sup> Em nova carta enviada a D. João VI no dia 19 de junho, D. Pedro afirma que era “chegado o momento da *quasi* separação” e que, estando estribado “nas eloquentes e singelas palavras expressadas por Vossa Majestade”, haveria de “marchar o Brasil, que tanto me tem honrado”.<sup>328</sup>

As “singelas palavras” às quais se refere D. Pedro aludem ao conselho que lhe fora dado pelo rei, que, antes de retornar a Portugal, havia dito ao filho: “se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para um desses aventureiros.”<sup>329</sup> Quanto à “quase” separação, o Príncipe Regente se referia ao que chamou de “independência moderada do Brasil”, em nome de uma “união nacional, que tão cordialmente desejamos”.<sup>330</sup>

Na carta, D. Pedro fala sobre as pressões políticas no Rio de Janeiro.<sup>331</sup> É enfático em sua afirmação ao pai: “O Brasil todo está persuadido desta verdade eterna, a separação do Brasil é inevitável.” Portanto, rematava o príncipe, “Portugal deve buscar se conciliar com esta realidade de todas as formas”.<sup>332</sup> Complementando as decisões desafiadoras às autoridades portuguesas, Bonifácio determinava, em 15 de junho, após negociações com o cônsul britânico, que embarcações inglesas que chegassem aos portos do Brasil seriam acolhidas independentemente do despacho do consulado português em Londres.<sup>333</sup>

Em uma disputa de poder interna, demandas vindas de localidades como Maragogipe, na Bahia, visavam, para além do fim do domínio do regime de Lisboa e a formação de um único centro de poder executivo na pessoa do príncipe real, a abolição

---

<sup>327</sup> Durante o mês de agosto, seriam nomeados Felisberto Caldeira Brant, para Londres; Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, para Paris e para Washington, Luís Moutinho.

<sup>328</sup> Carta de D. Pedro a D. João VI, 19 de junho de 1822. Apud Egas, 1916. p. 104-105.

<sup>329</sup> Ibid.

<sup>330</sup> Proclamação do Príncipe Regente aos Brasileiros, Dia 2 de junho de 1822. Ibid, p. 106.

<sup>331</sup> No *Revérbero Constitucional Fluminense*, publicado no dia 30 de abril, os editores pediam a fundação de um novo Império: “O Brasil de joelhos te amostra o peito, e nele, gravadas em letras de diamante, o teu nome. (...) Príncipe, as nações todas têm um momento único, que não torna quando escapa, para estabelecerem os seus governos. O Rubicon passou-se; atrás fica o inferno; adiante está o templo da imortalidade.” Ilustração Brasileira. Órgão Oficial da Comissão Executiva do Centenário da Independência, Rio de Janeiro, 1922. Disponível em [http://memoria.bn.br/pdf/107468/per107468\\_1922\\_00023.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/107468/per107468_1922_00023.pdf). Acesso em 16 de agosto de 2019.

<sup>332</sup> Carta de D. Pedro a D. João VI, 19 de junho de 1822. Apud Egas, 1916. p. 104-105.

<sup>333</sup> Anjos, João Alfredo dos. *José Bonifácio, Primeiro Chanceler do Brasil*. Fundação Alexandre Gusmão. Brasília, 2008, p. 137.

dos impostos implementados na província desde 1808 e uma marinha própria.<sup>334</sup> Essas demandas demonstram que muitos baianos ambicionavam também a conquista da autonomia política da pátria, ainda que reconhecendo uma autoridade central. Essa comunhão de poderes parece ser inspirada pela Revolução Americana, que havia adotado o modelo de distribuição de poderes entre os governos centrais e os governos locais, de acordo com os princípios federalistas.

A fim de organizar a defesa militar do Brasil, certamente antevendo um confronto armado com o regime de Lisboa, Bonifácio estende ao cônsul da Prússia, no início de julho, o mesmo benefício concedido à Grã-Bretanha, possibilitando a entrada nos portos de domínio brasileiro de “armas de fogo, munições e petrechos navais ou militares”.<sup>335</sup> Do ponto de vista da Causa do Brasil, era necessário fornecer suporte logístico e militar às províncias comprometidas com o regime do Rio de Janeiro. Salvador, por exemplo, encontrava-se sob o controle de cerca de 2 400 soldados portugueses e uma milícia de cerca de 2 mil lusófilos.<sup>336</sup>

Em 14 de julho, embarcações reais são enviadas do Rio de Janeiro à Bahia. O contingente de 274 soldados e milicianos, sob o comando militar do veterano francês Pierre Labatut, recém-iniciado na Maçonaria Grande Oriente, tinha como missão auxiliar os patriotas da província baiana rebelados contra as tropas portuguesas. Em maior número, porém desorganizados e carentes de uma liderança experiente, os baianos, envolvidos em confrontações com os portugueses desde 1821, eram os primeiros a participar, de fato, da Guerra da Independência do Brasil.

Em um decreto do dia 1 de agosto, D. Pedro “repudiava todas e quaisquer tropas de Portugal ou de qualquer parte mandadas ao Brasil sem prévio consentimento”, conservando, porém, as relações “comerciais amigáveis entre os reinos para a conservação política da união”. O decreto afirmava que “as tropas portuguesas seriam recebidas de armas na mão”; mas se chegassem em “boa paz, ficariam retidas a bordo, incomunicáveis, prestando-se-lhes, todavia, os mantimentos e auxílios para a viagem de volta”.<sup>337</sup> Apesar do “ultimato” contra as Cortes de Lisboa, como observa Otávio Tarquínio de Sousa, mesmo “em documento de tão ostensivo espírito nacional, os homens de 1822”, como D. Pedro, José Bonifácio e Ledo, “mostravam-se além de tudo,

---

<sup>334</sup> Apud Barman, 1988, p. 94.

<sup>335</sup> Apud Anjos, 2008, p. 138.

<sup>336</sup> Apud Macaulay, 1986, p. 121.

<sup>337</sup> Decreto do dia 1 de agosto de 1822. Apud Egas, 1916, p. 129.

transigentes e humanos”.<sup>338</sup> A medida impactava também as provinciais brasileiras aliadas ao regime de Lisboa, uma vez que a resistência à Causa do Brasil coloca províncias “rebeldes” na linha de fogo do regime do Rio de Janeiro.

Mas foram os dois manifestos do início de agosto os documentos mais categóricos no que tange às ambições brasileiras: trata-se do que pode ser considerado a “Proclamação da Independência do Brasil”. Como previamente mencionado, a independência aqui referida trata-se da afirmação de autonomia política, que preserva, no entanto, a união dos reinos de Portugal e do Brasil. Era a “independência moderada” de D. Pedro. O primeiro destes manifestos<sup>339</sup>, publicado no dia 1, tinha uma retórica inspirada nas revoluções oitocentistas, com termos como “constituição”, “liberdade” e “fraterna igualdade”.

Redigido por Gonçalves Ledo<sup>340</sup>, o documento era endereçado aos brasileiros como uma justificativa quer do decreto contra as tropas portuguesas, quer do próprio movimento político que se desenvolvia no Brasil. Apesar de se ter manifestado de forma mais clara no mês de janeiro após o *Dia do Fico*, esse movimento vinha sendo desenhado e construído, conforme argumentado neste trabalho, desde o final do século XVIII. O manifesto denunciava as ações das Cortes de Lisboa e conclamava a união das províncias em torno da independência do Brasil.

Já o segundo manifesto<sup>341</sup>, publicado no dia 6, visava o reconhecimento da independência do Brasil no estrangeiro. Redigido por José Bonifácio, este manifesto é mais prudente em linguagem e conteúdo. As denúncias contra as Cortes de Lisboa são contrabalanceadas com a garantia de que o gesto do Príncipe Regente não representava uma rutura com Portugal: “Protesto ao mesmo tempo perante Deus e à face de todas as nações amigas e aliadas”, lê-se no documento, “que não desejo cortar os laços de união e fraternidade que devem fazer de toda a nação Portuguesa um só todo político bem organizado”. O manifesto buscava esclarecer as razões que levaram D. Pedro a proclamar a independência enquanto promovia a união dos reinos sob uma só monarquia.

Apesar de sua natureza conciliadora, o manifesto refletia, de forma crítica, sobre alguns dos momentos históricos que marcaram a história do Brasil: os descobrimentos; a

---

<sup>338</sup> Sousa, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil*. Volume II. A Vida de D. Pedro I. Tomo II. Edições do Senado Federal, Brasília, 2015, p. 379. (1ª edição, 1957).

<sup>339</sup> Manifesto de Sua Alteza Real o Príncipe Regente Constitucional e Defensor Perpétuo do Reino do Brasil aos povos deste Reino. 1 de agosto de 1822. Rio de Janeiro. Apud Egas, 1916, p. 136-142.

<sup>340</sup> Apud Sousa, 2015, v. 2, p. 380.

<sup>341</sup> Manifesto do Príncipe Regente do Reino do Brasil aos Governos e Nações Amigas. 6 de agosto de 1822, Rio de Janeiro. Apud Egas, 1916, p. 142-151.

“miséria da escravidão”; as “desgraças dos mais odiosos tributos” e “leis tirânicas”, que haviam feito com que os “europeus quisessem conservar este rico país na mais dura e triste dependência da metrópole”; até à “enganosa regeneração política das Cortes Portuguesas”. O texto do documento expressava um caráter essencialmente “brasileiro”, ainda que escrito por um luso-americano, coimbrão – José Bonifácio. Como observa Barman, a escolha das palavras e a mensagem dos dois textos epitomava as tensões ideológicas que competiam entre si no Rio de Janeiro.<sup>342</sup>

Com base no texto destes dois manifestos, podemos dizer que estava proclamada a independência do Brasil, porém, não a rutura.<sup>343</sup> No entanto, antes que os manifestos de agosto chegassem a Portugal e pudessem ser apreciados pelos deputados das Cortes de Lisboa, chegariam ao Brasil os despachos portugueses emitidos durante maio e junho. Quando o navio Três Corações atracou no porto do Rio de Janeiro, no dia 28 de agosto, o Príncipe Regente se encontrava na província de São Paulo, para onde havia partido no dia 14 com o propósito de dissolver resquícios da “bernarda” de Francisco Inácio e do imbróglio com os Andradas. D. Pedro estava nas proximidades do riacho Ipiranga quando recebe os despachos vindos de Portugal, por meio do mensageiro Paulo Bregaro.

Naquele momento, o Príncipe Regente toma conhecimento das deliberações das Cortes, que haviam negado ao Brasil o direito de autogoverno, anulavam suas decisões enquanto Príncipe Regente – incluindo a criação do Conselho de Procuradores –, instauravam um processo criminal contra os envolvidos nos protestos de São Paulo e determinavam o seu retorno à Europa. Junto dos despachos que notificavam D. Pedro da chegada de reforços militares portugueses à Bahia, uma carta do ministro Bonifácio alertava:

A revolução já está preparada para o dia de sua partida. Se parte, temos a revolução no Brasil contra Portugal, e Portugal, atualmente não tem recursos para subjugar um levante que é preparado ocultamente para não dizer quase visivelmente. Se fica, tem Vossa Alteza contra si o povo de Portugal, a vingança das cortes, e direi?, até a deserdação que dizem já estar combinada. (...) Fique é o que todos pedem ao magnânimo príncipe

---

<sup>342</sup> Apud Barman, 1988, p. 95.

<sup>343</sup> “Tendo o Brasil que se considera tão livre como o reino de Portugal, sacudido o jugo da sujeição e inferioridade com que o reino irmão o pretendia escravizar, passa a proclamar solenemente a sua independência.” Carta de José Bonifácio ao seu corpo diplomático no estrangeiro. Apud Sousa, 2015, v. 2, p. 382.



que é Vossa Alteza, para o orgulho e felicidade do Brasil. E se não ficar, correrão rios de sangue, nessa grande e nobre terra (...) <sup>344</sup>

Uma outra carta, escrita pela princesa D. Leopoldina, advertia: “Pedro, o Brasil está como um vulcão. Até no paço há revolucionários”. Aconselhando pela independência, D. Leopoldina afirmava que “com o vosso apoio ou sem o vosso apoio, [o Brasil] fará sua separação. (...) O pomo está maduro, colhei-o já, senão apodrece!” <sup>345</sup> Foi neste momento que de forma impulsiva D. Pedro sacou a espada para declarar os hoje famosos dizeres: “Pelo meu sangue, pela minha honra, pelo meu Deus, juro fazer a liberdade do Brasil”. Complementando, o príncipe afirmava ainda que, a partir daquele dia, a divisa dos brasileiros seria “Independência ou Morte!” Os distintos interesses, a polarização e as hostilidades entre as forças opositoras encravavam a utopia do “Poderoso Império”. A partir de então, os esforços brasileiros seriam destinados à conquista da unidade territorial, à Constituição e ao reconhecimento da independência.

---

<sup>344</sup> Apud Rezzutti, 2016, p. 151.

<sup>345</sup> Ibid.

## 4- As linguagens nos discursos pré-independência

### 4.1- A retórica litigiosa na história

Em alguns dos momentos mais decisivos da última fase do processo da independência do Brasil, percebemos que a linguagem exerceria forte influência sobre os atores. Em 21 de maio de 1822, o deputado Antônio Carlos Ribeiro de Andrada afirmaria, em uma sessão nas Cortes, que a ideia de um “partido da independência” no Brasil era insólita, admitindo ser possível existir “um ou outro doido que pense nisso”.<sup>346</sup> Quatro meses mais tarde, D. Pedro anunciaria, com o Grito do Ipiranga, o rompimento permanente do Brasil com Portugal. Na declaração, o Príncipe Regente lamentou especificamente o tratamento que lhe fora dado por membros das Cortes, conforme descreveria ao Padre Belchior, presente naquela ocasião:

Padre Belchior, eles o querem, eles terão a sua conta. As cortes me perseguem, chamam-me com desprezo de rapazinho e de brasileiro. Pois verão agora o quanto vale o rapazinho.<sup>347</sup>

Em termos históricos, a linguagem ofensiva teve sempre um lugar na retórica política em virtude das fortes emoções evocadas pelos atores envolvidos no debate, quer nos adversários, quer no público leitor ou ouvinte. O uso da linguagem como ferramenta de persuasão, crítica e apelo remonta à Grécia Antiga. Segundo Gregory Howard, o termo *bdelygmia*<sup>348</sup>, derivado do grego “sujo” ou “maldoso”, é uma técnica de retórica usada para expressar algum tipo de rancor ou aversão para com uma pessoa, um lugar ou uma situação, por meio de uma linguagem crítica vil.

Essa ferramenta tem sido usada como um dispositivo estilístico desde os escritos clássicos<sup>349</sup> até aos modernos.<sup>350</sup> É comum, no uso deste dispositivo, tanto a adoção de

---

<sup>346</sup> Diário das Cortes, vol. VI, p. 210-3. Tavares, Luís Henrique Dias. *A independência do Brasil na Bahia*. Salvador: Edufba, 2005, p. 67.

<sup>347</sup> Apud Rezzutti, 2016, p. 154.

<sup>348</sup> Howard, Gregory T. *Dictionary of Rhetorical Terms*. XLibris. 2010, p. 55-56

<sup>349</sup> Ver Bremmer, J. N. Verbal Insulting in Ancient Greek Culture. *Acta Antiqua Hungarica*, 1, (2000) pp. 61 - 72.

<sup>350</sup> Em "King Lear" de William Shakespeare, o personagem Earl of Kent desfere uma série de insultos contra Oswald no Ato 2, Cena 2; *Before the Gloucester's Castle*: "A knave; a rascal; an eater of broken meats; a base, proud, shallow, beggarly, three-suited, hundred-pound, filthy, worsted-stocking knave; a lily-livered, action-taking knave, a whoreson, glass-gazing, super-serviceable finical rogue; (...) coward, pandar, and the son and heir of a mongrel bitch: one whom I will beat into clamorous whining, if thou

um palavreado criativo quanto explicitamente vulgar. No século I a.C., o cônsul romano Cícero diria em relação ao seu adversário político Catão, o Jovem: “Ele fala como se vivesse na república de Platão, quando na verdade vive nas fezes de Rômulo.”<sup>351</sup> O objetivo da retórica de Cícero era desmoralizar publicamente o seu oponente.

A *bdelygmia* difere da crítica, que se baseia em argumentos. Se o segundo se apresenta como uma ferramenta perfeitamente aceitável no debate público, no primeiro há um claro objetivo de apelar ao *pathos*, ou seja, às emoções e sentimentos de um público específico, buscando a persuasão pelo uso de um vernacular jocoso ou insultuoso. Enquanto o apelo aos sentimentos faz parte da linguagem e pode produzir diversos tipos de inspiração de natureza benigna, a utilização da *bdelygmia* na retórica pode ter repercussões negativas, fazendo com que o orador não apenas ofenda, mas se passe por intransigente e destemperado. A ramificação do mal-uso deste dispositivo de linguagem, sobretudo na política, está no seu poder de criar condições de animosidade ou de radicalização, que muitas vezes podem se tornar violentas.

Um dos mais notórios exemplos do potencial nocivo e das consequências catastróficas do mal-uso da linguagem é o conhecido caso *The Caning of Charles Sumner* (O Espancamento de Charles Sumner), ocorrido em 22 de maio de 1856 no plenário do Senado dos Estados Unidos. No incidente, o representante do Partido Democrata Preston Brooks usou uma bengala para espancar o senador do Partido Republicano Charles Sumner, na frente de todos os legisladores. Um comitê responsável por investigar o caso afirmaria que o ataque era uma retaliação de Brooks por conta da linguagem usada por Sumner em um discurso proferido por este nos dias anteriores.<sup>352</sup>

Usando uma linguagem inflamatória para defender uma causa nobre, Sumner, um abolicionista, havia feito insinuações acerca da existência de práticas sexuais forçadas entre membros da casa legislativa com suas escravas<sup>353</sup>, afirmando que senadores

---

*deniest the least syllable of thy addition.*” Disponível em <http://shakespeare.mit.edu/lear/full.html>. Acesso em 25 de julho de 2019.

<sup>351</sup> Ver Kennedy, George Alexander. *The Art of Rhetoric in the Roman World: 300 B.C - A.D 300*. Wipf and Stock Publishers, 2008, p. 283. (Tradução minha)

<sup>352</sup> “*The Select Committee appointed to inquire into the circumstances attending the assault committed upon the person of the Hon. Charles Sumner, a member of the Senate.*” 34<sup>th</sup> Congress, 1<sup>st</sup> session, Senate, Rep. Com. 191. Disponível em <https://www.senate.gov/artandhistory/history/resources/pdf/SumnerInvestigation1856.pdf>. Acesso em 25 de julho de 2019.

<sup>353</sup> Hoffer, Williamjames Hull. *The Caning of Charles Sumner: Honor, Idealism, and the Origins of the Civil War*. Baltimore: Johns Hopkins University Press. 2010, p. 62.

opositores faziam da escravidão sua Dulcineia<sup>354</sup>, uma alusão à personagem feminina de Dom Quixote. Sumner afirmava ainda que estes legisladores cultivavam uma “lascívia por poder”<sup>355</sup> e que não se podia abrir a boca de alguns dos senadores ali presentes, “porque dali só podiam esbaforir estupidez”.<sup>356</sup> A infeliz retaliação de Brooks foi tão severa que deixou Sumner inconsciente e hospitalizado, à beira da morte. De acordo com o senado americano, o episódio é considerado como o “símbolo da ruptura da razoabilidade nos discursos políticos” da casa legislativa, cuja consequência seria a condução dos Estados Unidos à Guerra Civil.<sup>357</sup>

A linguagem combativa e insultuosa foi usada para influenciar a opinião pública nos panfletos da Revolução Americana<sup>358</sup>; foi combustível para o Período do Terror durante a Revolução Francesa<sup>359</sup>; e certamente faz parte, como nos mostram pleitos eleitorais em todo o ocidente, da linguagem política contemporânea. Neste capítulo buscarei analisar, com base em transcrições de trechos de discursos e documentos relativos a alguns dos momentos mais importantes que precederam a declaração da rutura do Brasil com Portugal, o modo como a linguagem não-ortodoxa adotada por atores da independência contribuiu para a deterioração das relações e para o divórcio litigioso entre as partes envolvidas.

Entre as fontes usadas para amparar esta nossa análise estão os registros dos debates parlamentares nas Cortes de Lisboa, panfletos e periódicos que passaram a

---

<sup>354</sup> Ver Davis, Kenneth C. *Don't know much about the Civil War: everything you need to know about America's greatest conflict but never learned*. New York: William Morrow, 1996.

<sup>355</sup> Pfau, Michael William. Time, Tropes, and Textuality: Reading Republicanism in Charles Sumner's 'Crime Against Kansas. *Rhetoric & Public Affairs*. 6 (3) (2003) pp. 385-413; p. 393.

<sup>356</sup> Hendrix, Pat. *Murder and Mayhem in the Holy City*. Charleston, SC: History Press. 2006, p. 50.

<sup>357</sup> *The Caning of Senator Charles Sumner, May 22, 1856*. Site do Senado dos Estados Unidos. Disponível em [https://www.senate.gov/artandhistory/history/minute/The\\_Caning\\_of\\_Senator\\_Charles\\_Sumner.htm](https://www.senate.gov/artandhistory/history/minute/The_Caning_of_Senator_Charles_Sumner.htm)

<sup>358</sup> “More than in all other publications, it was in these political essays that the American people, on both sides of the controversy, gave utterance to their real thoughts, their real purposes, their fears, their hopes, their hatreds, touching the bitter questions which then divided them... doing so under almost every form of expression, from serious argument and earnest persuasion, to mere invective, vituperation and banter.” Calkin, Homer L. Pamphlets and Public Opinion during the American Revolution. *The Pennsylvania Magazine of History and Biography* 64, n. 1 (1940) pp. 22-42. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/20087256>. Acesso em 1 de setembro de 2019.

<sup>359</sup> Em seu jornal *L'ami du peuple*, Jean-Paul Marat criminalizava qualquer político de quem discordasse, atribuindo-lhes rótulos de “sanguessugas”, “vampíricos”, “tirânicos” e “traidores”, com uma linguagem apocalíptica que visava banir seus adversários da política. (Schama, Simon. *Citizens: A Chronicle of the French Revolution*. Penguin Random House LLC, 1989.) Marat advogou publicamente a favor da execução dos presos políticos nos *Massacres de Setembro*, onde mais de mil aprisionados foram mortos em um período de 20 horas. (Clifford D. Conner. *Jean-Paul Marat: Tribune of the French Revolution*. Pluto Press, 2012.)

circular a partir de 1820<sup>360</sup>, além de cartas publicadas ao público. Este capítulo complementa o anterior sobre o papel das Cortes de Lisboa, uma vez que os temas abordados estão intrinsicamente conectados. Entretanto, enquanto no capítulo anterior o enfoque recaiu sobre a relação entre as medidas adotadas pelas Cortes e a ascensão da Causa do Brasil, neste a atenção será dada ao papel da linguagem.

## 4.2 - A esfera pública do debate

Um dos importantes instrumentos de debate à época da independência foi a imprensa, que contribuiu significativamente para a formação da opinião pública<sup>361</sup> dos luso-americanos, sobretudo nos últimos três semestres que precederam a separação. Candice Vidal e Souza afirma que os homens da independência privilegiaram a imprensa como veículo estratégico para suas ações, vendo-se responsáveis pela “missão pedagógica de formar e orientar politicamente o povo – ou as elites coloniais – daquele Brasil em vias de assumir a condição de nação independente”.<sup>362</sup> Adicionalmente, percebe-se que a extinção da censura prévia permitiu um crescimento sem precedentes do número de impressos publicados no mundo luso-brasileiro, os quais, além de numerosos, trouxeram consigo uma diversidade de opinião inédita no universo lusófono.

Embora D. João tivesse inquirido sobre a implementação da liberdade de imprensa antes mesmo da elevação do Brasil à condição de reino, mostrando-se, de acordo com John Luccock, favorável à medida – antes de abandonar a ideia por influência de um “magistrado desarroado e ignorante”<sup>363</sup>, não identificado pelo cronista –, a livre circulação de ideias no Brasil esteve sob o controle da monarquia portuguesa até à extinção dos censores régios. Uma vez que estes censores foram retirados pelas Cortes de

---

<sup>360</sup> Muito destes impressos aqui analisados foram reproduzidos pela historiografia brasileira em obras como “Os panfletos políticos e a cultura política da Independência do Brasil” (2005), de Lúcia Bastos Pereira das Neves, dentre outras.

<sup>361</sup> A opinião pública consiste na expressão da participação popular, nos desejos, vontades e pensamentos de uma maioria de pessoas em uma sociedade, representando uma opinião coletiva, um senso comum, capaz de influenciar ações políticas. Esse senso comum pode ser influenciado por questões culturais, condições sociais, religião, entre outros. Pode ser influenciado também pelos meios de comunicação, seja pelos motivos acima citados ou por questões de identificação política-ideológica. Segundo Braatz, o termo ‘*opinion publique*’ foi usado pela primeira vez em 1588 pelo francês Michel de Montaigne. Braatz, Kurt. *Friedrich Nietzsche: Eine Studie zur Theorie der Öffentlichen Meinung*, Walter de Gruyter & Co, Berlin, 2011, p. 1.

<sup>362</sup> Souza, Candice Vidal e. Insultos impressos. A guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823). *Mana*, 7(1), (2001), pp. 181-184. Disponível em <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132001000100013>. Acesso em 2 de setembro de 2019.

<sup>363</sup> Apud Luccock, 1820, p. 574. (Tradução minha)

Lisboa, a heterogeneidade de ideias possibilitaria o surgimento de uma “esfera de debate” até então desconhecida pelos luso-brasileiros. A revolução liberal, argumentam Charles Clark e Janina Rosicka<sup>364</sup>, abria a possibilidade para que se discutissem problemáticas pertinentes ao futuro da nação, criando um sentimento de que tudo poderia ser questionado. Não surpreendentemente, rótulos eram usados com frequência no contexto dos debates políticos, como Telmo dos Santos Verdelho já havia observado nos anos oitenta.<sup>365</sup>

Ao contrário do que sugere a historiografia até muito recentemente, durante o processo da independência o debate político não esteve exclusivamente restrito às elites letradas. A partir da convocação das Cortes e da adoção de medidas liberalizantes em relação à comunicação escrita, evidencia-se uma preocupação por parte da elite intelectual em moldar a opinião pública. Essa preocupação viria a se tornar patente nos folhetos e jornais, como argumenta Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. Nota-se a ideia de “dever do cidadão dirigir a opinião pública, e levá-la, como pela mão, ao verdadeiro fim da felicidade social”.<sup>366</sup> Em 1821, constatando que “os periódicos e papéis avulsos eram também lidos sôfrega e inconsideradamente pelas classes ínfimas”<sup>367</sup>, José da Silva Lisboa escrevia em seu jornal *O Conciliador do Reino Unido* sobre os impressos:

[Devem] bem dirigir a Opinião Pública afim de atalhar os desacertos populares, e as efervescências frenéticas, de alguns compatriotas, mais zelosos que discretos, e que antes preferem arder que luzir.<sup>368</sup>

N’ *O Bem da Ordem*, escrito no mesmo ano, o redator afirmava que só escreveria “para aquela classe de cidadãos que não frequentaram os estudos”. Em outro texto, d’ *O Constitucional* (1822), o autor escrevia que “os doutos, e literatos, não carecem das minhas instruções, [portanto] não é para eles que escrevo”.<sup>369</sup> Nestes exemplos é possível notar a “missão pedagógica” que os letrados acreditavam possuir. Ao se dirigirem a estes

---

<sup>364</sup> Clark, Charles Michael Andres; Rosicka, Janina (eds). *Economic Transition in Historical Perspective: Lessons from the History of Economics*. Routledge, New York, 2018 (1ª edição 2011)

<sup>365</sup> Verdelho, Telmo dos Santos. *As palavras e as ideias na revolução liberal de 1820*. Coimbra, Inic, 1981.

<sup>366</sup> Neves, Lúcia Maria Bastos P. Cidadania e participação política na época da Independência do Brasil. *Cadernos CEDES*, 22 (58), (2002), pp. 47-64. Disponível em <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622002000300004>. Acesso em 29 de julho de 2019.

<sup>367</sup> Ibid, p. 56.

<sup>368</sup> *O Conciliador do Reino Unido*, n. 4, 31 de março de 1821. In Lucas, Vanessa Fraguas Serra. *Pode haver Povo sem ter Rei; E Rei sem ter Povo, pode haver? Panfletos manuscritos e emancipação do Reino do Brasil*. Dissertação de Mestrado, PUC – Rio de Janeiro, 2014, p. 36.

<sup>369</sup> Ibid, p. 37.

indivíduos, os redatores buscavam incluí-los no debate, o que não significa necessariamente que visassem contribuir para a conquista de sua autonomia: a inserção destes se dava por meio da perspectiva dos redatores.

Em setembro de 1821 os redatores do *Revérbero Constitucional* afirmavam que, por se considerarem “muito fracos para dirigir a opinião pública do nosso País”, visavam apenas “oferecer aos nossos leitores algumas reflexões sobre a liberdade dos impressos”.<sup>370</sup> Oferecendo uma diferente perspectiva em relação aos exemplos anteriores, para os redatores do *Revérbero* “as discussões desenvolvidas com a criação de um espaço público estavam tão intensas que a responsabilidade em dirigir esse debate não fazia parte dos objetivos do periódico”.<sup>371</sup> Entretanto, como se observa na participação do periódico, a declaração não corresponde aos fatos, uma vez que o *telos*, ou seja, o propósito do periódico ficaria evidente em suas publicações, bem como na participação política de seus redatores.

Politicamente, nas publicações desse período o conceito de opinião pública é percebido de forma predominante – mas não unânime – como estando associado à moderação, afastando-se das ideias revolucionárias.<sup>372</sup> Como constatou Verdelho, a revolução “não é um termo abundante nos jornais de vinte a vinte e três, pois era um legado francês mal caucionado pela violenta ocupação militar sobre a qual mal eram passados dois lustros”.<sup>373</sup> Em Portugal, mesmo periódicos liberais como o *Censor Provinciano* condenaram a experiência jacobina que ignorava em sua “ambição niveladora o mérito da ciência e da virtude”.<sup>374</sup>

Isso não significa, no entanto, que a linguagem usada nos periódicos tenha excluído do debate ferramentas linguísticas – ou terminologias – observáveis em outros momentos históricos de grandes transformações sociopolíticas. Com o aumento do número de impressos em Portugal e no Brasil, o espaço público para divergências de opinião e de posicionamentos permitia a existência de um embate verbal acalorado, em cujo ringue participava um número expressivo de atores que incluía letrados, comerciantes, padres, populares e pessoas ligadas à corte real.

---

<sup>370</sup> Ibid, p. 36-37.

<sup>371</sup> Ibid, p. 37.

<sup>372</sup> Nesse sentido, não nos surpreende que a monarquia tenha sido a forma de governo maiormente aceita pelos atores do debate público à época da independência. A presença da Corte portuguesa no Brasil, as experiências vividas e a própria formação educacional das elites letradas favoreceram a aceitação desta forma de governo.

<sup>373</sup> Verdelho, Telmo dos Santos. *As palavras e as ideias na revolução liberal de 1820*. Coimbra, Inic, 1981, p. 287.

<sup>374</sup> Ibid, p. 96.

Em um impresso inserido no *Revérbero Constitucional* de 1822, o autor de codinome “Sacristão de Tambi” escrevia sobre as dimensões desses debates no auge das disputas entre os regimes de Lisboa e do Rio de Janeiro: “Esta guerra, meu amigo, é mais de pena, que de língua ou de espada.”<sup>375</sup> Entre 1820 e 1823, muitas das disputas verbais verificadas em cartas, relatos, diálogos, manifestos e sermões, bem como nas Cortes de Lisboa, foram publicadas em panfletos que circulavam em algumas das principais vilas e cidades do Brasil, exponenciando o alcance do debate público.

Além da participação de um maior número de atores e da maximização do alcance possibilitado pela abertura da imprensa no Brasil e em Portugal, um outro elemento diferenciaria este momento dos anteriores: o rompimento da ortodoxia da linguagem usada nos discursos políticos, que primava, em detrimento da linguagem formal – até então tipicamente usada nos impressos oficiais e publicações no mundo luso-atlântico –, por um tratamento mais pessoal, informal, assumindo por vezes um tom sarcástico, vulgar ou mesmo insultuoso.

Uma análise do teor dos discursos demonstra ter sido adotado repetidamente, sobretudo a partir de 1821, um vernáculo infame e imponderado. Os tipos de argumentos usados demonstravam uma certa radicalização na retórica, com recurso a uma linguagem potencialmente litigiosa. Como observa Vidal e Souza, “esses senhores das artimanhas retóricas criaram uma linguagem jornalística que combina expressões revolucionárias de 1789, adágios portugueses, humor apurado e ofensas pessoais”.<sup>376</sup>

As hostilidades se tornariam corriqueiras nos debates das Cortes e nas publicações dos periódicos e panfletos. Ao refletirmos sobre a escalada nas tensões nas relações luso-brasileiras, percebemos que a nova dinâmica linguística pode ter contribuído para deteriorar o relacionamento entre americanos e portugueses, bem como entre o Reino do Brasil e as Cortes de Lisboa. Notamos que a possibilidade de se encontrar uma posição conciliatória entre as partes envolvidas depreciou-se consideravelmente a partir da segunda metade do ano de 1821, precisamente depois da extinção da censura prévia e da multiplicação dos impressos.

#### **4.3 - A Guerra Literária no Brasil Independentista**

---

<sup>375</sup> Carvalho, José Murilo de; Neves, Lúcia; Basile, Marcello (orgs). *Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-23)*. Editora UFMG, Belo Horizonte: 4 volumes, v. 1, 2014, p. 11.

<sup>376</sup> Apud Souza, 2001, parágrafo 1.



Após a Revolução do Porto de 1820, popularizar-se-ia no Brasil a circulação das ideias liberais e constitucionais, divulgadas por meio de uma espantosa quantidade de jornais e panfletos, impressos sobretudo em Lisboa e no Rio de Janeiro. Além destes dois centros de circulação, intensos debates ocorreram no Pará, no Maranhão, em Pernambuco e na Cisplatina. Como observa Neves, a repentina multiplicação no número de impressos era reflexo da preocupação coletiva em relação ao debate político. Os impressos geralmente começavam como semanários, mas ampliavam a frequência conforme o volume de vendas, muitas vezes se transformando em diários.<sup>377</sup>

Apesar da dificuldade de se calcular a quantidade efetiva do número de leitores desses impressos, alguns indicadores nos ajudam a construir uma melhor visão do cenário da época. Primeiramente, precisamos considerar o número de alfabetizados. Ainda que não se tenham números oficiais, sabe-se que o analfabetismo, em termos gerais, era alto, como já mencionado neste trabalho. Entretanto, em termos de participantes no debate político – que exclui, dentre outros, escravos, mulheres e jovens –, os dados podem apresentar resultados diferentes. Com base no número de assinaturas do “Manifesto do Fico”, verifica-se que a taxa de alfabetização entre os homens, adultos e livres do Rio de Janeiro (à época, o maior centro de debates no Brasil) era similar à verificada em cidades francesas do século XVIII, como Lyon e Provence.<sup>378</sup> Em termos comparativos, o número de alfabetizados no Rio de Janeiro era relativamente alto se contraposto a outras regiões do Brasil.

Pode-se considerar, também, a avaliação das atividades relacionadas ao comércio de livros. Entre 1821 e 1822, identifica-se, por meio dos anúncios na *Gazeta* e no *Diário do Rio de Janeiro*, 9 livreiros especializados, 3 lojas ligadas à atividade tipográfica e 11 negociantes de artigos variados. Para fins de comparação, em 1826, existiam em Buenos Aires apenas 5 livrarias.<sup>379</sup> Este indicador sugere que o debate político deste período trazia uma forte demanda de impressos.

Além disso, considera-se a questão do acesso: como o preço dos impressos era relativamente baixo, concebe-se que este não tenha sido um grande empecilho. Em 1821, uma empada de recheio de ave custava 100 réis; um arrátel de linguiça, 280; um quartilho de tinta para escrever, 320; a aguardente de cana, 80 réis a garrafa. Os periódicos custavam, por número, entre 80 e 120 réis, portanto relativamente acessível. Como se

---

<sup>377</sup> Apud Neves, 2002, p. 50.

<sup>378</sup> Apud Neves, 2002, p. 55.

<sup>379</sup> Ibid.

verifica em um texto daquela época, “por faltar condição para ir ao teatro, divertia-se com os *bufões* [os periódicos] por pouco dinheiro”, afirma Neves.

Por fim, numa sociedade ainda regida pela oralidade, é preciso ressaltar que o conhecimento dessas novidades por vezes se dava tanto por meio de leituras em voz alta dos impressos, como pela participação nas conversas e nas discussões sobre os acontecimentos políticos nos comércios, lojas e espaços públicos. De acordo com Neves, “ao substituir assim a leitura propriamente dita pela comunicação oral, não parece haver dúvida de que o público real atingido por essas ideias liberais era mais amplo do que se poderia a princípio imaginar”.<sup>380</sup>

Como indicam as inumeráveis cartas de particulares divulgadas semanalmente pelos redatores dos periódicos, o conteúdo desses impressos era discutido nas ruas e nos novos espaços de sociabilidade: cafés, academias, livrarias, sociedades secretas, entre outros. Muitos panfletos, de caráter didático e polêmico, que em um primeiro momento se mantinham anônimos, eram escritos sob a forma de comentários dos fatos recentes e discussões sobre as questões do momento. Dessa forma, traduziam-se em linguagem acessível, cumprindo um papel de levar notícias e informações a uma plateia mais ampla, que deixava “de vê-las como meras novidades do domínio privado para encará-las como parte de um espaço comum”.<sup>381</sup>

Neves compara a expansão dos impressos no Brasil no seu auge, em 1821, à que a França assistiu no período da Revolução de 1789. Essa expansão era notada em Portugal e no Brasil: no Rio de Janeiro, cerca de 20 periódicos surgiram entre 1821-1822; em Portugal foram cerca de 39 jornais, quase sempre publicados em Lisboa, no Porto e em Coimbra. A opinião de sua recepção era ambígua – havia certos receios quanto à popularização dos impressos, como afirmava um folheto da época:

A intentada regeneração veio unida à praga dos periódicos, reduzindo-se a grande arte do escritor a simplesmente saber formar bem mal, tortos ou direitos, os caracteres do alfabeto.<sup>382</sup>

Os discursos eram mais ideológicos e políticos do que culturais, embora alguns afirmassem ter uma postura neutra, como o *Diário do Rio de Janeiro* e o *Volantim*, por

---

<sup>380</sup> Ibid, p. 56.

<sup>381</sup> Ibid, p. 49.

<sup>382</sup> Ibid, p. 50.

exemplo. O jornal considerado oficial, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, estampado no Brasil a partir de 1808, se limitava a anunciar atos oficiais e a reproduzir trechos das folhas europeias, de modo que acabaria por não exercer uma influência direta nos acontecimentos políticos de 1821-1822. O *Espelho*, publicado a partir de outubro de 1821, objetivava discutir a Constituição, fornecendo ao público informações a respeito das sessões das Cortes, porém evitando emitir juízos próprios. Deste modo, as polêmicas se dariam nos periódicos mais ousados, dispostos a discutir temas do dia a dia e a ir além dos pronunciamentos oficiais.

Na segunda metade de 1821, surgem *A Malagueta*, que afirmava defender a Constituição e os direitos do Homem; o *Revérbero Constitucional Fluminense* e o *Correio do Rio de Janeiro*, porta-vozes de um liberalismo mais radical; o *Papagaio*, que propunha defender o direito do Brasil de aspirar ao “desejo inalienável de ser feliz”; e *O Macaco Brasileiro*, que, usando uma linguagem jocosa, afirmava ser defensor da união, porém “nada de dependência e servilismo”. Jornais menores, como o *Analizador Constitucional*, o *Espreitador Constitucional* e a *Abelha* identificavam como “dever dos bons portugueses lutarem pela causa liberal e pela união de ambos os hemisférios”.<sup>383</sup>

Os panfletos, por seu lado, constituíram um importante meio de divulgação da nova cultura política. De origem inglesa, remontando ao século XVI, os *pamphlets* se mostraram importantes em debates políticos anglófonos, como na Revolução Inglesa (1640) e na Revolução Americana. Como mencionado neste trabalho, a obra *Common Sense* de Thomas Paine fora decisiva na opinião pública aquando da independência dos ingleses do norte. O impresso vendeu mais de 100 mil cópias somente em 1776.<sup>384</sup>

No Brasil, esses panfletos assumiram várias formas. Alguns, denominados de “folhetos constitucionais” pelo livreiro Paulo Martim<sup>385</sup> no Rio de Janeiro, procuravam explicar o vocabulário político liberal, como o *Constituição Explicada* e o *Constitucional Justificado*. Outros preferiam a forma de diálogos, como o “Diálogo entre o Corcunda Abatido e o Constitucional Exaltado e o Alfaiate Constitucional”, ao estilo do inglês *Spectator*, panfleto originário no século XVIII<sup>386</sup> e ainda hoje em atividade, adequado aos padrões atuais.

---

<sup>383</sup> Ibid, p. 51.

<sup>384</sup> Foot, Michael; Kramnick, Isaac. (eds.) *The Thomas Paine Reader*. Penguin Classics, 1987, p. 10.

<sup>385</sup> Apud Neves, 2002, p. 52.

<sup>386</sup> Ibid, p. 53.

Os duelos de palavras muitas vezes terminavam com a troca de insultos, insultos estes que viriam a se tornar comuns nos panfletos e em cartas publicadas durante a chamada “Guerra Literária”, termo cunhado pelo Padre Perereca<sup>387</sup> à época da independência (que daria nome a uma obra homônima de José Murilo de Carvalho, Lúcia Bastos e Marcello Basile, que em muito facilitou a realização deste capítulo). Além disso, poesias e sermões usavam o apelo literário e religioso, respetivamente, para promover aspirações políticas com sua própria linguagem.

#### **4.4- Panfletos, Cartas e Discursos: a retórica da discórdia**

Além do preço acessível – quando não eram gratuitos –, uma das vantagens dos panfletos era a facilidade com que chegavam ao público, se comparados a jornais ou a livros impressos. Efêmeros, os panfletos eram geralmente distribuídos nas ruas ou afixados em portas e paredes.<sup>388</sup> Um panfleto da província da Bahia intitulado *Meu Amigo*, sem data de redação, possui um registro informando ter sido arrancado no dia 14 de fevereiro.<sup>389</sup> Como observa Rafael Fanni, “tal registro é um sinal explícito de que muitos folhetos eram afixados em locais públicos das cidades”, dando assim “ampla divulgação aos projetos e ideias surgidas no bojo dos debates”. Muitos dos autores estavam envolvidos nas lutas políticas e ideológicas, portanto rivalizavam-se nas tentativas de conversão e desmoralização dos adversários. Em geral, eram polêmicos e continham uma “linguagem apaixonada, quando não violenta”.<sup>390</sup>

No panfleto *Obra nova intitulada entrada do careca pela barra*, o autor escreve sobre o retorno do militar britânico William Beresford – que servia à Coroa Portuguesa – a Lisboa, após sua viagem ao Brasil: “Tornastes a voltar filho da Puta / Do País das araras,

---

<sup>387</sup> Carvalho, José Murilo de; Neves, Lúcia Maria Bastos Pereira das; Basile, Marcello Otávio de Neri Campos (Orgs.). *Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-23)*. Editora UFMG, Belo Horizonte: 4 volumes. 2014, v.1, p. 69.

<sup>388</sup> Winter, Murillo Dias. *Este papel se dá de graça e não se vende: os folhetos no processo de independência do Brasil (1821-1824)*. Apresentação de Trabalho/Congresso, 2015. Disponível em <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-impressa/este-papel-se-da-de-graca-e-nao-se-vende-os-folhetos-no-processo-de-independencia-do-brasil-1821-1824/view>. Acesso em 3 de outubro de 2019.

<sup>389</sup> Fanni, Rafael. A força da opinião: panfletos manuscritos na independência do Brasil. *Almanack*, (5) (2013) pp. 199-202. Disponível em <https://dx.doi.org/10.1590/2236-463320130510>. Acesso em 10 de outubro de 2019.

<sup>390</sup> Apud Carvalho, Neves, e Basile, 2014, v.1, p. 12.

e coqueiros / Oh mal haja os Bananas Brasileiros / Que vivo te deixaram nessa luta.”<sup>391</sup> Esse tipo de afronta contrasta com a prudência geralmente percebida nos periódicos, em sua maioria produzidos por homens instruídos, dentre os quais negociantes, bacharéis, clérigos e militares.

Embates exaltados foram ali travados, por exemplo, entre os liberais constitucionistas e os tradicionalistas. Em 1821, um autor que se intitula “Um liberal inimigo de golfinhos”<sup>392</sup>, afirmando-se um “Digno Luso Constitucional”, se dirige aos “corcundas” (como alcunhavam os partidários da “monarquia absolutista”) da seguinte forma: “Um corcunda não tem brio, nem honra tem, nem vergonha; é malhar em ferro frio, malhar-lhe na carantonha.”<sup>393</sup> Em um outro panfleto, escrito por José Anastácio Falcão no mesmo ano e endereçado aos “Anti-constitucionalistas maus Cristãos e maus vassalos”, o autor afirma que estes eram “homens desprezíveis, inimigos da Pátria”, que agiam como “as víboras e as serpentes”.<sup>394</sup>

Nas cartas, o antagonismo entre luso-americanos e portugueses europeus pode ser percebido pelo menos desde 1820. Em 12 de dezembro, o autor de codinome “Compadre de Belém”<sup>395</sup> escreve ao redator do *Astro da Lusitânia*, o “Compadre de Lisboa”, em tom sarcástico, ironizando os escritos do redator que o redimiram “de seu fanatismo político”. O poder de persuasão do redator do *Astro da Lusitânia*, afirmava o Compadre de Belém satiricamente, faria de si um “criado” para o autor, mas para o resto do mundo um “impostor verdadeiro”.

A ironia do Compadre de Belém recebeu uma resposta em tom degradante do Compadre de Lisboa<sup>396</sup>, em 1821. O redator, contrário à permanência da Corte no Brasil, argumenta após ter lido as “judiciosas” reflexões vindas do Compadre de Belém:

---

<sup>391</sup> Carvalho, José Murilo de; Neves, Lúcia Maria Bastos Pereira das; Basile, Marcello Otávio de Neri Campos (Orgs.). *Às armas, cidadãos! Panfletos manuscritos da Independência do Brasil (1820-1823)*. São Paulo / Belo Horizonte: Companhia das Letras / Editora UFMG, 2012, p. 182.

<sup>392</sup> *As amêndoas dadas aos Corcundas, por hum Liberal inimigo de golfinhos*. Rio de Janeiro. Na impressão Nacional, 1821. [Ed. original: Lisboa, Na Imprensa Nacional. Anno 1821. Com Licença da Comissão de Censura.]. Apud Carvalho, Neves e Basile, 2014, v.2, p. 51.

<sup>393</sup> *As amêndoas (...)* Ibid.

<sup>394</sup> *Os anti-contitucionalistaes. Prova-se que são maos Christãos, maos vassalos: e os maiores inimigos da nossa Pátria*. Por José Anastácio de Falcão. I. Parte. Rio de Janeiro. Na Typographia Regia. Anno de 1821. Com licença. Ibid, p. 59.

<sup>395</sup> *Carta do Compadre de Belem ao redactor do Astro da Lusitania dada a luz pelo Compadre de Lisboa*. Por O Impostor Verdadeiro [Manuel Fernandes Tomás]. Lisboa. Na offic. De Antonio Rodrigues Calhardo. 1820. Apud Carvalho, Neves e Basile, 2014, v.1, p. 83.

<sup>396</sup> *Carta do Compadre de Lisboa em resposta a outra do Compadre de Belem, ou juízo crítico sobre a opinião pública, dirigida pelo Astro da Lusitânia*. Reimpresso no Rio de Janeiro. Na Typographia real. 1821. Ibid, v.1, p. 160.

[O Brasil] é um Gigante sem braços nem pernas, não falando no seu clima ardente e pouco sadio; o Brasil está hoje reduzido a umas poucas hordas de Negrinhos, pescados nas Costas d'África, únicos, e só capazes de suportarem (e não por muito tempo) os dardejantes raios de uma zona abrasada (...) País selvagem e inculto (...) terra dos macacos, dos pretos, e das serpentes (...)<sup>397</sup>

A péssima escolha de palavras do Compadre de Lisboa – um exemplo do uso da *bdelygmia* na linguagem – dificilmente teria convertido a opinião irônica do Compadre de Belém ou de quem mais tenha lido a carta. Este tipo de insulto seria lastimosamente empregado em outros momentos de tensões. Em janeiro de 1822, quando as tropas portuguesas se rebelaram durante os eventos comemorativos do *Dia do Fico* no Rio de Janeiro, o tenente português José Maria da Costa se dirigiria a alguns cariocas de forma ofensiva, afirmando que “vocês foram nossos escravos, são e hão de continuar a ser e eu vou dar a prova”.<sup>398</sup>

Exaltados, os soldados da tropa afirmavam que “essa cabrada se leva a pau” e que o príncipe D. Pedro seria levado a Portugal “pelas orelhas”.<sup>399</sup> O termo “cabras” era uma referência a “gente de cor”, segundo Gladys Sabina Ribeiro.<sup>400</sup> Os brasileiros revidavam, chamando os portugueses de “pés-de-chumbo”, uma referência aos calçados dos soldados portugueses repletos de cravos na sola. À medida que se ampliava a linguagem política, o significado do termo “pés-de-chumbo” passaria a significar o português europeu que não consentia com a Causa do Brasil.

Nos panfletos, as respostas dos brasileiros demonstram que esse tipo de insultos causava bastante comoção e ojeriza. Pode-se especular que, em parte, tal comoção contivesse um elemento político, dada a realidade escravagista encontrada no Brasil e mantida após a independência. Isso significaria que os atores políticos poderiam ter usado os insultos raciais para justificar a promoção de seus ideais políticos, buscando apelar ao *pathos* dos leitores. De todo modo, o repúdio aos insultos do Compadre de Lisboa viria em forma de diversas cartas críticas no início de 1821, divulgadas junto do público geral em forma de panfletos.

---

<sup>397</sup> *Carta do Compadre de Lisboa em resposta a outra do Compadre de Belém (...)* Ibid, 169-170.

<sup>398</sup> Apud Rezzutti, 2016, p. 137.

<sup>399</sup> Ibid.

<sup>400</sup> Ribeiro, Gladys Sabina. ‘Pés-de-chumbo’ e ‘garrafeiros’: conflitos e tensões nas ruas do Rio de Janeiro no Primeiro Reinado (1822-1831). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 12, n. 23-24, (1992), pp. 141-165.

Uma destas, enviada pelo “Compadre do Rio São Francisco do Norte”<sup>401</sup>, criticava o tratamento dado pelo Compadre de Lisboa aos “homens pretos e índios que Vossa Mercê, não sei por que fatalidade, deixa em desamparo, e até deprime”. Uma outra carta escrita pelo “Estudante Constitucional” Evaristo Ferreira da Veiga<sup>402</sup> sai em defesa dos brasileiros, insultados pela insinuação do Brasil como uma “terra de Macacos e de bananas”, mostrando grande repugnância. Entretanto, Veiga adota uma postura conciliatória, clamando para que se despreze essa “meia dúzia de loucos e de mal-intencionados”, buscando estreitar os laços entre Brasil e Portugal.<sup>403</sup>

Já uma carta da autoria de Luís Gonçalves dos Santos<sup>404</sup>, apelidado de Padre Perereca, não pouparia afrontas. Como demonstra o conteúdo da carta, os insultos ao Compadre de Belém ofendiam profundamente os brasileiros enquanto habitantes do Novo Mundo, sendo o seu conteúdo notavelmente pernicioso para as relações entre luso-americanos e europeus. Entre os adjetivos atribuídos ao Compadre de Lisboa pelo Padre Perereca encontravam-se os desígnios de “homem espúrio, agigantado valentão”, um “charlatão incivil e furioso” e um “incircunciso filisteu”. Em sua carta, o Padre Perereca escreve, em tom desprezível sobre os escritos do Compadre de Lisboa:

Uma produção infame, parto de inveja, e do ódio, que ataca o nosso País, e os seus habitantes, mereceria sem dúvida ou total desprezo, ou uma resposta convincente, que patenteasse ao Mundo a ignorância, a malícia, e a perversidade do seu Autor para confusão sua, e esgarçamento de outros tais como ele. (...) <sup>405</sup>

Muitos portugueses moradores no Brasil também saíam em defesa dos brasileiros. Estes, ao falarem de brasileiros e portugueses, se referiam às qualificações

---

<sup>401</sup> *Carta do Compadre do Rio S. Francisco do Norte, ao Filho do Compadre do Rio de Janeiro, na qual se lhe queixa do paralelo, que faz aos índios com os cavalos, de não conceder aos homens pretos maior dignidade, que a de reis do Rozario e de asseverar, que o Brasil ainda esta engatinhando. E crê provar o contrario com tudo isso.* Por J. J do C. M. [Joaquim José da Costa de Macedo]. Rio de Janeiro. Na impressão Nacional. 1821. Apud Carvalho, Neves e Basile, 2014, v.1, p. 174.

<sup>402</sup> *Carta que em defesa dos brasileiros insultados escreve ao sachristão de Cahari o estudante Constitucional, Amigo do Filho do Compadre do Rio de Janeiro. Por O Estudante Constitucional E.* [Evaristo Ferreira da Veiga]. Rio de Janeiro. Na Impressão Nacional. 1821. Ibid, p. 247.

<sup>403</sup> *Carta que em defesa dos brasileiros insultados (...) Apud Carvalho, Neves e Basile, 2014, v.1, p. 258.*

<sup>404</sup> *Justa Retribuição dada ao Compadre de Lisboa em desagravo dos Brasileiros offendidos oir varias asserções, que escrevo na sua Carta em resposta ao Compadre de Belem, pelo Filho do Compadre do Rio de Janeiro, que a offerece, e dedica aos seus patricios. Segunda edição correcta e augmentada.* [Por Luís Gonçalves dos Santos, Padre Perereca]. Rio de Janeiro, Na Typographia Nacional. M.D.CCC.XXII. 1ª ed.: Rio de Janeiro. Na Typographia Regia. 1821. Com licença. Ibid, p. 739.

<sup>405</sup> *Justa Retribuição (...)* Ibid, p.740.

relacionadas ao local de nascimento, não reconhecendo nacionalidades diferenciadas. Muitos destes portugueses se encontravam no Brasil há muitos anos, ou até há décadas, tinham negócios e famílias estabelecidas no Brasil. Assim, a união fraternal foi – sobretudo nas fases iniciais da guerra panfletária – um discurso recorrente entre alguns portugueses radicados no Brasil. Referindo-se aos insultos de alguns lisboetas contra os americanos, “Hum Português Imparcial” escreveria em 1821:

(...) Não posso tolerar que se deprima o antigo Portugal, também não posso tolerar que houvesse um Português Europeu de cabeça tão estourada, e injustiça, e sem ser provocado, se lembrasse de querer deprimir o Brasil, e os Brasileiros, que se atijar uma certa rivalidade que desgraçadamente tem existido entre os Brasileiros e Europeus. (...) Os homens probos, políticos e de bom sizo abominam semelhantes loucuras e só buscam, só anelam essa união dos dois hemisférios Portugueses, para que formando ambos um Poderoso Império, sob um Governo Liberal, e justo venham a ser felizes todos os habitantes. (...) <sup>406</sup>

Uma nova carta <sup>407</sup> do próprio Compadre de Belém, datada de janeiro de 1821, revelaria uma animosidade mais sórdida. O Compadre de Belém celebrava a repercussão gerada pela carta do Compadre de Lisboa, porém aumentando o tom. Ao contrário de sua primeira carta, onde fora irônico e sarcástico, o Compadre de Belém afirma que logo os portugueses “conheceriam os homens dignos e verdadeiros” do Brasil, aludindo, ao que tudo indica, à rebeldia. O tom usado pelo Compadre de Belém demonstrava a existência de uma radicalização verbal, como se verifica no restante corpo da carta. Apelando ao baixo nível, o Compadre de Belém se despede do Compadre de Lisboa afirmando ter de ir embora pois “a tua comadre chama-me (...) meiga e carinhosa” <sup>408</sup>, referindo-se à esposa do redator.

---

<sup>406</sup> “Hum Português Imparcial”, Carta que em defesa dos Brasileiros insultados escreve o Sacristão de Carahi, o Estudante Constitucional, amigo do filho do Compadre do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1821. In Ribeiro, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Tese de Doutorado, Dep. de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp. 1997, p. 108.

<sup>407</sup> Carta segunda do Compadre de Belem ao Redactor do Astro da Lusitania dada a luz pelo Compadre de Lisboa. Reimpresso na Real Typographia do Rio de Janeiro. Anno de 1821. Ibid, p. 261.

<sup>408</sup> Carta segunda do Compadre de Belem ao Redactor (...) Apud Carvalho, Neves e Basile, 2014, v.1, p. 262.



Em uma carta escrita ao “Redator da Gazeta Universal”<sup>409</sup>, em novembro de 1821, o autor José Agostinho de Macedo chama a atenção para o risco de que os periódicos viessem a se tornar, ao invés de canais de novidades políticas, “veículos de personalidades escandalosas, de infâmias revoltantes, de insultos vergonhosos e instrumento de vinganças particulares”. Agostinho de Macedo se mostrava preocupado com a publicação de “certos tipos” de diálogos, certamente se referindo aos diálogos entre os compadres de Lisboa e de Belém, bem como aos demais envolvidos naquela troca de insultos.

É interessante como muitos desses insultos seriam apropriados pelos insultados. Um dos exemplos mais criativos viria do periódico *O Macaco Brasileiro*, produzido no Rio de Janeiro a partir de junho de 1822. *O Macaco* faria elogios aos autores identificados com a causa da independência, ajudaria a organizar o abaixo-assinado que pediria a D. Pedro a instauração de uma Assembleia Constituinte no Brasil e seria um dos primeiros a condenar de forma veemente as pretensões recolonizadoras das Cortes Portuguesas.<sup>410</sup>

Segundo Isabel Lustosa, os redatores de *O Macaco* eram liberais, humoristas, escrevendo intencionalmente ou não, de maneira despreocupada, sem dar a menor importância às críticas ao seu estilo: “Chicanai o povo e o povo vos chicanará”, dizia em uma de suas publicações.<sup>411</sup> Em tom de ironia, *O Macaco* afirmava que as Cortes de Lisboa eram estudadas na “escola còrsica de proteção francesa”, fazendo uma alusão a Napoleão Bonaparte e à sua oferta de “proteção” a Portugal, antes de invadir o país em 1807.<sup>412</sup>

As relações com as Cortes se corroeriam com maior velocidade depois dos decretos que ordenavam o imediato retorno do Príncipe Regente a Portugal. Emitidos em 29 de setembro, os despachos só chegariam ao Brasil em 9 de dezembro. Além de ordenar o regresso de D. Pedro, o decreto determinava que o príncipe deveria viajar por Espanha, França e Inglaterra, acompanhado de pessoas “dotadas de luzes, virtudes e adeptas ao constitucionalismo.”<sup>413</sup>

No Rio de Janeiro, a chegada dos despachos exaltou os ânimos. Em uma carta escrita por um “Brasílico-luso”, dirigida à “Sua Alteza Real o Príncipe Regente

---

<sup>409</sup> Carta escrita ao Senhor Redator da Gazeta Universal, pelo Veterano, fora de serviço, Ex-Redator do Jornal Encyclopedico de Lisboa. Por José Agostinho de Macedo. Lisboa: Na Offic. De Antonio Rodrigues de Galhardo, Impressor do Conselho de Guerra, 1821. Ibid, p. 240.

<sup>410</sup> Lustosa, Isabel. *O Macaco Brasileiro: Um Jornal Popular Na Independência*. *Revista USP*, (58) (2003) pp. 92-103; p. 95. Disponível em <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i58p92-103>. Acesso em 30 de julho de 2019.

<sup>411</sup> Apud Lustosa, 2003, p. 100.

<sup>412</sup> Ibid, p. 95.

<sup>413</sup> Apud Lustosa, 2008, p. 119.

Constitucional”<sup>414</sup>, o autor expressava indignação com os excessos e “medidas violentas”. O Brasílico-luso dizia que a demanda, feita por meio de uma “carta insultadora, hipócrita e cheia de sofismas”, influenciadas por um “novo vulcão revolucionário”, ameaçava a possibilidade de que o Brasil quebrasse os “ferros do Despotismo”. Ao tomar conhecimento dos decretos das Cortes, ordenando o retorno de D. Pedro, um folheto anônimo intitulado “O Despertador Brasiliense” circularia pela cidade afirmando ser “ilegal, injuriosa e impolítica” a resolução das Cortes, cujo interesse era “fomentar a cisma”.<sup>415</sup>

Na sessão em que fora aprovado o decreto em prol do retorno de D. Pedro a Portugal, o representante português Fernandes Tomás afirmara que “o Soberano Congresso não dá ao príncipe opiniões, mas ordens. (...) Não és digno de governar, vai-te!”<sup>416</sup> Um outro deputado afirmou que D. Pedro haveria de “aprender línguas nas quatro primeiras estalagens que frequentasse”, segundo Lustosa, aludindo, em tom de deboche, à pouca instrução educacional formal de D. Pedro. O *Revérbero* condenaria o comentário indecoroso: “É assim que falam do jurado herdeiro presuntivo da monarquia!”<sup>417</sup>

A *Malagueta* distribuiria panfletos suplicando a D. Pedro que desafiasse as Cortes.<sup>418</sup> Porém, o documento mais importante, segundo Neil Macaulay, foi escrito em forma de manifesto por José Bonifácio e assinado por todos os membros da junta de São Paulo.<sup>419</sup> Apesar de ter sido publicado por um dos periódicos considerados “oficiais” – a *Gazeta do Rio de Janeiro* –, o manifesto tinha uma linguagem altiva, mas não necessariamente insultuosa. Entretanto, para as Cortes de Lisboa, o documento foi recebido como um insulto de “facciosos e ladrões” direcionado às autoridades constituintes em Lisboa. No documento, Bonifácio afirmava:

Os Corações paulistas inflamaram de nobre indignação diante de desavergonhado intento das Cortes de impor ao Brasil um sistema de anarquia e escravidão. Os inimigos da ordem nas Cortes buscaram desunir-nos, enfraquecer-nos, deixar-nos miseravelmente órfãos, arrancando do seio da grande família do Brasil o único protetor comum

---

<sup>414</sup> *Analyse e confutação da primeira carta que dirijo a Sua Alteza Real o Príncipe Regente Constitucional e Defensor Perpetuo dos Direitos do Brasil, o Campeão em Lisboa pelos Autores do Regular Brasílico-luso*. Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional. 1822. Apud Carvalho, Neves e Basile, 2014, v.1, p. 386.

<sup>415</sup> Apud Lustosa, 2008, p. 119.

<sup>416</sup> Salles, Iza. *O coração do rei*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008. p. 80.

<sup>417</sup> Apud Lustosa, 2008, p. 120.

<sup>418</sup> Apud Macaulay, 1986, p. 105.

<sup>419</sup> Ibid.

que nos restou depois de nos terem roubado o caridoso fundador do reino, o augusto pai de Vossa Alteza Real. (...) A quem vão recorrer os povos desgraçados a bem de seus interesses econômicos e judiciais?<sup>420</sup>

A decisão de D. Pedro pela permanência no Brasil, no início do mês de janeiro, deteriorava a relação já problemática com as Cortes. O Príncipe Regente seria constantemente tratado de forma desrespeitosa por membros das Cortes após o *Dia do Fico*. O deputado português Borges Carneiro, por exemplo, proferiria os incendiários dizeres em maio daquele ano:

Mostre-se ao Brasil que ainda temos um cão de fila, ou leão tal que se o soltarmos, há de trazê-los a obedecer às Cortes, ao Rei, e às autoridades constituídas no Brasil por aquelas e por este.<sup>421</sup>

A postura dos deputados refletia a animosidade nas relações de D. Pedro com o regime de Lisboa. Essa foi definitivamente avinagrada com a morte do pequeno príncipe D. João Carlos, falecido na sequência da rebelião das tropas portuguesas durante as celebrações do *Dia do Fico*.<sup>422</sup> Em uma carta a D. João VI, em que se encontrava emocionalmente abalado, o Príncipe Regente chamaria a Divisão Auxiliadora de “assassina”, culpando-a da morte do infante, adoecido durante a retirada de D. Leopoldina e dos filhos para fora da cidade aquando da rebelião. O frade franciscano Monte Alverne se referiria a D. João Carlos como “protomártir da independência brasileira”, dada a influência de sua trágica morte no rompimento das relações entre D. Pedro e as Cortes Portuguesas.<sup>423</sup>

A notícia da expulsão das tropas portuguesas do Rio de Janeiro chegaria às Cortes por meio do próprio Avilez, no mês de abril, e, somada à decisão de D. Pedro pela permanência no Brasil, provocaria grande indignação e alvoroço nas sessões subsequentes. Nos diários parlamentares percebe-se que se reclamava especificamente da linguagem “indigna” adotada por D. Pedro, que havia “mandado para fora do Brasil” o

---

<sup>420</sup> Pinheiro Neto, João. *Pedro e Domitila Amor Em Tempo de Paixão*. Editora Mauad. 2002, p. 100.

<sup>421</sup> Diário das Cortes, Sessão do dia 22 de maio de 1822, p. 223. Debates Parlamentares. Disponível <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821/01/01/01/016/1822-05-22>. Acesso em 30 de julho de 2019.

<sup>422</sup> Apud Rezzutti, 2016, p. 138.

<sup>423</sup> Ibid, p. 139.

General Avilez.<sup>424</sup> O deputado Borges Carneiro se referiria aos representantes apoiadores de D. Pedro nos eventos do Rio de Janeiro como “homens depravados e ladrões, que roubaram sempre a nação”.<sup>425</sup>

O deputado paulista Antônio Carlos de Andrada repudiaria as “calúnias” contra os brasileiros, entre os quais se incluía o seu irmão, José Bonifácio. As tentativas de Andrada de discursar foram feitas sob gritos, sussurros e interrupções.<sup>426</sup> Em uma carta publicada no *Diário do Governo*, Antônio Carlos lamentaria não poder defender os brasileiros por ter sido “sufocado por gritos e protestos veementes do recinto e por insultos e ameaças vomitadas das tribunas”.<sup>427</sup> Na mesma carta, Andrada ponderava abandonar a posição de deputado.<sup>428</sup>

O nível dos debates atingia um dos seus momentos mais críticos naquele mês. Deputados brasileiros sentiam-se de tal forma insultados que chegariam a pedir dispensa das sessões seguintes. Uma carta escrita pelos representantes brasileiros Cypriano Barata de Almeida e Francisco Agostinho Gomes, ambos da Bahia, lida na íntegra pelo secretário português Agostinho Freire na sessão do dia 18 de abril, nos proporciona um olhar sobre as condições críticas dos debates nas Cortes:

SENHOR. O decoro do reino do Brasil, o da alta dignidade, de que nos achamos revestidos, nos impõe a dolorosa necessidade de recordar a Vossa Majestade de factos, sobre que desejáramos lançar o mais espeço véu. Tendo feito pelo bem da grande pátria os mais fervorosos votos nos persuadimos, que seríamos acreditados, e considerados como irmãos não só pelos nossos ilustres Companheiros, mas também por Lisboa, e reino inteiro de Portugal. Temos, contudo a grande dor de ver, que as nossas esperanças não se encherão. Não somos acreditados, quando requeremos contra as guarnições no Brasil, e a favor de outras mudanças, que lhe são necessárias: vemos frustradas nossas opiniões pela maioria de votos de nossos ilustres Companheiros de Portugal, e o que mais é, observamos o povo indignado, imputando-nos todos os acontecimentos contrários

---

<sup>424</sup> Diário das Cortes, Sessão do dia 15 de abril de 1822, p. 798. Debates Parlamentares, Disponível em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821/01/01/01/057/1822-04-15>. Acesso em 30 de julho de 2019.

<sup>424</sup> Ibid, p. 803.

<sup>425</sup> Ibid.

<sup>426</sup> Ibid.

<sup>427</sup> Carta de Antônio Carlos de Andrada, Diário do Governo de 17 de abril 1822; Apud Carvalho, 2003, p. 207.

<sup>428</sup> Ibid, p. 207.

aos seus desejos, quer neste Congresso, quer no Reino do Brasil; seguindo-se daqui a mais evidente falta de liberdade; ataques às nossas pessoas, e cargos, de que nos achamos revestidos: cartas insultantes: pasquins ameaçadores pela cidade, e portas deste Congresso: atrozes ameaças em público: ataques em impressos, que aqui mesmo senos tem entregado à face da soberania: um Deputado chamado à ordem sem causa na sessão de 15 do corrente até pelos espectadores das galarias com epítetos atrevidos: mesmo injuriados todos os Deputados do Brasil com o nome de patifes, entre saridos, e horrível tumulto nas ditas galarias desta augusta sala. Tudo isto, Senhor, prova a nossa pouca liberdade, e segurança. Que franqueza poderemos ter para tratar os negócios do Reino do Brasil? Em que perigo não se vem seus Deputados, cuja dignidade, e representação se acham tão aviltadas?<sup>429</sup>

Após explanarem a situação calamitosa, os deputados concluem a carta pedindo para que sejam autorizados pelo congresso a não comparecerem nas sessões até que se encontre “sossegado o espírito público, e melhorados os negócios do Brasil”.<sup>430</sup> O deputado Fernandes Tomás tentou apaziguar a situação: “Eu não sei como os Srs. Deputados do Brasil, se fizessem cargo de cousas tão pequenas?” Ainda ontem, afirmava Tomás, “eu fui pintado aí ao pé d'uma forca e a subir pela escada acima”, para ser enforcado. Depois de discorrer sobre a situação, afirmando não passar “dia nenhum em que eu não receba cartas em minha casa, ameaçando-me de morte e outras coisas”, o deputado afirmava que buscava ignorar as cartas em nome da união de Portugal com o Brasil.<sup>431</sup>

Por conta das hostilidades, Fernandes Pinheiro, deputado por São Paulo, retirou o seu diploma da comissão de poderes, se recusando a fazer parte de um “congresso que injuriava a um membro seu”.<sup>432</sup> Vilela Barbosa, representante do Rio de Janeiro, também confirmou o desrespeito, afirmando que mandatários do Brasil sofriam insultos nas ruas, em pasquins e cartas anônimas<sup>433</sup>, situação que agravava o ressentimento nas Cortes de Lisboa e no relacionamento transatlântico entre brasileiros e portugueses.

---

<sup>429</sup> Carta dos Deputados Cypriano José Barata de Almeida e Francisco Agostinho Gomes, Lisboa 18 de abril de 1822. Diário das Cortes, Sessão do dia 18 de abril de 1822, p. 854. Disponível em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821/01/01/01/060/1822-04-18>. Acesso em 30 de julho de 2019.

<sup>430</sup> Carta dos Deputados Cypriano (...) Ibid.

<sup>431</sup> Diário das Cortes, Ibid.

<sup>432</sup> Apud Citado por Carvalho, 2003, p. 207.

<sup>433</sup> Ibid, p. 208.

Enquanto no Rio de Janeiro o Príncipe Regente recebia o título de Defensor Perpétuo do Brasil, em Portugal D. Pedro e muitos brasileiros eram tratados em diferentes sessões plenárias pelos mais litigiosos adjetivos. Borges Carneiro pedia celeridade no parecer sobre o papel da junta no manifesto do *Dia do Fico*, depois de ouvir as “injúrias do desgraçado e miserável rapaz”<sup>434</sup>, o Príncipe Regente. O deputado português José Joaquim Ferreira de Moura afirmaria, sobre a junta de São Paulo e D. Pedro, respetivamente:

Daquela junta, senhores, é que vem a origem de todo o mal, a ela se deve a alucinação em que estão as autoridades do Rio de Janeiro, e inclusivamente o desgraçado e infeliz Príncipe D. Pedro de Alcântara.<sup>435</sup>

Em diferentes sessões, notava-se semelhante vernacular. Xavier Monteiro se referiria ao príncipe como “um mancebo vazio de experiência, arrebatado pelo amor da novidade”, que, segundo Monteiro, possuía “um insaciável desejo de figurar, vacilante em princípio, incoerente em ação, contraditório em palavras”.<sup>436</sup> Barreto Feio chamaria o príncipe de “mancebo ambicioso e alucinado à testa de um punhado de facciosos”.<sup>437</sup>

Percebe-se uma grande animosidade para com a junta de São Paulo, certamente por conta da influência de José Bonifácio e do favoritismo que o ministro granjeava junto do príncipe. Além da influência do paulista e da sua atuação no manifesto de dezembro, seus argumentos sólidos e sua visão bem elaborada de um Brasil autônomo, com planos em várias frentes de atuação, representavam uma grande ameaça aos interesses das Cortes.

Por meio de seus escritos, Bonifácio demonstrava um profundo conhecimento do que era necessário para a formação de um Estado-nação, materializado nas medidas concretas propostas em seu projeto de Estado, explicitadas em “Lembranças e apontamentos”. Desdenhando da opinião dos círculos radicais cariocas, Bonifácio preferia medidas palpáveis e exequíveis. Para as Cortes, essa característica era um obstáculo inoportuno: enquanto a opinião pública poderia ser persuadida – ou ignorada –

---

<sup>434</sup> Diário das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação portuguesa. Tomo Sexto. Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1822, p. 315. Disponível em <https://bit.ly/2loXPu8>. Acesso em 1 de setembro de 2019.

<sup>435</sup> Ibid, p. 315.

<sup>436</sup> Diário das Cortes, Sessão do dia 1 de julho de 1822, p. 641. Debates Parlamentares. Disponível em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821/01/01/01/044/1822-07-01>. Acesso em 30 de julho de 2019.

<sup>437</sup> Diário das Cortes, Sessão do dia 27 de junho de 1822, p. 590. Debates Parlamentares. Disponível em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821/01/01/01/042/1822-06-27>. Acesso em 30 de julho de 2019.

, o mesmo não pode ser dito sobre um projeto de nação autônoma que encantava o próprio D. Pedro, herdeiro da dinastia portuguesa.

Em se tratando de sua representação simbólica, “Lembranças e apontamentos” era para a independência do Brasil o que *Common Sense* de Thomas Paine foi para a independência norte-americana. A necessidade de escudar o príncipe da influência de Bonifácio talvez ajude a explicar a lastimosa decisão dos deputados portugueses, que, mesmo tão desejosos em promover a liberdade de imprensa e os princípios liberais, decidiram processar criminalmente os “facciosos loucos” da junta de São Paulo, incluindo o próprio ministro, por aquilo que poderíamos qualificar como *délit d'opinion*, ou “ofensa de opinião”.<sup>438</sup>

O péssimo julgamento dos representantes portugueses em relação ao clima político no Brasil e os discursos incendiários pareciam ter destruído as possibilidades de reconciliação de Brasil e Portugal. Em 1 de agosto de 1822, D. Pedro anunciava, no manifesto redigido por Gonçalves Ledo:

Está acabado o tempo de enganar os homens. (...) Cumpre-me, portanto, oh brasileiros, que eu vos diga a verdade: ouvi-me pois. O Congresso de Lisboa, arrogando-se o direito tirânico de impor ao Brasil um artigo de nova crença, firmado em um juramento parcial, e promissório, e que de nenhum modo podia envolver a aprovação da própria ruína, o compelio a examinar aqueles pretendidos títulos e a conhecer a injustiça de tão desassisadas pretensões. (...) Exigia pois este Reino, que já me tinha declarado seu Defensor Perpetuo, que eu provesse do modo mais energético, e prompto a sua segurança, honra e prosperidade. (...) Eu seria responsável [se não o fizesse] por todos os males, pelo sangue que ia derramar-se e pelas vítimas, que infalivelmente seriam sacrificadas às paixões e aos interesses particulares.<sup>439</sup>

Em carta datada de 22 de setembro, alguns dias depois da declaração da independência do Brasil em 7 de setembro, a exaltação havia atingido o seu auge e

---

<sup>438</sup> A “ofensa de opinião” é um tipo de ofensa de natureza política ou religiosa geralmente proibida pelo governo ou por outras instituições dotadas de poder, porque contradizem o poder ou a ideologia considerada oficial. Atentando nos riscos deste tipo de tipificação criminal, a Primeira Emenda à Constituição do Estados Unidos, por exemplo, proibiu o cerceamento por parte do Estado da liberdade religiosa, da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa, bem como a de ajuntamento pacífico.

<sup>439</sup> Manifesto de Sua Alteza Real o Príncipe Regente Constitucional e Defensor Perpétuo do Reino do Brasil aos povos deste Reino. 1 de agosto de 1822. Rio de Janeiro. Apud Egas, 1916, p. 136-142.

transmigrado dos periódicos para a liderança de D. Pedro. Obstinado em preservar a autonomia política do Brasil, este escreve, em tom desafiador, a seu pai:

(...) Hei por bem declarar todos os decretos pretéritos dessas facciosas, horrorosas, maquiavélicas, desorganizadoras, hediondas e pestíferas Cortes que ainda não mandei executar e todos os mais que fizerem para o Brasil nulos, írritos e inexecutáveis, e como tais com um veto absoluto que é sustentado pelos brasileiros todos que dizem juntamente comigo: De Portugal, nada, nada, não queremos nada. Se esta declaração tão franca irritar mais os ânimos desses luso-espanhóis, que mandem tropa aguerrida, na civil que nos lhe faremos ver até que ponto chega o valor dos brasileiros. Se por acaso se atreverem a contrariar a nossa Santa Causa, em breve verão o mar coalhado de corsários e a miséria, a fome e tudo quanto lhe pudermos dar em troca de tantos benefícios será praticado, contra estes corifeus; mas quer quanto os portugueses os conhecerem bem, eles lhes farão o justo prêmio. Jazemos muitos tempos nas trevas, hoje já vemos a luz. (...) O Brasil está escravizado, mas os brasileiros não, porque enquanto houver sangue nas veias, há de correr e primeiramente hão de conhecer melhor o rapazinho e até que ponto chega a sua capacidade. (...) Triunfa e triunfará a independência do Brasil, ou a morte nos ei de custar.<sup>440</sup>

De acordo com Gladys Ribeiro, o final do ano de 1822 foi caracterizado pela incerteza a respeito do futuro do Brasil, dado que não se sabia se o brado “Independência ou Morte” vingaria.<sup>441</sup> Nesse período, tanto existiram períodos de diálogo com as Cortes, mantendo acesa a chama da união, como se transferiu a crítica às pretensões das Cortes para Portugal e para os portugueses europeus. Esse novo discurso fazia dos portugueses os “inimigos”, os “absolutistas” e “tirânicos,” como se observa em publicação de 29 de setembro de 1822, escrita por “um Brasileiro natural do Rio de Janeiro”:

---

<sup>440</sup> Carta de D. Pedro a D. João VI, em resposta ao pedido do rei de verificação dos despachos vindos das Cortes de Lisboa. 22 de setembro de 1822. Apud Egas, 1916, p. 153-155.

<sup>441</sup> Apud Ribeiro, 1997, p. 108.



(...) Fostes vós indignos Portugueses, que vos intitulais liberais, inimigos do vosso Rei, da vossa Pátria, e da Nação, vos malvados Carbonários, que à falsa fé enganastes os Brasileiros para melhor recolonizar (...) <sup>442</sup>

O objetivo do novo discurso era estabelecer, implacavelmente, que a declaração da separação havia sido a melhor solução para o Brasil. As rivalidades, antes amenizadas e desestimuladas, passariam a ser agora incentivadas, objetivando assim criar uma “identidade para a Nação brasileira, apagando-se da memória a união, a fraternidade entre irmãos da mesma Mãe – a Nação Portuguesa”. <sup>443</sup> Para construir uma identidade brasileira com um novo significado político, o juízo de valor sobre o ser português e o ser brasileiro passa a ser adotado, valorizando-se, nos brasileiros, o amor à Causa da Liberdade, transformada em Causa da Independência e Causa do Brasil, enquanto aos portugueses eram atribuídas maledicências.

O escudo das armas do Reino do Brasil e as novas bandeiras, juntamente com a coroação e a sagração de D. Pedro como imperador do Brasil, no dia 1 de dezembro, com toda a pompa e circunstância, faziam parte do conjunto de linguagem simbólica que buscava dar vida própria à nova identidade brasileira, ainda em construção. Em retórica visivelmente transformada, D. Pedro proclamava aos portugueses, em 21 de outubro de 1822, um convite para aderirem à nova Pátria. Com finalidade política, a proclamação consumava a rutura entre os reinos, embora admitindo a possibilidade de vínculos de amizade:

Portugueses; eu vos ofereço o prazo de quatro meses para a vossa decisão; decidi e escolhei - ou a continuação de uma amizade fundada nos ditames da justiça e da generosidade nos lados de sangue e recíprocos interesses, ou a guerra mais violenta que só poderá acabar com o reconhecimento da Independência do Brasil ou com a ruína de ambos os reinos. <sup>444</sup>

Os insultos, intrigas e disputas verbais não se restringiam ao duelo entre portugueses europeus e americanos. Uma vez que as disputas externas resultaram na

---

<sup>442</sup> *O Campeão Português em Lisboa derrubado por terra por golpes de Verdade e da Justiça, Por um Brasileiro natural do Rio de Janeiro, e que oferta, e dedica aos Amantes da Causa do Novo Império Brasiliense*. Rio de Janeiro, Typografia de Torrers e Costa, 29 de setembro de 1822. Ibid, p. 110.

<sup>443</sup> Ibid, p. 111.

<sup>444</sup> D. Pedro, Proclamação aos Portugueses, 21 de outubro de 1822. Ibid, p. 114.

declaração da rutura, embates ferrenhos aconteceriam internamente, resultando em grave atentado ao pudor, em 6 de junho de 1823, na forma de espancamento do redator d'A *Malagueta*, Luís Augusto May. O ataque, que deixaria o redator com diversos ferimentos, era fruto de uma rixa carregada pelo menos desde 1822. Em julho daquele ano, o periodista havia cessado a impressão d'A *Malagueta*, pois havia sido convidado a assumir o cargo de Secretário dos Negócios do Brasil nos Estados Unidos. A nomeação não se concretizaria por conta de desacordos salariais. Em dezembro, o redator fez com que corresse o boato de que voltaria a publicar *A Malagueta*, agora contra o governo.

No dia 10 de janeiro de 1823, um artigo depreciativo foi publicado no *Espelho*, por meio de carta anônima. O autor questionava o caráter “esturdíssimo, esturradíssimo, constipadíssimo, matoníssimo, politiquíssimo e cacholíssimo” do editor de um jornal a que chamavam “pimenta malagueta ou por outra p. que o pariu”.<sup>445</sup> A carta ridicularizava a figura física de May, fazia ataques contra a honra, além de aparentar fazer insinuações, em tom derogatório, de práticas homossexuais. Segundo Lustosa, a peça jornalística é uma das únicas do seu estilo publicadas no Brasil.<sup>446</sup>

Após a publicação do artigo, May pediu ao imperador que afirmasse publicamente, numa espécie de retratação, não ter sido ele o autor. D. Pedro prometeu fazê-lo através do *Diário do Governo*. A promessa, entretanto, acabou por não ser cumprida. May foi promovido em maio a oficial-mor graduado da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, um dos postos mais altos do funcionalismo público régio. Em junho de 1823 voltou a publicar *A Malagueta* em uma edição extraordinária, escrevendo diretamente ao imperador, agradecendo a promoção de cargo, porém lembrando-o da promessa não cumprida, além de criticar os Andradas por perseguições políticas.

O espancamento de May acabou por ser atribuído a Bonifácio e a D. Pedro, gerando uma onda de críticas dentro da Assembleia.<sup>447</sup> As repercussões negativas geradas no seio das reuniões constituintes influiriam na queda do gabinete de Bonifácio no mês de julho, bem como no rompimento das relações entre D. Pedro e o ministro. Ainda que a autoria do artigo seja, para efeitos jurídicos, uma incógnita, o episódio é mais um dos

---

<sup>445</sup> “Calmante da Malagueta”, publicado em *O Espelho*, 10 de janeiro de 1823. Apud Lustosa, 2006, p. 157.

<sup>446</sup> Ibid, p. 158.

<sup>447</sup> Em 1824, May desmentiu ter sido ameaçado por José Bonifácio na tarde do episódio. Em 1832, os Andrada foram inocentados pela Câmara dos Deputados de qualquer envolvimento no episódio. Suspeita-se que o episódio tenha de fato tido o envolvimento de D. Pedro I, que também pode ter sido o autor do infame artigo sobre May. Ibid, p. 164-165.

exemplos devastadores do mal--uso da linguagem em seu estímulo à violência e no seu poder de destruição da união política.

#### 4.5 - Uma análise reflexiva

Um exercício de reflexão sobre a linguagem contida tanto nos panfletos, como nas cartas e discursos supracitados permite-nos realizar diversas interpretações. Primeiramente, os panfletos permitiram que fossem enquadrados no debate da independência atores até então menosprezados, cujas contribuições carecem ainda uma devida reflexão sociológica e revisão histórica. Também é possível traçar uma linha temporal entre a proliferação dos periódicos e panfletos em 1821 e a escalada nas tensões entre as Cortes e alguns dos representantes do Brasil. Embora os motivos para este insurgimento sejam de natureza política e econômica, como já abordado nos capítulos anteriores, a linguagem contida nos panfletos certamente contribuiria para inflamar o ambiente do debate político.

As divergências internas – que mais tarde ficariam evidentes em periódicos como o *Sentinela da Liberdade*, publicado por Cypriano Barata, que protestava contra o poder centralizador do Rio de Janeiro –, mostram como o empenho “jornalístico com fervor na querela entre lusitanos e brasileiros”<sup>448</sup> transformava os impressos em palco das disputas retóricas. Os redatores, argumenta Vidal e Souza, queriam persuadir seu leitorado, convencendo-o da “pertinência de seus argumentos e juízos sobre pessoas e conjunturas, ao mesmo tempo em que buscavam orientar a ação política”.<sup>449</sup>

Como observa Vidal e Souza, epítetos como marotos, chumbeiros, marinheiros, pés-de-chumbo, corcundas e descamisados povoavam os jornais e compunham um vasto repertório de acusações, que atentavam ainda para aspetos físicos e julgamentos de caráter pessoal. A consequência da preocupação com a retórica em papel, afirma a autora, “é a apresentação do léxico político corrente no período”. Os jornalistas e redatores não estavam somente comprometidos com a contestação ideológica: mais do que uma luta intelectual, eles recorriam à desqualificação estilística de seus oponentes, “desejando-lhes a exclusão da república das letras”.<sup>450</sup>

---

<sup>448</sup> Apud Souza, 2001, parágrafo 7.

<sup>449</sup> Ibid, parágrafo 9.

<sup>450</sup> Ibid, parágrafo 11.

Assim, se na América Inglesa os soldados britânicos eram os “*Lobster Backs*”, ou “Costas de Lagostas” – uma referência aos uniformes avermelhados –, no Brasil os soldados portugueses eram os “pés-de-chumbo”. Similarmente, enquanto na América Inglesa, após o Massacre de Boston em 1770, pasquins com a imagem de “Costas de Lagostas” junto de corpos ensanguentados foram apregoados em diversas localizações da Nova Inglaterra<sup>451</sup>, no Brasil, no dia seguinte ao massacre de 21 de abril de 1821, a fachada do edifício onde ocorreu o incidente amanheceu pichada com os dizeres “Açougue dos Bragança”.<sup>452</sup> A linguagem simbólica – verbal ou visual – era quase idêntica à utilizada no episódio ocorrido em Boston meio século antes, onde o Capitão Preston aparece em uma gravura ordenando que soldados atirassem sobre os patriotas americanos à porta de um edifício de nome “*Butcher’s Hall*”<sup>453</sup>, ou “Salão dos Açogueiros”.

Podemos observar que, com a extinção da censura prévia em 1821, os debates passariam por transformações cujas dimensões não haviam sido propriamente consideradas.<sup>454</sup> Em outubro de 1821, D. Pedro condenava os panfletos que circulavam no Rio de Janeiro anunciando a separação do Brasil e sua aclamação como imperador. Menos de um ano depois, o próprio D. Pedro declararia a independência do Brasil de forma brusca, poucos dias após ter emitido um decreto que manifestava o seu desejo de manter a “união fraterna” entre os reinos. Esta mudança radical de posicionamento, entre um compromisso irrevogável de união entre Brasil e Portugal e a secessão do império em relação a este, contribui para solidificar a tese de que a independência, do ponto de vista de D. Pedro e das Cortes Portuguesas, parece ter sido precipitosa.

O que propus neste capítulo foi empreender uma análise interpretativa no que respeita às medidas adotadas pelas Cortes e à radicalização dos discursos, especialmente depois da proliferação dos panfletos decorrentes da revogação da censura na segunda

---

<sup>451</sup> Ross, Jane. Paul Revere: Patriot Engraver. *Early American Life*: (1975) pp. 34-37.

<sup>452</sup> Apud Schwarcz e Starling, 2018, p. 223.

<sup>453</sup> Triber, Jayne. *A True Republican: The Life of Paul Revere*. Amherst, MA: University of Massachusetts Press, 1998, p. 80.

<sup>454</sup> Em um panfleto publicado em 1821, o autor traz suas principais preocupações em relação à abertura da imprensa. Segundo o texto, eram inconvenientes os “ataques aos bons costumes”, os “ataques à religião”, os “ataques aos princípios do Governo Estabelecido” e os “ataques contra a honra” – o *libelo inflamatório*. Mesmo com estes obstáculos, o autor conclui ser ainda melhor esta opção do que “coactar a liberdade”, uma vez que somente pela liberdade de discussão seria possível chegar à verdade, “fundamental de toda a permanência da liberdade civil e política.” Ver *Quaes são os bens e os males que podem resultar da liberdade da Imprensa; e qual he a influencia que eles podem ter no momento em que os Representantes da Nação Portuguesa se vão congregar?*” Reimpresso na Real Typographia do Rio de Janeiro. Anno de 1821. Com licença. FBN. Apud Carvalho, Neves e Basile, 2014, v. 2, p. 205.

metade do ano de 1821. Por um lado, as Cortes ofereciam, com suas medidas impraticáveis, as justificativas para que os brasileiros buscassem defender seus interesses, ajudando a reforçar a Causa do Brasil. Por outro lado, os discursos ofereceriam o combustível para a indignação dos atores envolvidos no imbróglio, que, munidos de uma nova ferramenta de comunicação, podiam se expressar abertamente e usufruindo de maior alcance.

Os panfletos e os periódicos serviram como um canal não apenas para galvanizar o apoio político à Causa do Brasil, mas também para que americanos e europeus manifestassem abertamente, e muitas vezes litigiosamente, suas ideias, acabando por exasperar a animosidade mútua ao mesmo tempo que buscavam moldar a opinião pública. Enquanto a ideia de “opinião pública” expressa neste trabalho deve ser devidamente contextualizada, não se pode ignorar o seu relevo entre os anos 1820 e 1822. Ainda à época da independência, *O Macaco Brasileiro* informava ter sido este o meio usado por D. Pedro para medir a sua popularidade quando recebera o título de Defensor Perpétuo do Brasil: “O príncipe D. Pedro conhecia e buscava esse termômetro.”<sup>455</sup>

Em uma leitura sociológica dos discursos dos atores envolvidos nos debates políticos, não apenas se nota a divergência entre os participantes, mas também a divergência dos interesses populares com os objetivos considerados *establishment*. Por um lado, as Cortes visavam reestabelecer Portugal como o centro do império e sede da Corte portuguesa; a Causa do Brasil, por outro, visava manter a autonomia política e os interesses econômicos do Brasil, mas não necessariamente a secessão do império. Como nenhum destes projetos se sagrou vitorioso, uma atenção maior deve ser voltada para o papel da imprensa e dos discursos não-ortodoxos no desfecho independentista.

Esses mecanismos de comunicação ocuparam, no processo que culminou com a declaração da independência, um papel similar ao que assumem hoje as redes sociais nos debates políticos contemporâneos.<sup>456</sup> A sua forma de comunicação não obedece aos padrões de comunicação tidos como ortodoxos, que têm na comunidade intelectual e na

---

<sup>455</sup> Apud Neves, 2002, p.56.

<sup>456</sup> Em um pequeno artigo publicado no site da Livraria da Universidade de Illinois, argumento semelhante foi elaborado para abordar os efeitos dos panfletos na Revolução Americana. Ver Illinois University Library, “*The Pamphlet: America’s First Social Media*.” Disponível em <https://www.library.illinois.edu/rbx/2015/03/30/the-pamphlet-americas-first-social-media/>. Acesso em 25 de outubro de 2019.

imprensa tradicional bases consolidadas para a fundamentação das análises sociopolíticas e para a formação da opinião pública.<sup>457</sup>

Objetivando compreender o fenômeno das redes sociais, Tom Standage, que tem formação em jornalismo pela Universidade de Oxford, realizou uma investigação sobre ferramentas de comunicação<sup>458</sup>, onde analisa diversos períodos históricos. Na Roma antiga, o autor analisa os escritos do grande orador Cícero, afirmando que suas cartas eram documentos públicos, os quais eram lidos e “compartilhados” entre os escritores e oradores, estimulando o debate. O autor passa por outros períodos, como a reforma de Martinho Lutero, que “publicou” suas 95 teses na porta da Igreja de Wittenberg; a explosão de boletins que antecederam a Revolução Americana e o impacto do panfleto *Common Sense* de Thomas Paine, que “viralizou” na Independência Americana.

Segundo constatou Standage, o desejo de discutir, disputar, discordar, combater e até mesmo “focar” é muito mais vital e importante para os seres humanos do que o consumo passivo de informação, popularizado a partir da década de 1850 com a explosão dos tabloides e substituídos pelo rádio e pela televisão ao longo do século XX. Nesse sentido, o autor afirma que o universo das comunicações compreendendo as redes sociais modernas é simplesmente o retorno – ou a continuidade – de uma forma de comunicação na qual os seres humanos são naturalmente propensos a se engajarem.

Outrossim, a popularização dessas formas de comunicação orgânica ajuda a explicar a sua influência, quer falemos da Revolução Americana, da Independência do Brasil ou mesmo de episódios contemporâneos: elas potenciam “o debate e a mobilização política”, contribuindo “para a ocorrência de movimentos como a Primavera Árabe e os protestos de junho de 2013 no Brasil”, argumenta Tarcísio de Sousa Gaspar.<sup>459</sup> Este foi também um dos motivos que permitiu o *upset* político no referendo sobre o *Brexit*, no Reino Unido, que acabaria por se sobrepôr às expectativas da maioria dos especialistas, analistas e jornalistas, em virtude da imprevisibilidade da influência das redes sociais.<sup>460</sup>

---

<sup>457</sup> Sasha Meinrath, diretor da *New America Foundation's Open Technology Initiative*, argumenta que as redes sociais se tornaram os panfletos do século XXI, um meio o qual pessoas insatisfeitas com o *status quo* usam para se organizarem e coordenarem seus protestos. In *Social Media The New Revolutionary Pamphlet*, Donal Brown, 24 de fevereiro de 2011, *The First Amendment Coalition*, Disponível em <https://firstamendmentcoalition.org/2011/02/social-media-the-new-revolutionary-pamphlet/>. Acesso em 2 de setembro de 2019.

<sup>458</sup> Standage, Tom. *Writting on the Wall: Social Media – The First 2.000 years*. Bloomsbury, 2013.

<sup>459</sup> Gaspar, Tarcísio de Souza. Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-23). *Varia História*, 31 (57), (2015), pp. 905-908. Disponível em <https://dx.doi.org/10.1590/0104-87752015000300009>. Acesso em 3 de outubro de 2019.

<sup>460</sup> Sobre a influência das redes sociais sobre o referendo do Brexit, ver Hänska-Ahy, Max; Bauchowitz, Stefan. Tweeting for Brexit: how social media influenced the referendum. In: Mair, John; Clark, Tor;

Como observa Gaspar, momentos de tensões e crises “coincideram quase sempre com a proliferação de falas, de textos e de outras expressões do pensamento”, provocando alterações políticas e furor comunicativo. Ou, antes disso, “a popularização de conceitos ocasionou modificações no vocabulário e nas estruturas políticas”.<sup>461</sup> Deste modo, os panfletos – mas também os periódicos –, como uma versão do que hoje conhecemos como “redes sociais”, contribuíram para moldar, à época da independência, por meio de uma linguagem própria e em um curto espaço de tempo, um ambiente político combativo, polarizado mas participativo, que propiciava as condições para uma rutura entre Brasil e Portugal, dadas as diferentes – e irreconciliáveis – pretensões políticas. A decisão não apenas surpreendia as Cortes de Lisboa, mas também superava os propósitos de D. Pedro e de muitos de seus partidários, onde se inclui o próprio “mentor da independência”, o ministro José Bonifácio.

No desafio de buscar representação política de moldes liberais em um território de dimensões continentais, observa Wlamir José Silva, a dissimulação das ideias e dos debates pela imprensa e a duração que ela proporcionou “permitiu ao conjunto de cidadãos entrar e combater” em defesa de suas causas. Essa dinâmica possibilitou a surgimento de redes de comunicação que ampliavam o alcance geográfico, social e, ainda, o julgamento crítico do leitor/ouvinte e a própria amplificação dos espaços públicos.<sup>462</sup>

Engajados nessa forma de comunicação, os atores da independência não poupavam críticas aos seus adversários, quer do além-mar, de outras províncias, ou mesmo contra os periódicos e seus redatores. Em uma carta ao “Senhor Redator da Verdade Constitucional”<sup>463</sup>, o autor, que afirma ser um “Brasileiro e Constitucional Inimigo da Impostura”, questionava a linha traçada pelos escritores, que segundo ele se abrigavam “sob a égide respeitável da Constituição, para aventurarem seus botafogos e opiniões perturbadoras”, avançando “proposições faltas e caluniosas” contra o povo da cidade do Rio de Janeiro.

---

Fowler, Neil; Snoddy, Raymond and Tait, Richard (eds.) *Brexit, Trump and the Media*. Abramis academic publishing, Bury St Edmunds, UK, 2017 pp. 31-35. Disponível em [http://eprints.lse.ac.uk/84614/1/Hanska-Ahy\\_\\_tweeting-for-brexit.pdf](http://eprints.lse.ac.uk/84614/1/Hanska-Ahy__tweeting-for-brexit.pdf). Acesso em 12 de agosto de 2019.

<sup>461</sup> Gaspar, 2015, p. 905.

<sup>462</sup> Silva, Wlamir José. Luz e Nevoeiros: A Imprensa Periódica Mineira No Período Regencial (1831-1840). *Almanack*, (20), (2018) pp. 170-193. Disponível em <https://dx.doi.org/10.1590/2236-463320182008>. Acesso em 3 de outubro de 2019.

<sup>463</sup> [Carta ao] *Senhor Redator da Verdade Constitucional, pelo Constitucional Inimigo da Impostura. T.F.X.E [Rio de Janeiro]*. Na Typographia de Santos e Souza. [1822]. Apud Carvalho, Neves e Basile, 2014, v.1, p. 484.

Na “Carta ao Redator da Malagueta”<sup>464</sup>, o autor “Venerador e Criado” chamava o redator de “escrupuloso que em tudo deita veneno”, cujas interpretações acerca da Constituição eram “maliciosas e falsas”. Já na “Carta Apologética e Analítica”<sup>465</sup> ao redator do periódico *O Português*, Joaquim Navarro de Andrade acusa o periódico de escrever para “satisfazer encomendas enviadas por indivíduos perversos”, segundo o autor, “de moralidade infernal e profundamente ruídos de inveja estéril”, destinados a fazerem “o mal e indispor a opinião pública em detrimento dos cidadãos honrados”.

É importante frisar que nem toda a linguagem que permitia a polarização fora necessariamente insultuosa, apesar de alguns dos exemplos aqui mencionados. Além dos panfletos cujos conteúdos demonstravam um grande conhecimento intelectual, como os de José da Silva Lisboa<sup>466</sup>, havia ainda o uso de ferramentas linguísticas que buscavam apelar ao caráter religioso dos brasileiros e dos portugueses, por meio de sermões politizados.<sup>467</sup> Outros exemplos incluíam o uso da criatividade humorística, como fizera *O Macaco Brasileiro* aqui citado, que, usando ferramentas linguísticas como o sarcasmo, a ironia e frases impactantes – equivalentes aos *memes* dos dias atuais –, produziria 16 edições a partir de junho de 1822, sempre “impregnadas de chavões”<sup>468</sup>, cujo conteúdo se mostraria bastante popular.

Como argumenta Gaspar, os impressos se tornaram a “literatura de circunstância” que almejava comunicar com o grande público e fazer circular o “novo vocabulário político”, valendo-se de técnicas retóricas e de artifícios literários. Em um momento de grandes transformações políticas, foram “instrumentos fundamentais de participação e de mobilização, possibilitando a intervenção do homem comum no espaço, disseminando notícias e informações políticas, tornando-as de domínio público”.<sup>469</sup>

Os panfletos, por sua vez, em sua forma particular de dissimulação, fizeram parte do jogo político, sobretudo entre 1820 e 1823. Era por meio desta ferramenta que muitos atores da independência do Brasil “tornavam público o debate, doutrinavam os leitores,

---

<sup>464</sup> *Carta ao redactor da Malagueta. Por Veritas [Francisco Soledade]. Rio de Janeiro. Na Imprensa Nacional. 1822.* Apud Carvalho, Neves e Basile, 2014, v.1, p. 463.

<sup>465</sup> *Carta Apologetica e Analytica ao Redactor do Periodico Intitulado O Portuguez, Impresso em Londres. Por Joaquim Navarro de Andrade, Director Literario da Academia da Marinha, e Commercio na cidade do Porto. Lisboa. Na Typographia Rollandiana, 1822.* Ibid, p. 523.

<sup>466</sup> Talvez um dos pontos “negativos” da obra de Carvalho, Neves e Basile tenha sido a omissão dos panfletos de José da Silva Lisboa. Segundo os autores, a enorme quantidade de panfletos escritos por Silva Lisboa, inviabilizaram a sua inclusão no trabalho, uma vez que estes escritos por si só consumiriam um volume inteiro. Ibid, p. 22.

<sup>467</sup> Sobre os sermões religiosos, ver o Volume 3 da obra de Carvalho, Neves e Basile (2014), Op. cit.

<sup>468</sup> Apud Lustosa, 2003, p. 95.

<sup>469</sup> Apud Gaspar, 2015, p. 907-908.



formulavam, interpretavam, combatiam e defendiam ideias”, de modo que ignorá-los, afirmam Carvalho, Neves e Basile, “é correr o risco de fazer interpretações anacrônicas”.<sup>470</sup> Por intermédio destes autores, podemos compreender como pensavam e se portavam diante das transformações operantes naquelas primeiras décadas do século XIX muitos luso-americanos que viram emergir – e influenciaram – o conflito que viria a romper os laços políticos entre Brasil e Portugal.

---

<sup>470</sup> Apud Carvalho, Neves e Basile, v. 1, 2014, p. 35.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação de mestrado constituiu-se primordialmente na tentativa de conjecturar, no processo da independência do Brasil face ao Império Português, os porquês da preservação do sistema de governo monárquico e da continuidade da dinastia de Bragança entre as diversas forças atuantes, além de buscar explicar a manutenção da unidade territorial das províncias, em contraste com o exemplo emancipatório hispano-americano.

Objetivou-se também analisar o papel da linguagem nas relações luso-brasileiras após a extinção dos censores régios, considerando a hipótese de que esta teria contribuído para o agravamento das tensões políticas entre Brasil e Portugal na conjuntura da regeneração vintista portuguesa. Ainda que não explicitado no corpo do trabalho, o estudo deste processo emancipatório conduziu-me a outras questões que gostaria também de mencionar nestas páginas finais, pela relevância que lhes reconheço para a compreensão do Brasil atual.

Quanto à estruturação dos argumentos propostos neste trabalho, vejamos como os temas tratados como pontos de reflexão para o processo da independência se relacionam com o desfecho secessionista. No primeiro capítulo, pudemos perceber que, embora a Revolução Americana tenha inspirado diretamente apenas uma revolta (abortada) na América Portuguesa – a Inconfidência Mineira –, o feito permaneceria vivo no imaginário luso-americano mesmo às vésperas da independência, sendo inclusivamente citado por D. Pedro nos manifestos de agosto de 1822. A Revolução Francesa, por sua vez, inspirou poucos anos depois a Revolta dos Alfaiates, na Bahia, que, tal como a Inconfidência nas Minas, esteve circunscrita aos limites geográficos daquela capitania, mantendo-se latente a expectativa de que outras aderissem posteriormente à causa sediciosa.

Não obstante as diferenças entre o contexto da Revolução Americana e o dos luso-americanos, aquela influenciou, nas décadas posteriores, as elites do Brasil, devido à promessa de que o rompimento com a pátria-mãe era possível sem o desmantelamento de toda a ordem social e, portanto, sem a rejeição total do passado. Nesse sentido, ainda que não tenha optado pelo modelo de governo republicano, mas pelo governo monárquico, a independência do Brasil se assemelhou muito mais à independência norte-americana do que à Revolução Francesa ou às demais independências latino-americanas, que se dividiram formando diversos Estados independentes.

Já o malogro da Revolução Francesa em emular na América Portuguesa um feito de proporções semelhantes se explica pela atuação política da Coroa Portuguesa, pelo *boom* econômico nas províncias luso-americanas e pela mentalidade própria do centro intelectual e educacional do Império Luso – Coimbra. A natureza anticlerical e a forte fiscalização da Coroa Portuguesa, a par do temor da repetição das cenas de violência das Revoluções Francesa e Haitiana, contiveram os efeitos desta no mundo luso-atlântico. O perfil ideológico dos letrados luso-americanos, que recebiam uma educação politicamente conservadora e cristã, criou condições para que a repetição da Revolução de 1789 na América Portuguesa fosse pouco provável.

Por conseguinte, a mais importante consequência da Revolução Francesa para o desfecho independentista do Brasil terá sido a transferência da corte portuguesa para o Novo Mundo em 1807-08. Como argumento no segundo capítulo, a permanência da corte em Portugal continental teria resultado em um desfecho emancipador na América Portuguesa – ou desfechos – completamente distinto(s) daquele(s) a que o Brasil viria a assistir, provavelmente mais próximo(s) do que ocorrera na América Espanhola.

Sobre a preservação do sistema de governo monárquico, é preciso compreender que a identificação do liberalismo com o Estado-nação, relativo à sua ideia de unidade política e cultural, acabaria por ser fundamental à consolidação territorial das províncias. Para muitos luso-americanos, essa identificação permitia a conceção espacial da pátria como sendo o todo do Brasil, cujos limites territoriais faziam das províncias o que poderíamos chamar de ‘pátrias brasílicas’ (ou brasileiras). Como já apontou Evaldo Cabral de Mello<sup>471</sup>, na independência, nem os republicanos nem mesmo os radicais federalistas do Nordeste questionaram a unidade territorial.<sup>472</sup>

Contudo, foi a busca da estabilidade social o elemento que mais contribuiu para que a monarquia se consolidasse como um projeto de independência exequível. Sua manutenção era o caminho mais consentâneo para evitar, simultaneamente, a

---

<sup>471</sup> Mello, Evaldo Cabral de. *A ferida de narciso*. Ensaio de História Regional. São Paulo: Senac, 2001.

<sup>472</sup> Em 1824, alguns pernambucanos se mobilizariam contra D. Pedro. Liderado por personagens como o Frei Caneca, afirmavam que sem “representação nacional, sem cortes soberanas, para criar a Constituição, não há Império”. (Mello, Evaldo Cabral de [org]. *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. Coleção Formadores do Brasil, Editora 34, 2001, p. 345.). O objetivo dos revoltosos do nordeste era proteger os interesses econômicos dos grandes produtores de algodão e dos comerciantes de Pernambuco. No entanto, apesar do apelo dos líderes políticos pelo republicanismo, no interior de Pernambuco a lealdade à monarquia era majoritária, um indicativo de que a investida enfrentaria obstáculos. (Souza, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 141.) O movimento que daria origem à baldada Confederação do Equador era consequência da disputa da distribuição de poderes na organização do Estado, assim como do manejo imperial das Constituintes de 1823, ao invés do resultado de uma grande disputa ideológica.

fragmentação das províncias e uma revolução social violenta. A preservação da monarquia oferecia também, pela promessa da Constituição, a proteção dos direitos de propriedade, indispensável à manutenção da estabilidade social, ensejada tanto por liberais radicais como por moderados. Preservando a dinastia de Bragança e consolidando a Carta Magna, o Brasil estaria emulando exemplos de monarquias europeias que haviam se tornado Estados constitucionais, sem adotar o modelo de governo republicano.<sup>473</sup>

No que diz respeito ao papel da linguagem e ao papel da imprensa no período pós-censura prévia, acredito ter sido possível demonstrar que a opinião pública, dentro do que se qualifica como uma “esfera pública de debate”, exerceu um papel fundamental no processo independentista. Sua influência interferiria sobretudo nos objetivos inicialmente defendidos pelas duas principais forças do embate, identificadas aqui como os regimes do Rio de Janeiro e de Lisboa. Nesse aspeto, a linguagem, muitas vezes vista como um sintoma da incompatibilidade existente entre as medidas adotadas pelas Cortes de Lisboa e os interesses do Brasil, é abordada neste trabalho como corresponsável pelo agravamento das relações luso-brasileiras.

Conforme proposto no capítulo 4, a linguagem, especialmente a de natureza insultuosa, expressava o descontentamento dos portugueses europeus face à situação em que se encontrava Portugal na organização do império. Essa linguagem, por sua vez, juntamente com as propostas descomedidas das Cortes de Lisboa, serviu como combustível para a indignação dos luso-americanos. Incapazes de assistirem passivamente ao retorno do Brasil às condições pré-1808, estes fizeram uso desta mesma ferramenta linguística para antagonizar tanto as Cortes de Lisboa como os portugueses “pés-de-chumbo”.

Com a extinção da censura prévia em 1821 e a explosão do número de impressos em ambos os hemisférios, tornou-se possível tanto a participação de um maior número de atores no debate público, como o alastramento das mensagens impressas. O efeito foi a surgimento de um canal de comunicação, com um impacto similar ao que nos dias de hoje têm as redes sociais. As forças consideradas neste trabalho como *establishment* – o regime do Rio de Janeiro e as Cortes de Lisboa – viram suas deliberações políticas influenciadas

---

<sup>473</sup> À época da independência, possuíam Constituição as monarquias da Noruega (1814); da França, depois da restauração (1814); dos Países Baixos (1815); do grão-ducado de Baden (1818) – além de ter sido esse o projeto das Cortes de Lisboa, de modo que as escolhas entre o regime de Lisboa ou o regime do Rio de Janeiro não ofereciam distinção quanto à forma de governo. Na prática, isso significa que, para os simpatizantes do republicanismo indispostos a aceitar a monarquia como forma de governo, seria necessário oferecer uma alternativa que pudesse competir com as duas grandes forças atuantes, o que certamente carecia de apoio popular em termos gerais.

também pela opinião pública, em uma Guerra Literária sem precedentes na história das relações luso-brasileiras.

A recorrência destes dispositivos linguísticos em outros períodos históricos sugere a consciência, por parte dos atores envolvidos nas disputas, de seu poder no universo político. Os homens da independência fizeram uso destes mecanismos de comunicação não apenas para defender ideais, mas também para gerar as tensões sociais propícias ao surgimento de um cenário político favorável ao avanço de suas causas.

Do lado americano do Atlântico, tanto liberais (radicais e moderados) como conservadores estavam determinados em manter no Brasil o *status* político e os frutos dos avanços socioeconômicos subsequentes à transferência da corte em 1808, à abertura dos portos e à elevação do Brasil à condição de reino em 1815. Do lado europeu estavam as Cortes de Lisboa e os deputados portugueses, que, imbuídos de um sentimento de valor próprio e do desejo irrisoluto de reestabelecer em Portugal o centro político e econômico do império, acabaram por ignorar os anseios brasileiros naquela disputa de interesses. As hostilidades e as deliberações, neste caso, influenciaram-se mutuamente, tolhendo, no processo, as possibilidades de conciliação e precipitando, do ponto de vista das forças *establishment*, a rutura entre Brasil e Portugal.

A explosão dos periódicos e dos panfletos acabaria por tirar das mãos de um reduzido número de pessoas e do aparato estatal o que pode ser chamado de “controle da narrativa”<sup>474</sup>, fazendo com que se tornasse impossível para as autoridades oficiais o manejo do debate político, dispersado agora entre uma maior diversidade de atores ativamente engajados. Assim, ao mesmo tempo que conduzia a independência do Brasil em relação a Portugal, *a priori* entendida como a busca pela autonomia, D. Pedro era também influenciado pela opinião pública – especialmente de grupos radicados no Rio de Janeiro –, extremamente ativa devido às tensões provocadas nos debates políticos, quer no Brasil, quer em Portugal.

As divergências internas – que opunham partidários da manutenção da unidade territorial das províncias e partidários da independência das pátrias; simpáticos ou avessos às Cortes Portuguesas; defensores dos princípios federalistas ou da centralização; das

---

<sup>474</sup> O *paradigma narrativo* – ou *Narrative Paradigm* – é uma teoria de comunicação conceituada pelo acadêmico Walter Fisher que afirma que toda comunicação significativa ocorre através da *narrativa* ou relato de eventos. Nesta, seres humanos participam como contadores de histórias e observadores de narrativas. Ver Fisher, Walter R. *Narration as a human communication paradigm: The case of public moral argument. Communication Monographs.* 51 (1) (1984) pp. 1-22. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03637758409390180>. Acesso em 12 de agosto de 2019.

eleições diretas ou indiretas; da abolição (abrupta ou gradual) ou da manutenção da escravidão, entre outros tantos pontos de discórdia que ficam por listar – demonstram que no Brasil não havia um consenso sobre as novas alternativas políticas em jogo, incluindo sobre o processo de construção de uma nova nação. Em meio às divergências, a união à Causa do Brasil tornava-se a alternativa mais bem condicionada para repelir a ingerência das Cortes de Lisboa e assegurar a autonomia política do Brasil. Como monarca, D. Pedro assumia neste cenário conturbado o papel de unificador e garantidor da estabilidade; embora isso não signifique que sob seu comando as divergências tenham deixado de existir.

José Bonifácio afirmava que a “nossa independência não é mais do que aquela de um filho que se emancipa”.<sup>475</sup> Essa emancipação, no entanto, não se estenderia a toda a sociedade. Conquanto projetos visando suavizar os prejuízos causados pelo provável fim da escravidão ou do tráfico já fossem elaborados pelo menos desde 1810<sup>476</sup>, por figuras como Antônio Pereira Caldas, Hipólito da Costa e o ministro Vilanova Portugal, a independência baldou em abolir a prática do uso da mão-de-obra escrava africana. Na década de 1820, merecem destaque os trabalhos de João Severiano Maciel da Costa, “Memória sobre a Necessidade de Abolir a Introdução dos Escravos Africanos no Brasil”<sup>477</sup>, publicado em 1821, além de “Lembranças e Apontamentos”.

Neste último, José Bonifácio escreve sobre a necessidade de se adotar “providências sobre duas questões fundamentais à prosperidade e conservação do reino do Brasil”, que na sua visão passavam pela catequização dos índios e pela emancipação gradual dos escravos.<sup>478</sup> Dos artigos que trataram do tema, a maioria foram favoráveis ao fim do tráfico e da própria escravidão.<sup>479</sup> Entretanto, após a independência, a chamada “classe senhorial” conseguiria fazer com que os interesses latifundiários se

---

<sup>475</sup> Apud Gaspar, 2015, p. 908.

<sup>476</sup> Neves, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Por Detrás Dos Panos: atitudes antiescravistas e a independência. In: Silva, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Brasil: Colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, pp. 373-395.

<sup>477</sup> Costa, João Severiano Maciel da. *Memória sobre a Necessidade de Abolir a Introdução dos Escravos Africanos no Brasil; sobre o Modo e Condições com que esta Abolição se Deve Fazer; e sobre os Meios de Remediar a Falta de Braços que ela Pode Ocasional*. Coimbra: Imprensa da Universidade Coimbra, 1821.

<sup>478</sup> Apud Neves, 2002, p. 58.

<sup>479</sup> Reis, Artur Ferreira. A escravidão nos impressos do Primeiro Reinado: Chapius, Plancher e a escravidão. *História Unicap*, v.3, n.5, (2016), pp. 169-178.

sobrepusessem aos da nação, postergando o tão basilar debate sobre o fim da escravidão.<sup>480</sup>

Isso significa que, embora a liberdade de expressão tenha permitido também a publicitação de ideias abolicionistas, não teria um efeito imediato para os milhões de escravos no Brasil impedidos de participar do processo político, antes ou depois da independência. A exemplo da secessão norte-americana, a existência de uma imprensa livre – assim como a fundação de uma república – não constituíram elementos garantidores da abolição da escravidão. Não obstante, pode-se argumentar que, a longo prazo, a medida permitiria uma abertura para o debate abolicionista, ainda que resultados práticos tardassem décadas a se materializarem.<sup>481</sup>

Já a participação da mulher no debate político ficaria consignada em alguns poucos escritos, em especial em cartas de algumas mulheres paraibanas, publicadas em 1823 no jornal *Sentinela da Liberdade*, de Pernambuco. Em correspondências, as “matronas liberais” consideravam-se “metade da sociedade humana”, que “não cediam em valor, nem em patriotismo ao mais intrépido e guerreiro cidadão”, declarando-se preparadas “na firme resolução”, prontas a “lançarem mãos das armas e fazerem a mais cruenta guerra aos sectários do nefando despotismo”.<sup>482</sup>

O *Paraibano Constitucional* chamaria às mulheres signatárias “heroínas do Brejo de Areia”, que estariam “resolutas a defender sua liberdade, movidas ao mesmo tempo do santo entusiasmo do amor à Pátria.”<sup>483</sup> Já após a declaração da rutura, uma representação de mulheres escreveria a D. Pedro (já imperador do Brasil) suplicando a permanência no Brasil de seus maridos portugueses, ameaçados de expulsão, além de reivindicar para si o estatuto de cidadãs efetivas.<sup>484</sup>

Para as Cortes de Lisboa, a medida que propunha liberalizar a imprensa no império – em consonância com seu viés ideológico, na expectativa de que os brasileiros se convertessem à causa portuguesa – mostrar-se-ia ingênua: não apenas os brasileiros

---

<sup>480</sup> Na impossibilidade de aprofundar o tema da escravidão, recomenda-se a leitura do trabalho de Lúcia M. B. P. Neves citado nesta dissertação, “Por Detrás Dos Panos: atitudes antiescravistas e a independência”. Sobre a visão de Bonifácio acerca da mão-de-obra escrava, ver “Lembranças e Apontamentos” (1821) e o excelente artigo de Paul Shaw, “José Bonifácio, The Neglected Father of His Country, Brazil” (1929), Op. cit.

<sup>481</sup> Frederick Douglass escreveu sobre a liberdade de expressão em 1860: “A escravidão não tolera a liberdade de expressão, [pois] seu exercício quebra todas as correntes (...) Discurso “*Plea for Free Speech*”, Boston, 10 de dezembro de 1860. (Tradução minha) Disponível em <https://patriotpost.us/documents/139>. Acesso em 26 de setembro de 2019.

<sup>482</sup> Apud Neves, 2002, p. 59.

<sup>483</sup> Ibid, p.58-59.

<sup>484</sup> Apud Carvalho, Bastos e Basile, v.1, 2014, p. 20.

tinham seus próprios interesses, como usaram a liberdade de imprensa proporcionada pelas ações das Cortes para defenderem causas distintas, sendo a Causa do Brasil a mais popular. Em conjunto com as propostas das Cortes, tidas como recolonizadoras, o fim da censura prévia acabaria por funcionar contrariamente aos interesses dos portugueses europeus.

Para os brasileiros partidários da independência brasileira, a medida teria um valor incomensurável. Além de um novo espaço para defenderem seus diversos projetos de autonomia política, a liberdade de imprensa permitiria que os defensores da Causa do Brasil melhor se orientassem em relação aos interesses das Cortes e dos portugueses europeus, mobilizando-se assim nas províncias de acordo com seus próprios interesses. Insultos de natureza política, cultural, geográfica ou étnica, divulgados nos panfletos durante o ápice dos embates verbais, seriam extremamente mal recebidos no Brasil. O mesmo pode ser dito em relação ao tratamento reservado a D. Pedro por deputados nas Cortes de Lisboa e pela Divisão Auxiliadora no Rio de Janeiro.

Em meio a essas tensões, a declaração da rutura com Portugal, ensaiada a nível de pátria pelo menos desde os finais do século XVIII, era novamente lançada em 1822. Desta vez, porém, com ambições mais avultadas e com um ímpeto indômito. Com efeito, eu argumentaria que a extinção da censura prévia e a subsequente Guerra Literária constituem, por si só, um marco na cronologia dos eventos que compõem o processo da independência do Brasil, ao lado de eventos consolidados pela historiografia como a transferência da Corte em 1808 e a elevação do Brasil à condição de reino em 1815.

O que a influência das Revoluções Americana e Francesa baldou em emular na América Portuguesa três décadas antes, as hostilidades com as Cortes de Lisboa e a Guerra Literária realizaram em pouco mais de um par de anos: a rutura política do Reino do Brasil com o Império Português e o início da construção de um Estado-nação brasileiro nas Américas. Vale frisar, no entanto, que este feito somente foi possível porque as circunstâncias políticas – resultantes de décadas de transformações nas Américas e na Europa – moldaram o cenário benfazejo para tal.

Por fim, cabe-nos refletir sobre algumas das questões que permeiam a historiografia independentista e como estas se relacionam com as conjunturas abordadas neste trabalho. Alguns temas sobre a independência do Brasil ainda carecem de investigação, cujo estudo deve servir, como já observava Pimenta, “não para congelar um



passado, mas sim para mobilizar atitudes em relação ao futuro”.<sup>485</sup> As questões sobre o constitucionalismo, a cultura jurídica, a administração e instituições diversas, as lutas políticas, a cidadania e a nação são alguns dos temas que podemos compreender melhor, de modo a “descortinar o passado para que ele transcenda à sua esfera mais imediata de interlocução”.<sup>486</sup>

De acordo com Pimenta, pelo menos três tendências influenciam o debate historiográfico atual. Em primeiro lugar estaria a insistência em considerar a independência do Brasil como um movimento anti-português. Em segundo, a insistência na continuidade processual pautada por interesses mercantis que, supostamente, aquando da transferência da corte em 1808, fariam da formalização da independência em 1822 um fato menor no desenvolvimento da América. Por fim, a ênfase nas feições da independência que teriam condicionado a construção de uma ordem política conservadora, homogênea, com poucas fissuras, que por seu turno imprimiria uma forte marca de nascença à ordem nacional brasileira.<sup>487</sup>

Nesta dissertação, todos estes temas foram, em maior ou menor escala, abordados de forma mais ou menos crítica. Entretanto, ao examinar a secessão do Brasil como processo de longo prazo, foi possível estabelecer que nenhuma das vertentes enumeradas conseguiria explicar, por si, a emancipação do Brasil tal como ela ocorreu. Não se pode conceber a independência como um movimento “anti-português” quando o chefe do novo Estado independente, popularmente aclamado, é o herdeiro da dinastia de Bragança. Por outro lado, constata-se a existência de um antagonismo entre brasileiros e portugueses, sobretudo nos embates com as Cortes de Lisboa e nos impressos. Este fenómeno, no entanto, deve ser examinado dentro de um contexto sociopolítico próprio, no qual se buscava consolidar a independência e a unidade territorial das províncias brasileiras, assim como criar uma identidade nacional.

O segundo elemento, cujos méritos não pretendo questionar neste trabalho, talvez possa ser mais bem compreendido quando considerado em conjunto com os demais temas abordados. Não há como separar o ano de 1822 dos demais eventos históricos ocorridos a partir de 1808.

---

<sup>485</sup> Pimenta, João Paulo G. The Independence of Brazil: a review of the recent historiographic production. *e-Journal of Portuguese History*, 7 (1), (2009) p. 64-85. Disponível em [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-64322009000100006&lng=es&tlng=](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-64322009000100006&lng=es&tlng=). Acesso em 16 de setembro de 2019.

<sup>486</sup> Ibid.

<sup>487</sup> Ibid.

O terceiro aspeto apontado por Pimenta apresenta algumas características problemáticas. A análise da formação da nacionalidade brasileira, à luz da sua interpretação, tornou-se uma tendência historiográfica que recorrentemente vê no processo da independência um movimento que não teria inaugurado nenhuma mudança significativa, sendo de fato “desprezível”<sup>488</sup> quando comparado a outros rompimentos entre colônia e metrópole.

Reconhecidamente, não houve na independência do Brasil ruturas drásticas que tenham subvertido a ordem social, como sejam a abolição da escravidão ou a inserção das mulheres e dos homens sem posse na política. Entretanto, essas características não estão exclusivamente vinculadas ao “conservadorismo” que, na tendência analisada, se atribui ao processo independentista. O liberalismo da Revolução Francesa, por exemplo, pode ser caracterizado como sendo ao mesmo tempo igualitário e elitista, em virtude de sua distinção entre cidadãos ativos e passivos. Um cidadão ativo, na definição de *La Déclaration*, era um indivíduo do sexo masculino, letrado, política e culturalmente consciente, com renda e/ou dono de propriedade.<sup>489</sup>

Assim se evidencia existir no liberalismo uma tensão, uma contradição entre o seu comprometimento para com a igualdade e a autonomia individual ante sua busca pela estabilidade social, indispensável para a proteção da propriedade privada. Portanto, mesmo se concebêssemos a hipótese de que não houve ruturas na independência do Brasil – o que me parece inverossímil, se entendermos “transformações” e “reformas” também como processos de descontinuidades –, essa conceção necessitaria de uma contextualização histórica apropriada. Os liberais, moderados ou radicais, além dos próprios conservadores, visavam a estabilidade social, e é neste contexto que se enquadra a relação entre o liberalismo e a monarquia no Brasil.

Como demonstrado no capítulo 3, a rutura de Brasil com Portugal contrariava os objetivos políticos das Cortes de Lisboa e do regime do Rio de Janeiro, qualificados como *establishment*. Isso significa que outras forças atuantes – como os populares, os padres, as sociedades secretas – exerceram algum papel sobre a independência do Brasil, sobretudo durante a Guerra Literária. Além disso, a independência daria ao novo Estado

---

<sup>488</sup> Ibid.

<sup>489</sup> A diferenciação entre o cidadão passivo e ativo, a relegação da mulher à esfera privada e a exclusão do debate político de jovens com menos de 25 anos, homens sem posse e estrangeiros, significou que na Declaração dos Direitos dos Homens e dos Cidadãos o direito de voto aplicava-se a [apenas] 4.3 milhões de franceses, ou seja, cerca de 14% da população total, que somava mais de 29 milhões. Doyle, William. *The Oxford History of the French Revolution*, Oxford: Oxford University Press, 1989, p. 124.

em construção a sua primeira Constituição, em 1824<sup>490</sup>, a qual apresentava avanços como a liberdade de culto – art. 5º – e maiores garantias de direito à propriedade. Embora outorgada<sup>491</sup>, os direitos dos cidadãos eram mais liberais em comparação aos contemplados na Constituição Americana e em algumas constituições europeias.<sup>492</sup>

Adicionalmente, a América Portuguesa assistiu, durante o processo de independência – entendido como um processo a longo prazo iniciado no final do século XVIII –, à mutação das lealdades dos súditos do império, que começavam a se desvincular de Portugal para defender as pátrias; à mudança nas mentalidades e ao florescimento de atitudes não-conformistas; à ascensão do liberalismo português; ao fim dos laços coloniais e do exclusivismo mercantil; à transformação da colônia em sede econômica e política do império; à elevação da colônia lusitana na América à condição de reino; à introdução da imprensa e à extinção da censura prévia, além da instauração do Constitucionalismo.

A interpretação de que essas transformações “não teriam inaugurado nenhuma mudança significativa” parece-me ilídima. Dito isso, é salutar examinar criticamente e de modo atemporal as consequências da homogeneidade ideológica do aparato educacional em um determinado contexto histórico ou social – quer falemos da época da independência, quer dos dias atuais – em relação às atitudes políticas dos indivíduos de uma dada sociedade. A haver heterogeneidade de ideais na esfera educativa de então, certamente que o desfecho emancipatório do Brasil teria sido diferente, quiçá observante das questões relativas à “santidade dos direitos dos indivíduos”, elemento faltoso na construção da nova nação.<sup>493</sup>

---

<sup>490</sup> A Constituição de 1824 foi escrita por um Conselho de Estado com base no texto proposto pela Assembleia, em conjunto com elementos inspirados nos trabalhos do franco-suíço Benjamin Constant. Ver Nogueira, Octacíano. *1824. Constituições Brasileiras*, v. 1. Senado Federal, Brasília, 2012. Disponível em [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137569/Constituicoes\\_Brasileiras\\_v1\\_1824.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137569/Constituicoes_Brasileiras_v1_1824.pdf). Acesso em 9 de setembro de 2019.

<sup>491</sup> Uma vez que uma Constituição que exclua parcelas da sociedade – sejam *homens de cor*, mulheres ou indivíduos sem posse –, ainda que elaborada e aprovada por uma Assembleia Constituinte, é também uma Constituição *imposta* sobre estas, faz-se necessário contextualizar o tema. Alguns estudos têm buscado conjecturar as funções “positivas” das constituições outorgadas no que tange à facilitação da integração e comunicação da comunidade política, além da criação de uma identidade constitucional onde essa realidade era inexistente. Ver Negishi, Yota. Conference Report – Imposed Constitutions: Aspects of Imposed Constitutionalism – University of Nicosia, Cyprus [online]. *i-Connect, International Journal of Constitutional Law* (2017). Disponível em <http://www.icconnectblog.com/2017/05/conference-report-imposed-constitutions-aspects-of-imposed-constitutionalism-university-of-nicosia-cyprus/>. Acesso em 24 de agosto de 2019.

<sup>492</sup> Apud Barman, 1988, p. 124.

<sup>493</sup> Apud Kantor, 2016.

Deste modo, foram as circunstâncias políticas, econômicas e sociais presentes na América Portuguesa nas primeiras décadas do século XIX que conduziram o Brasil, durante seu processo de independência, à adoção do regime monárquico como forma de governo. A identificação simultânea dos brasileiros com a pátria e com a monarquia, os distintos ideais políticos internos e as ameaças externas conduziram a um cenário em que apenas a presença do monarca no Brasil poderia assegurar a estabilidade social e a manutenção da ordem, fator crucial para que se consolidasse também a manutenção da unidade territorial das províncias.

O fato de os liberais se voltarem anos mais tarde para o infante D. Pedro II – adiantando para os 14 anos a sua maioridade, em 1840, na busca de estabilidade política após a abdicação do trono por D. Pedro I, nos primeiros anos da década de 1830 – serve como um importante indicador do poder unificador e estabilizador da monarquia para a construção da nova nação, quase duas décadas depois da partida do então rei D. João VI para a Europa e da declaração da independência brasileira.

Essa relação entre liberalismo e monarquia persistiu pelo menos até à abolição da escravidão em 1888, mais de sessenta anos depois da independência, momento em que ambos deixam de servir os interesses de oligarquias consolidadas no processo de formação do Estado nacional, sendo substituídos pelo republicanismo por vias inconstitucionais. Como a história viria a nos mostrar, tal regime se mostraria incôngruo com o arranjo cultural e político nacional. Os sucessivos golpes de Estado desde então impediram com que o novo sistema de governo adotado após o Golpe de Estado de 1889 traduzisse para uma realidade tangível seu ideário de igualdade, de representação política e de prosperidade para todos os cidadãos.

Diante dos obstáculos enfrentados pelo Brasil nos últimos dois séculos desde a sua secessão do Império Português, observa-se que a estabilidade política ensejada aquando da independência – crucial para que se preservasse no Brasil a dinastia de Bragança e se mantivessem unidas as províncias – acabou comprometida nas gerações posteriores, em virtude de circunstâncias similares àquelas que permearam o debate à época da independência: a negligência com os anseios de parcelas significativas da sociedade e as divergentes concepções político-ideológicas sobre o papel do Estado, do governo e dos indivíduos na construção da nação.

## REFERÊNCIAS

### Bibliografia

- Abreu, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro 1987.
- Algranti, Leila M. *O Feitor Ausente: Estudo Sobre a Escravidão Urbana No Rio De Janeiro*. Petrópolis, Brasil: Vozes, 1988.
- Anjos, João Alfredo dos. *José Bonifácio, Primeiro Chanceler do Brasil*. Fundação Alexandre Gusmão. Brasília, 2008.
- Bailyn, Bernard. *The Ideological Origins of the American Revolution*. Cambridge, Massachussetts: Belknap Press, 1967.
- Barman, Roderick J. *Brazil: The Forging of a Nation (1798-1852)*, California: Stanford University Press, 1988.
- Blackburn, Robin. *The Overthrow of Colonial Slavery, (1776-1848)*, Verso, Londres, 1988.
- Borges, Luiz Adriano. Aspectos econômicos da participação paulista no processo de independência. *Almanack*. Guarulhos, n. 6, (2013) pp. 61-80.
- Boxer, Charles R. *The Golden Age of Brazil, 1695-1750: Growing Pains of a Colonial Society*. University of California Press, 1962.
- Braatz, Kurt. *Friedrich Nietzsche: Eine Studie zur Theorie der Öffentlichen Meinung*, Walter de Gruyter & Co, Berlin, 2011.
- Cabral, Flávio José Gomes; Ribeiro, Gustavo dos Santos. A Missão Cabugá nos EUA: Uma Página Da Revolução Pernambucana de 1817. *Anais do V Colóquio de História. Perspectivas históricas: historiografia, pesquisa e patrimônio*. 16, 17 e 18 de novembro (2011), pp. 191-200
- Caldeira, Jorge (org.) *José Bonifácio de Andrada e Silva*. Editora 34, Coleção Formadores do Brasil, São Paulo, 2002.
- Calkin, Homer L. Pamphlets and Public Opinion during the American Revolution. *The Pennsylvania Magazine of History and Biography*, 64, n. 1 (1940) pp. 22-42.
- Cardoso, José Luís. A abertura dos portos do Brasil em 1808: dos factos à doutrina. *Ler História* [online] (2008).
- Cardoso, José Luís. The transfer of the court to Brazil, 200 years afterwards, *e-Journal of Portuguese History*, n. 1, v. 7 (2009) pp. 1-10.
- Carvalho, Debora Cristina Alexandre Bastos e Monteiro de. *D. Domingos Antônio De Sousa Coutinho: um diplomata português na Corte de Londres (1807 – 1810)*. Tese de Mestrado, 2012.

Carvalho, José Murilo de. Political Elites and State Building. The Case of Nineteenth Century Brazil. In: *Comparative Studies in Society and History* 24, 3, (1982) pp. 378-399.

Carvalho, José Murilo de. *A construção da ordem. Teatro das Sombras*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.

Carvalho, José Murilo de. D. João e as histórias dos Brasis. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 28, n. 56 (2008) pp. 551-572.

Carvalho, José Murilo de; Neves, Lúcia Maria Bastos Pereira das; Basile, Marcello Otávio de Neri Campos (Orgs.). *Às armas, cidadãos! Panfletos manuscritos da Independência do Brasil (1820-1823)*. São Paulo / Belo Horizonte: Companhia das Letras / Editora UFMG, 2012.

Carvalho, José Murilo de; Neves, Lúcia Maria Bastos Pereira das; Basile, Marcello Otávio de Neri Campos (Orgs.). *Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-23)*. Editora UFMG, Belo Horizonte: 4 volumes, v. 1 e v.2, 2014.

Carvalho, Manuel Emílio Gomes de. *Os Deputados Brasileiros Nas Cortes Gerais De 1821*. Edições do Senado Federal, v. 12, 2003.

Carvalho, Marcus J. M. de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. *Revista Brasileira de História*, 18(36), (1998) pp. 331-366.

Carvalho, William Almeida. Pequena história da Maçonaria no Brasil. *REHMLAC*, v. 2, n. 1 (2010) pp. 30-58.

Castro, Zília Osório de; Silva, Júlio Rodrigues da; Sarmento, Cristina M. (eds.). *Tratados do Atlântico Sul: Portugal-Brasil, 1825-2000*. Coleção Biblioteca Diplomática, MNE, Portugal, 2006.

Clark, Charles Michael Andres; Rosicka, Janina (eds). *Economic Transition in Historical Perspective: Lessons from the History of Economics*. Routledge, New York, 2018. (1ª edição 2011)

Clifford D. Conner. *Jean-Paul Marat: Tribune of the French Revolution*. Pluto Press, 2012.

Costa, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In *Perspectiva*, ed. Carlos Guilherme Mota, São Paulo: Difel, 1968, pp. 64-125.

Costa, João Severiano Maciel da. *Memória sobre a Necessidade de Abolir a Introdução dos Escravos Africanos no Brasil; sobre o Modo e Condições com que esta Abolição se Deve Fazer; e sobre os Meios de Remediar a Falta de Braços que ela Pode Ocasionar*. Coimbra: Imprensa da Universidade Coimbra, 1821.

Costa, Sérgio Corrêa da. *Every Inch a King: A Biography of D. Pedro I, First Emperor of Brazil*. Pickle Partners Publishing, 2018. (1ª edição, 1950).

Das Neves, Guilherme P. A suposta conspiração de 1801 em Pernambuco: ideias ilustradas ou conflitos tradicionais. *Revista Portuguesa de História* [online], v. 2, n. 33, (1999) p. 439-481.

De Paula, Sérgio Goes. *Hipólito José da Costa*. Coleção Formadores do Brasil. Editora 34, São Paulo, 2001.

Dias, Maria Odila Leite da Silva. A Interiorização da Metrópole. In: Mota, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972, pp. 160-184.

Diégues, Fernando. *A revolução brasílica*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

Doyle, William. *The Oxford History of the French Revolution*, Oxford: Oxford University Press, 1989.

Dubois, Laurent. *The Avengers of the New World: The Story of the Haitian Revolution*. Cambridge: Belknap Press, 2005.

Fanni, Rafael. A força da opinião: panfletos manuscritos na independência do Brasil. *Almanack*, (5) (2013) pp. 199-202.

Feloniuk, Wagner Silveira. Tecnicamente, A Primeira Constituição Do Brasil. *História e Cultura*, Franca, v. 4, n. 3, (2015) p. 204-233.

Ferreira, Marieta de Moraes. *Memória e Identidade Nacional*. Editora FGV, 2010.

Ferreira, Tito Lívio de. José Bonifácio e a Maçonaria. *Revista de História*, USP, v. 27, n. 55 (1963) pp. 171-175.

Fisher, Walter R. Narration as a human communication paradigm: The case of public moral argument. *Communication Monographs*. 51 (1) (1984) pp. 1-22.

Fitz, Caitlin A. A Stalwart Motor of Revolutions: An American Merchant in Pernambuco, 1817-1825. *The Americas*, v. 65, n. 1, (2008) pp. 35-62.

Fontoura, Virginia de Jesus. *Pedro Gomes Simões: Homem de negócios do Porto – Sec XVIII*. Edições Ecopy, 2010. (1ª edição 1950).

Foot, Michael; Kramnick, Isaac. (eds.) *The Thomas Paine Reader*. Penguin Classics, 1987.

Fragoso, J.; Florentino, M. *O arcaísmo como projeto. Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro (1790–1840)*. Rio de Janeiro, 1993.

França, Wanderson Édipo. *Serviço das Armas, as gentes do povo e os escravizados: Pernambuco na época da independência (1817-1824)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

Furtado, João P. *History Makes a Nation: the Inconfidência Mineira, Historical Criticism, and Dialogue with Historiography*. Trabalho em Simpósio “New Approaches

to Brazilian Historiography”, Centre for Brazilian Studies da Universidade de Oxford, 2003.

Gaspar, Tarcísio de Souza. Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-23). *Varia História*, 31 (57), (2015), pp. 905-908.

Geggus, David. The Haitian Revolution in Atlantic Perspective. In Canny, Nicholas, Morgan, Philip (eds.) *The Atlantic World c.1450-c.1820*, Oxford Handbooks series, Oxford University Press, 2011, pp. 533-549.

Gerstenberger, Debora. Europe in the Tropics? *Comparativ*, 25 (5-6), (2017) pp. 32-46.

Girard, Philippe R. *The Slaves Who Defeated Napoleon: Toussaint Louverture and the Haitian War of Independence 1801–1804*. Tuscaloosa, Alabama: The University of Alabama Press. 2011.

Graham, Gerald S.; Humphreys, R. A. *The Navy and South America, 1807-1823: correspondence of the Commanders-in-Chief on the South American Station*. London: Navy Records Society, 1962.

Greer, D. *The incidence of the terror during the French Revolution: a statistical interpretation*. Cambridge, Harvard University Press, 1935.

Gréggio, Tiago Silva. *O papel da Gazeta do Rio de Janeiro na formação político-cultural brasileira (1808-1821)*. [Monografia] Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2011.

Hänksa-Ahy, Max; Bauchowitz, Stefan. Tweeting for Brexit: how social media influenced the referendum. In: Mair, John; Clark, Tor; Fowler, Neil; Snoddy, Raymond and Tait, Richard (eds.) *Brexit, Trump and the Media*. Abramis academic publishing, Bury St Edmunds, UK, 2017, pp. 31-35.

Hendrix, Pat. *Murder and Mayhem in the Holy City*. Charleston, SC: History Press. 2006.

Hobsbawm, E. J. *The Age of Revolution: Europe 1789-1848*. Vintage Books Edition, 1996. (1ª edição 1962)

Hobsbawm, Eric. Labour History and Ideology. *Journal of Social History*, v. 7, n. 4, (1974) p. 371-381.

Hoffer, Williamjames Hull. *The Caning of Charles Sumner: Honor, Idealism, and the Origins of the Civil War*. Baltimore: Johns Hopkins University Press. 2010.

Howard, Gregory T. *Dictionary of Rhetorical Terms*. XLibris. 2010.

James, C. L. R. *The Black Jacobins: Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution*. New York, Vintage Books. 1963. (1ª edição 1938)

Jancsó, István e Pimenta, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. *Revista de História das Ideias*, Imprensa da Universidade de Coimbra, v. 21 (2000), pp. 389-440.



Jancsó, István: *Na Bahia contra o Império: História do Ensaio de Sedição de 1798*. São Paulo: Hucitec /Salvador: EDUFBA, 1996.

Kaisary, Philip James. *The Literary Impact of the Haitian Revolution*, Ph.D. dissertation. University of Warwick. 2008.

Kantor, Iris. Seeing the Nation through the Territory: Some Historiographical Frameworks. *e-Journal of Portuguese History* [online]. vol.14, n. 1 (2016) pp. 71-85.

Kennedy, George Alexander. *The Art of Rhetoric in the Roman World: 300 B.C - A.D 300*. Wipf and Stock Publishers, 2008.

Kirschner, Tereza Cristina. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu: itinerários de um ilustrado luso-brasileiro*. São Paulo: Alameda, 2009.

Kraay, Hendrik. Muralhas da independência e liberdade do Brasil: a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1800-1825). In: Malerba, Jurandir (org). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006, pp. 303-342.

Lenharo, Alcir. *As Tropas da Moderação. O abastecimento da Corte na Formação Política do Brasil: 1808-1842*. Biblioteca Carioca, v. 25. 2ª ed., 1992. (1ª edição 1979)

Light, Kenneth. *A viagem marítima da família real. A transferência da corte para o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

Lima, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil*. v. 1, 1908.

Lima, Péricles Pedrosa. *A Corte no Brasil e os periódicos portugueses 1808 – 1821*. Tese de Doutorado, Lisboa, 2012.

Lucas, Vanessa Fraguas Serra. *Pode haver Povo sem ter Rei; E Rei sem ter Povo, pode haver? Panfletos manuscritos e emancipação do Reino do Brasil*. Dissertação de Mestrado, PUC – Rio de Janeiro, 2014.

Lugar, Catherine. *The Merchant Community of Salvador, Bahia, 1780-1830*. State University of New York at Stony Brook, 1980.

Lustosa, Isabel. *D. Pedro I: Perfis Brasileiros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Lustosa, Isabel. O Macaco Brasileiro: Um Jornal Popular Na Independência. *Revista USP*, (58) (2003) pp. 92-103.

Lyra, Maria L. V. *A Utopia Do Poderoso Império Portugal e Brasil: Bastidores da Política: 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

Macaulay, Neill. *Dom Pedro: The Struggle for Liberty in Brazil and Portugal, 1798–1834*. Durham, North Carolina: Duke University Press, 1986.

Magalhães, Pablo Antonio Iglesias. O Campeão Brasileiro: press, constitutional unity and masonry sociability at the Bahia province (1830-1831). *Tempo*, 24(3), (2018) 567-594.

Maier, Pauline. *American Scripture. Making the Declaration of Independence*. New York, 1997.

Malerba, Jurandir. *A corte no exílio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Malerba, Jurandir. As Independências do Brasil: ponderações teóricas em perspectiva historiográfica. *História* (São Paulo), 24(1), (2005) pp. 99-126.

Manchester, A. K. *British Preeminence in Brazil: its rise and decline; a study in European expansion*. New York: Octagon Books, 1933.

Manchester, Alan K. The Transfer of the Portuguese Court to Rio de Janeiro. In Henry Keith e S.E. Edwards. (eds.) *Conflict and Continuity in the Brazilian Society*, Columbia, University of South Carolina Pres, 1969, pp. 148-183.

Marchelli, Paulo Sérgio. As minorias alfabetizadas no final do período colonial e sua transição para o império: um estudo sobre a história social e educação no Brasil. *Educação Unisinos*, São Leopoldo, v. 10, n. 3, (2006) pp. 187-200.

Martins, Antônio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. *Acta Cirúrgica Brasileira*, 17 (Suppl. 3), (2002) pp. 04-06.

Martins, Ismênia de Lima. Afonso Carlos Marques dos Santos: Um homem do seu tempo, por ele mesmo. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n. 1, (2007) pp. 13-32.

Matson, Cathy. The Atlantic economy in an era of revolutions: An introduction. *The William and Mary Quarterly*. 62. (2005) pp. 357-364.

Mattos, Renato de. Versões e interpretações: revisitando a historiografia sobre a abertura dos portos brasileiros (1808). *HiSTOReLo. Revista de Historia Regional y Local*, 9 (17), (2017) pp. 473-505.

Maxwell, Kenneth (coord.). *O Livro de Tiradentes: transmissão atlântica de ideias políticas no século XVIII*. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2013.

Maxwell, Kenneth. Conjuração mineira: novos aspectos. *Estudos Avançados*, 3(6), (1989) pp. 04-24.

Maxwell, Kenneth. Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência. In: Mota, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000, pp. 177-195.

Maxwell, Kenneth. The Generation of the 1790's and the Idea of a Luso-Brazilian Empire. In D. Alden (ed.), *The Colonial Roots of Modern Brasil*. Berkeley, 1973, pp. 131-39.

Meirelles, Juliana. *Política e Cultura no Governo de D. João VI (1792-1821)*. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2013.

Mello, Evaldo Cabral de [org]. *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. Coleção Formadores do Brasil, Editora 34, 2001.

Mello, Evaldo Cabral de. *A ferida de narciso*. Ensaio de História Regional. São Paulo: Senac, 2001.

Mendonça, Sonia Regina de. A Independência Do Brasil Em Perspectiva Historiográfica. *Revista Pilquen – Sección Ciencias Sociales*, n. 12, (2010) pp. 1-10.

Morel, Marco. *As transformações dos espaços públicos – Imprensa, atores políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2005.

Morel, Marco. O Haiti não foi aqui. *Revista Nossa História*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 11, (2004) pp. 58-63.

Morton, F.W. *The Conservative Revolution of Independence: Economy, Society and Politics in Bahia. 1790-1840*. University of Oxford, 1974.

Mota, Carlos G. *Nordeste 1817. Estruturas e Argumentos*. São Paulo, Col. Estudos, n. 8, ed. Perspective, 1972.

Mott, L. A Escravatura: o Propósito de uma Representação a El-Rei sobre a Escravatura no Brasil. *Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros*, (14), (1973) pp. 127-136.

Moura, Clovis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. Edusp, São Paulo, 2004.

Mourão, Gonçalo de Barros Carvalho e Mello. *A revolução de 1817 e a história do Brasil: um estudo de história diplomática*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

Negishi, Yota. Conference Report – Imposed Constitutions: Aspects of Imposed Constitutionalism – University of Nicosia, Cyprus [online]. *i-Connect, International Journal of Constitutional Law* (2017).

Neves, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Cidadania e participação política na época da Independência do Brasil. *Cadernos CEDES*, 22 (58), (2002), pp. 47-64.

Neves, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Por Detrás Dos Panos: atitudes antiescravistas e a independência. In: Silva, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Brasil: Colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, pp. 373-395.

Newcomb, Robert Patrick. *Nossa and Nuestra America. Inter-American Dialogues*. Purdue University Press, Indiana. 2012.

Nogueira, Octaciano. *1824. Constituições Brasileiras*, v. 1. Senado Federal, Brasília, 2012.

Novais, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2001. (1ª edição 1979)

O'neil Spady, James. Power and Confession: On the Credibility of the Earliest Reports of the Denmark Vesey Slave Conspiracy. *The William and Mary Quarterly*, v. 68, n. 2, (2011) pp. 287-304.

Oman, Charles Willian Chadwick, Sir (1860-1946). *A history of the Peninsular War*, 1902.

Palmer, R. R. *The Age of Democratic Revolution: A Political History of Europe and America 1760-1800*, 2 vols. Princeton: Princeton University Press, 1959-1964.

Paquette, Gabriel. Portugal and the Luso-Atlantic World in the Age of Revolutions. *História (São Paulo)*, 32(1), (2013), pp. 175-189.

Pedreira, J; Dores Costa, F. D. *João VI: Um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Pedreira, Jorge. Economia e política na explicação da independência do Brasil. In Malerba, Jurandir (org.). *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006, pp. 55-97.

Pedreira, Jorge; Dores Costa, Fernando. *Dom João VI*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

Pereira da Costa, Francisco Augusto. *Anais Pernambucanos*. Volume VIII. Recife, FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1983.

Perry, James. *Arrogant Armies Great Military Disasters and the Generals Behind Them*. Edison: Castle Books, 2005.

Pfau, Michael William. Time, Tropes, and Textuality: Reading Republicanism in Charles Sumner's Crime Against Kansas. *Rhetoric & Public Affairs*. 6 (3) (2003) pp. 385-413.

Pimenta, João Paulo G. A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, 2(3), (2009) pp. 53-82.

Pimenta, João Paulo G. *A Independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2015.

Pimenta, João Paulo G. A independência do Brasil e o Liberalismo Português: Um Balanço da Produção Acadêmica. *Revista de História Ibero-americana*, 1:1 (2008) pp. 75-115.

Pimenta, João Paulo G. The Independence of Brazil: a review of the recent historiographic production. *e-Journal of Portuguese History*, 7 (1), (2009) pp. 64-85.

Pinheiro Neto, João. *Pedro e Domitila Amor Em Tempo de Paixão*. Editora Mauad. 2002.

Prado Jr, Caio. *Evolução política do Brasil. Colônia e Império*. 20ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1993. (1ª edição 1933)

Prado Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 23ª edição, 1980. (1ª edição 1945)

Reis, Artur Ferreira. A escravidão nos impressos do Primeiro Reinado: Chapius, Plancher e a escravidão. *História Unicap*, v. 3, n. 5, (2016) pp. 169-178.

Rezzutti, Paulo. *D. Pedro IV: A história não contada*. Casa das Letras, 2016.

Ribeiro, Gladys Sabina. 'Pés-de-chumbo' e 'garrafeiros': conflitos e tensões nas ruas do Rio de Janeiro no Primeiro Reinado (1822-1831). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 12, n. 23-24, (1992), pp. 141-165.

Rizinni, Carlos de Andrade. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1957.

Rodrigues, André Figueiredo. Degredados e Reerguidos. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n. 67 (2011) pp. 24-25.

Ross, Jane. Paul Revere: Patriot Engraver. *Early American Life*: (1975) pp. 34-37.

Salles, Iza. *O coração do rei*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.

Santos, Afonso Carlos Marques dos. A Fundação de uma Europa Possível. In: Tostes, Vera Lúcia Bottrel; Bittencourt, José Neves (eds.), *D. João VI: Um Rei Aclamado na América*, Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, 2000, pp. 9-17..

Schama, Simon. *Citizens: A Chronicle of the French Revolution*. Penguin Random House LLC, 1989.

Schultz, K. *Tropical Versailles. Empire, Monarchy, and the Portuguese Royal Court in Rio de Janeiro, 1808-1821*. London: Routledge, 2001.

Schultz, Kirsten. Perfeita civilização: a transferência da corte, a escravidão e o desejo de metropolizar uma capital colonial. Rio de Janeiro, 1808-1821. *Tempo*, 12(24) (2008) pp. 5-27.

Schwarcz, Lilia M.; Starling, Heloisa M. *Brazil: A Biography*. Allen Lane (Penguin Books), 2018. (1ª edição, 2015).

Semley, Lorelle. *To Be Free and French: Citizenship in France's Atlantic Empire. Critical Perspectives on Empire*. Cambridge: Cambridge University Press. 2017.

Serrão, Joaquim V. *História de Portugal*. V.7, A instauração do liberalismo (1807-1832). Lisboa, 1984.

Shaw, Paul Vanorden. José Bonifácio, The Neglected Father of His Country, Brazil. *Political Science Quarterly* 44, n. 1 (1929) pp. 39-53.

Silva, Maria Beatriz Nizza da. *D. João VI. Príncipe e rei no Brasil*. Lisboa, 2008.

Silva, Wlamir José. Luz e Nevoeiros: A Imprensa Periódica Mineira No Período Regencial (1831-1840). *Almanack*, (20), (2018) pp. 170-193.

Sodré, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil: uma análise da relação entre Estado e meios de comunicação em massa*. Apresentação em Congresso. Intercom. UNB, 2006.

Sousa, Otávio Tarquínio de. História dos Fundadores do Império do Brasil. Volume I. *José Bonifácio*. Edições do Senado Federal, Brasília, 2015. (1ª edição, 1957).

Sousa, Otávio Tarquínio de. História dos Fundadores do Império do Brasil. Volume II. *A Vida de D. Pedro I*. Tomo II. Edições do Senado Federal, Brasília, 2015. (1ª edição, 1957).

Souza, Candice Vidal e. Insultos impressos. A guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823). *Mana*, 7(1), (2001), pp. 181-184.

Standage, Tom. *Writting on the Wall: Social Media – The First 2.000 years*. Bloomsbury, 2013.

Stephen, Leslie, Sir. (1832-1904). *Dictionary of National Biography*. Volume 37, 1885-1900.

Stone, Lawrence. The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History. *Past & Present*, n. 85 (1979) pp 3-24.

Stumpf, Roberta. *Filhos das Minas, Americanos e Portugueses: Identidades Coletivas na Capitania das Minas Gerais (1763-1792)*. São Paulo: Editora Hucitec/Fapesp. 2010.

Stumpf, Roberta. Remanejamento de identidades em um contexto de crise: as Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. In: José Damião Rodrigues (ed). *O Atlântico Revolucionário. Circulação de ideias e de elites no final do século XVIII*. Lisboa, CHAM, 2012, pp. 236-279.

Tavares, Luís Henrique Dias. *A independência do Brasil na Bahia*. Salvador: Edufba, 2005.

Triber, Jayne. *A True Republican: The Life of Paul Revere*. Amherst, MA: University of Massachusetts Press, 1998.

Uys, Errol Lincoln. *Brazil*. Silver Spring Books. 2000.

Valentim, Alexandre. *Os sentidos do Império: Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Coleção Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento, 1993.

Valim, Patrícia. Da contestação à conversão: a punição exemplar dos réus da Conjuração Baiana de 1798. *Topoi* (Rio de Janeiro), 10 (18), (2009) pp. 14-23.

Varnhagen, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal*. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1877.

Varnhagen, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 10ª edição integral, 1981. (1ª edição 1877)

Verdelho, Telmo dos Santos. *As palavras e as ideais na revolução liberal de 1820*. Coimbra, Inic, 1981.

Vianna, Jorge Vinicius Monteiro. A independência como conceito: o processo de emancipação política do reino do Brasil no interior do Império Lusitano. *Faces da História*. v. 5, n. 1, Assis-SP (2018) pp. 44-64.

Winter, Murillo Dias. *Este papel se dá de graça e não se vende: os folhetos no processo de independência do Brasil (1821-1824)*. Apresentação de Trabalho/Congresso, 2015.

### Fontes primárias

Bonifácio, José. *Lembranças e apontamentos do governo provisório da província de S. Paulo para os seus deputados*. Rio de Janeiro: Na Typographia Nacional, 1821. Disponível em <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4175>.

Egas, Eugenio. (ed.) *Cartas de Dom Pedro, Príncipe Regente do Brasil a seu Pai, D. João VI, rei de Portugal (1821-1822)*. Typographia do Brasil de Rothschild, 1916. Disponível em <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000008316&bbm/2166#page/1/mode/2up>.

Ilustração Brasileira. Órgão Oficial da Comissão Executiva do Centenário da Independência, Rio de Janeiro, 1922. Disponível em [http://memoria.bn.br/pdf/107468/per107468\\_1922\\_00023.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/107468/per107468_1922_00023.pdf).

Lisboa, José da Silva. *Memoria dos beneficios politicos do governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Impressão Régia. 1818.

Luccock, John. *Notes On Rio De Janeiro, And the Southern Parts of Brazil: Taken During a Residence of Ten Years In That Country, From 1808 to 1818*. London: S. Leigh, 1820. Disponível em <https://catalog.hathitrust.org/Record/100164339>.

Marrocos, Luiz Joaquim dos Santos. *Cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos Escritas do Rio de Janeiro à sua Família em Lisboa de 1811 a 1821*. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1934. Disponível em [http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630\\_1934\\_00056.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1934_00056.pdf).

Mawe, J. *Viagens ao interior do Brasil*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, Coleção Reconquista do Brasil, v. 33, 1978 (1ª edição 1812)

Paine, Thomas (1737-1809). *Thomas Paine's Common Sense: The Call to Independence*. Woodbury, N.Y.: Barron's Educational Series, 1975. (1ª edição 1776)

Revérbero Constitucional Fluminense, publicado a partir de 1821 no Rio de Janeiro. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=700223>.

Revérbero Constitucional Fluminense, escrito por dois brasileiros amigos da nação e da pátria. Na Typographia Nacional, 1822. Correspondência. Versão digitalizada disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/700223/370>.

### **Discursos e Debates Parlamentares**

Assembleia da República [de Portugal], Catálogos Gerais, Diário das Cortes, Debates Parlamentares. *Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*.

1821:  
<http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821/listIssuesByYear?ano=1821>

1822:  
<http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821/listIssuesByYear?ano=1822>

Diário das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação portuguesa. Tomo Sexto. Lisboa, Na Imprensa Nacional. Disponível em <https://bit.ly/2loXPu8>.

Douglass, Frederick. “*Oration, Delivered in Corinthian Hall*”, Rochester, 5 de julho de 1852. Disponível em <https://rbscp.lib.rochester.edu/2945>.

Douglass, Frederick. “*Plea for Free Speech*”, Boston, 10 de dezembro de 1860. (Tradução minha) Disponível em <https://patriotpost.us/documents/139>.

### **Manifestos, Tratados, Proclamações e Declarações Oficiais**

*Carta Régia de 28 de janeiro de 1808*, Câmara dos Deputados, Governo do Brasil. <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao1.html>.

*Declaração da Independência dos Estados Unidos*, 4 de julho de 1776. Disponível em <https://www.archives.gov/founding-docs/declaration-transcript>.

Egas, Eugenio. (ed.) *Cartas de Dom Pedro, Príncipe Regente do Brasil a seu Pai, D. João VI, rei de Portugal (1821-1822)*. Typographia do Brasil de Rothschild. 1916.

*Decreto de 1º de Agosto de 1822 pelo qual manda o Príncipe rechassar das costas do brasil qualquer expedição portugueza que chegue a ellas com o intuito de desembarcar sem o seu consentimento.*

*Manifesto de Sua Alteza Real o Príncipe Regente Constitucional e Defensor Perpétuo do Reino do Brasil aos povos deste Reino. 1 de agosto de 1822.* Rio de Janeiro.

*Manifesto do Príncipe Regente do Reino do Brasil aos Governos e Nações Amigas.* 6 de agosto de 1822, Rio de Janeiro.



*Manifesto de Sua Alteza Real o Príncipe Regente Constitucional e Defensor Perpétuo do Reino do Brasil aos povos deste Reino.* 1 de agosto de 1822. Rio de Janeiro.

*Proclamação do Príncipe Regente aos Brasileiros,* dia 2 de junho de 1822.

*Manifesto da Nação Portuguesa aos Soberanos e Povos da Europa,* agosto de 1820. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518749>.

*Manifesto de S. A. R. o príncipe regente constitucional e defensor perpétuo do Reino do Brasil aos povos deste reino,* 1 de agosto de 1822. Disponível em <https://archive.org/details/manifestodesarop00pedr>.

*Proclamação do Governo Provisório de Pernambuco, 15 de março de 1817.* Documentos Históricos. Revolução de 1817, Biblioteca Nacional. Disponível em [http://memoria.bn.br/pdf/094536/per094536\\_1953\\_00101.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/094536/per094536_1953_00101.pdf). Acesso em 5 de junho de 2019.

*Tratado de paz e aliança concluído entre D. João VI, e o Seu Augusto Filho D. Pedro, Imperador do Brasil,* aos 29 de agosto de 1825. In Castro, Zília Osório de; Silva, Júlio Rodrigues da; Sarmento, Cristina M. (eds.). *Tratados do Atlântico Sul: Portugal-Brasil, 1825-2000.* Coleção Biblioteca Diplomática, MNE, Portugal, 2006.

### **Panfletos e Cartas**

Carvalho, José Murilo de; Neves, Lúcia Maria Bastos Pereira das; Basile, Marcello Otávio de Neri Campos (Orgs.). *Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-23).* Editora UFMG, Belo Horizonte: 4 volumes, 2014.

*[Carta ao] Senhor Redactor da Verdade Constitucional, pelo Constitucional Inimigo da Impostura. T.F.X.E [Rio de Janeiro].* Na Typographia de Santos e Souza. [1822].

*Analyse e confutação da primeira carta que dirijo a Sua Alteza Real o Príncipe Regente Constitucional e Defensor Perpetuo dos Direitos do Brasil, o Campeão em Lisboa pelos Autores do Regular Brasílico-luso.* Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional. 1822.

*As amêndoas dadas aos Corcundas, por hum Liberal inimigo de golfinhos.* Rio de Janeiro. Na impressão Nacional, 1821. [Ed. original: Lisboa, Na Imprensa Nacional. Anno 1821. Com Licença da Comissão de Censura.].

*Carta ao redactor da Malagueta. Por Veritas [Francisco Soledade].* Rio de Janeiro. Na Imprensa Nacional. 1822.

*Carta Apologetica e Analytica ao Redactor do Periodico Intitulado O Portuguez, Impresso em Londres. Por Joaquim Navarro de Andrade, Director Literario da Academia da Marinha, e Commercio na cidade do Porto. Lisboa. Na Typographia Rollandiana, 1822.*

*Carta do Compadre de Belem ao redactor do Astro da Lusitania dada a luz pelo Compadre de Lisboa.* Por O Impostor Verdadeiro [Manuel Fernandes Tomás]. Lisboa. Na offic. De Antonio Rodrigues Calhardo. 1820..

*Carta do Compadre de Lisboa em resposta a outra do Compadre de Belem, ou juízo crítico sobre a opinião pública, dirigida pelo Astro da Lusitânia.* Reimpresso no Rio de Janeiro. Na Typographia real. 1821.

*Carta escrita ao Senhor Redactor da Gazeta Universal, pelo Veterano, fora de serviço, Ex-Redactor do Jornal Encyclopedico de Lisboa.* Por José Agostinho de Macedo. Lisboa: Na Offic. De Antonio Rodrigues de Galhardo, Impressor do Conselho de Guerra, 1821.

*Carta que em defesa dos brasileiros insultados escreve ao sachristão de Cahari o estudante Constitucional, Amigo do Filho do Compadre do Rio de Janeiro.* Por O Estudante Constitucional E. [Evaristo Ferreira da Veiga]. Rio de Janeiro. Na Impressão Nacional. 1821.

*Carta segunda do Compadre de Belem ao Redactor do Astro da Lusitania dada a luz pelo Compadre de Lisboa.* Reimpresso na Real Typographia do Rio de Janeiro. Anno de 1821.

*Carta do Compadre do Rio S. Francisco do Norte, ao Filho do Compadre do Rio de Janeiro, na qual se lhe queixa do paralelo, que faz aos índios com os cavalos, de não conceder aos homens pretos maior dignidade, que a de reis do Rozario e de asseverar, que o Brasil ainda esta engatinhando. E crê provar o contrario com tudo isso.* Por J. J do C. M. [Joaquim José da Costa de Macedo]. Rio de Janeiro. Na impressão Nacional. 1821.

*Justa Retribuição dada ao Compadre de Lisboa em desagravo dos Brasileiros offendidos oir varias asserções, que escrevo na sua Carta em resposta ao Compadre de Belem, pelo Filho do Compadre do Rio de Janeiro, que a offerece, e dedica aos seus patricios. Segunda edição correcta e augmentada.* [Por Luis Goncalves dos Santos, Padre Perereca]. Rio de Janeiro, Na Typographia Nacional. M.D.CCC.XXII. 1ª ed.: Rio de Janeiro. Na Typographia Regia. 1821. Com licença.

*Os anti-contitucionalistaes. Prova-se que são maos Christãos, maos vassallos: e os maiores inimigos da nossa Pátria.* Por José Anastácio de Falcão. I. Parte. Rio de Janeiro. Na Typographia Regia. Anno de 1821. Com licença.

*Quaes são os bens e os males que podem resultar da liberdade da Imprensa; e qual he a influencia que eles podem ter no momento em que os Representantes da Nação Portuguesa se vão congregar?"*

Egas, Eugenio. (ed.) *Cartas de Dom Pedro, Príncipe Regente do Brasil a seu Pai, D. João VI, rei de Portugal (1821-1822).* Typographia do Brasil de Rothschild. 1916.

*Carta de D. Pedro a D. João VI, 19 de junho de 1822.*

*Carta de D. Pedro a D. João VI, 26 de abril de 1822.*

*Carta de D. Pedro a D. João VI, 28 de abril de 1822.*

*Carta de D. Pedro a D. João VI, 22 de setembro de 1822.*

*Carta de demissão de Jorge Avilez. Quartel General da Praia Grande, dia 14 de janeiro de 1822.* Disponível em <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000000078&bbm/1538#page/1/mode/1up>.

*Carta do Sacristão de Tambi ao Estudante Constitucional, Revérbero Constitucional Fluminense, 8 de janeiro de 1822.* Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=700223&pagfis=370>.

*Carta dos Deputados Cypriano José Barata de Almeida e Francisco Agostinho Gomes, Lisboa 18 de abril de 1822. Diário das Cortes, Sessão do dia 18 de abril de 1822.* Disponível em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821/01/01/01/060/1822-04-18>.

Ribeiro, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Tese de Doutorado, Dep. de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp. 1997.

*“Hum Português Imparcial”, Carta que em defesa dos Brasileiros insultados escreve o Sacristão de Carahi, o Estudante Constitucional, amigo do filho do Compadre do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1821.*

*O Campeão Português em Lisboa derrubado por terra por golpes de Verdade e da Justiça, Por um Brasileiro natural do Rio de Janeiro, e que oferta, e dedica aos Amantes da Causa do Novo Império Brasiliense.* Rio de Janeiro, Typografia de Torrers e Costa, 29 de setembro de 1822.

### **Sites governamentais / não-governamentais**

Arquivos do Departamento de Estado Americano (U.S. Department of State). *Proclamation Line of 1763, Quebec Act of 1774 and Westward Expansion*. Disponível nos: <https://2001-2009.state.gov/r/pa/ho/time/cp/91862.htm>.

Illinois University Library, “*The Pamphlet: America's First Social Media*.” Disponível em <https://www.library.illinois.edu/rbx/2015/03/30/the-pamphlet-americas-first-social-media/>.

Impressão Régia, Arquivo Nacional, Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA). Disponível em <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/204-impressao-regia>.

National Archives [Estados Unidos], Carta de Thomas Jefferson a Mr. John Jay. Marselha, 4 de maio de 1787. Disponível em <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-11-02-0322>.

Senado dos Estados Unidos, *The Caning of Charles Sumner, May 22, 1856*. Disponível em [https://www.senate.gov/artandhistory/history/minute/The\\_Caning\\_of\\_Senator\\_Charles\\_Sumner.htm](https://www.senate.gov/artandhistory/history/minute/The_Caning_of_Senator_Charles_Sumner.htm)

Senado dos Estados Unidos, *The Select Committee appointed to inquire into the circumstances attending the assault committed upon the person of the Hon. Charles Sumner, a member of the Senate*. 34<sup>th</sup> Congress, 1<sup>st</sup> session, Senate, Rep. Com. 191. Disponível em <https://www.senate.gov/artandhistory/history/resources/pdf/SumnerInvestigation1856.pdf>.

Shakespeare, William. “*King Lear*”, Ato 2, Cena 2; *Before the Glouster's Castle*. Disponível em <http://shakespeare.mit.edu/lear/full.html>.

Site do Governo do Reino Unido, *2014 Scotland Independence Referendum*. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/topical-events/scottish-independence-referendum/about>.

The First Amendment Coalition, Donal Brown, *Social Media The New Revolutionary Pamphlet*, 24 de fevereiro de 2011. Disponível em <https://firstamendmentcoalition.org/2011/02/social-media-the-new-revolutionary-pamphlet/>.